UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

ALINE CHIMA KOMINO

“NÃO TEM MAIS VOLTA”:
UM ESTUDO HETEROLÓGICO SOBRE OS CORPOS E AS RESISTÊNCIAS DE ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE DESLOCAMENTO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

APOIO: CAPES

MARINGÁ - PR

2025

ALINE CHIMA KOMINO

“NÃO TEM MAIS VOLTA”:
UM ESTUDO HETEROLÓGICO SOBRE OS CORPOS E AS RESISTÊNCIAS DE ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE DESLOCAMENTO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá.

Orientadora: Profª. Drª. Elisa Yoshie Ichikawa

APOIO: CAPES

MARINGÁ – PR

2025

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil

K81n

Komino, Aline Chima

"Não tem mais volta" : um estudo heterológico sobre os corpos e as resistências de estudantes em situação de deslocamento na Universidade Federal do Espírito Santo / Aline Chima Komino. -- Maringá, PR, 2025.

131 f. : figs.

Orientadora: Profa. Dra. Elisa Yoshie Ichikawa.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2025.

1. Corpos. 2. Heterologia. 3. Cotidiano. 4. Certeau, Michel de, 1925-1986. 5. Refúgio. I. Ichikawa, Elisa Yoshie, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDD 23.ed. 658

Síntique Raquel de C. Eleutério - CRB 9/1641

ATA DE DEFESA PÚBLICA - DOUTORADO

Aos **vinte e seis** dias do mês de **março** do ano de **dois mil e vinte e cinco**, às **catorze horas,** realizou-se, presencialmente e por videoconferência com os convidados externos, em conformidade com o Ato Executivo 004/2020-GRE e a Res. 003/2020-CEP, a apresentação do Trabalho de Conclusão (Tese de Doutorado), sob o título: **"Não tem mais volta": um estudo heterológico sobre os corpos e as resistências de estudantes em situação de deslocamento na Universidade Federal do Espírito Santo,** de autoria de **ALINE CHIMA KOMINO,** aluna(o) do Programa de Pós-Graduação em Administração – Área de Concentração: Organizações e Mercado. A Banca Examinadora esteve constituída pelos docentes: Drª Elisa Yoshie Ichikawa (presidente), Drª Andrea Poleto Oltramari (membra examinadora externa -PPGA/UFRGS), Drª Letícia Dias Fantinel (membra examinadora externa PPGADM/UFES), Drª Olga Maria Coutinho Pépece (membra examinadora do PPA) e Dr. William Antonio Borges (membro examinador do PPA).

Concluídos os trabalhos de apresentação e arguição, a banca examinadora faz constar a(o) candidata(o) a condição de aprovada (Aprovado(a) / Aprovado(a) com correções / Reformulação do trabalho / Reprovado(a) pela Banca Examinadora. E, para constar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelo coordenador e pelos membros da Banca Examinadora.

Esta ata não vale como certificado de conclusão do curso de pós-graduação em Administração. A obtenção da titulação de doutor(a) em Administração está condicionada ao depósito da versão definitiva em PDF e não editável, com todas as correções feitas e atestadas pelo orientador, com a ficha catalográfica da BCE/UEM, no prazo máximo estabelecido no regimento do Programa, de acordo com a condição de aprovação.

EM TEMPO: Houve alteração no título da tese? Se sim, descrever aqui:

_____

_____

_____.

Maringá, **26** de **março** de **2025.**

a banca destaca a excelência da tese apresentada

Elisa Y Ichikawa

Drª. Elisa Yoshie Ichikawa
(Presidente)

Andrea Oltramari

Drª Andrea Poleto Oltramari
(membra examinadora externa -PPGA/UFRGS)

Drª Letícia Dias Fantinel
(membra examinadora externa PPGADM/UFES)

Olga Pépece

Drª Olga Maria Coutinho Pépece
(membra examinadora do PPA)

Dr. William Antonio Borges
(membro examinador do PPA)

Dr. José Paulo de Souza
(coordenador do PPA)

AGRADECIMENTOS

Quatro anos. Quatro anos de pesquisa, de desafios, de aprendizados e, acima de tudo, de redescobrimento pessoal. Mais do que uma jornada acadêmica, esse percurso foi uma transformação, daquelas que moldam não só o que sabemos, mas quem somos. Ao longo desse tempo, tive o privilégio de contar com pessoas incríveis, que me apoiaram, incentivaram e estiveram presentes nos momentos de dificuldade, mas também nos momentos de alegria e de conquistas.

Escrever esta tese foi também um convite à reflexão sobre minha família e os caminhos percorridos pelos meus antepassados. Por isso, começo agradecendo aos meus pais e à minha irmã, que sempre foram meu porto seguro e a base da minha vida.

Durante esses quatro anos, contei com o apoio do meu companheiro, Vinícius, que embarcou comigo nessa experiência, acompanhando-me no doutorado-sanduíche. Obrigada por ter sido meu colo em todo esse percurso.

Agradeço também aos amigos que estiveram ao meu lado, em especial às amizades construídas durante os "surtos" do período de matrícula, minhas amigas e amigos da PROGRAD: Débora, Joana, Anita, Gabis (minha parceira nos momentos de descontração e aventuras esportistas) e Alexandre (meu parceiro dos longos cafés e dos desabafos da vida). Obrigada por me apoiarem e por me "cobrirem" durante esse período.

E falando em surto, preciso agradecer ao meu terapeuta, Fabrício Toniato, que foi fundamental para que eu seguisse em frente durante os momentos mais desafiadores dessa jornada. Obrigada por me ajudar a encontrar equilíbrio nos momentos de caos.

Confesso que não esperava que essa tese proporcionasse uma experiência e um trilhar tão profundos, desafiadores, mas também tão lindos. Acredito que isso seja fruto de uma orientação delicada e dedicada. Agradeço imensamente à minha orientadora, prof[a]. Elisa Yoshie Ichikawa, por ter me mostrado caminhos tão incríveis na "arte de fazer pesquisa". Mais do que isso, pelo acolhimento gentil e atencioso, que suavizou os desafios desse processo.

Tive a oportunidade de realizar meu doutorado-sanduíche e foi nessa aventura que conheci a prof[a]. Andrea Oltramari, minha supervisora nesse período. Obrigada, prof[a]. Andrea, pelos ensinamentos e pelas conversas durante nossas viagens de *flixbus* pelo interior de Portugal.

Agradeço também à contribuição dos professores da minha banca de qualificação – prof. Francisco Giovanni David Vieira; profª. Priscila Borgonhoni Chagas; profª. Andrea Oltramari – e dos professores da banca de defesa: profª. Olga Maria Coutinho Pépece, prof. William Borges e, em especial, à profª. Letícia Fantinel, que tem feito parte da minha trajetória acadêmica desde os primeiros passos no mestrado.

Agora, o maior agradecimento é para aqueles que toparam compartilhar suas histórias comigo: Ana, Ramon, João, Sia e Maria. Obrigada pela confiança. Não tenho palavras para descrever o quão importantes vocês foram. Essa pesquisa só foi possível, porque vocês confiaram em mim e dividiram um pouco da vida de vocês comigo. Sem essa generosidade, nada disso teria sido viável.

Meu agradecimento especial também à profª. Brunela Vicenzi e à Cátedra Sérgio Mello da UFES, pelo apoio e pelas contribuições que tornaram essa pesquisa possível. Por fim, agradeço à CAPES, ao CNPq, à UFES, ao Bruhmer, da secretaria do PPA-UEM, e aos colegas do doutorado, que estiveram junto comigo, mesmo que de forma remota, durante todo esse período.

A todos, *doumo arigatô*!

[...] Más de cien años de tortura
La nova trova cantando en plena dictadura
Somos la sangre que sopla la presión atmosférica

Gambino, mi hermano
Esto sí es América

Aquí estamos, siempre estamos
No nos fuimos, no nos vamos
Aquí estamos pa' que te recuerdes
Si quieres, mi machete te muerde [...]

This is not america – Residente

RESUMO

Nesta tese, inspirada nos estudos de Michel de Certeau, tenho como objetivo desvelar como os corpos ordinários de estudantes em situação de deslocamento ingressantes na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) reconstroem, ressignificam e subvertem o cotidiano e o espaço universitário, a partir de suas interações e apropriações dos espaços. Parto da ideia de que esses estudantes, por meio de seus corpos ordinários, subvertem as normas espaciais instituídas. Para isso, busquei suporte principalmente nos estudos de Certeau (1986; 2002; 2014) sobre o cotidiano, o corpo e a heterologia. Metodologicamente, iniciei a pesquisa com uma etnografia, complementada por uma operação historiográfica e, finalmente, me ancorei no que Certeau (1986) entende por heterologia. Certeau (1986; 2017) considera a história um discurso do Outro — uma heterologia — dotada de uma alteridade peculiar, pois lida com um ausente, sendo que, para o pesquisador, resta apenas a busca pelos rastros e vestígios desse Outro. Desta forma, nesta pesquisa, acompanhei cinco estudantes em situação de deslocamento em seu dia a dia na universidade, buscando os rastros desse Outro, sem tentar categorizá-los, mas aproximando-me deles e permitindo que das narrativas emergisse uma alteridade alterante. Os resultados se organizam em torno de diferentes cenas do cotidiano. Pude observar os desafios diários enfrentados por esses estudantes e como suas vivências extrapolam os limites da sala de aula, atravessando espaços como a cantina do Onofre e os mercados informais dentro da Universidade. Pude observar o "bairro" universidade como um espaço dinâmico e multifacetado, onde as paisagens sonoras, marcadas pelo uso da língua materna por esses estudantes, criam novos sentidos de pertencimento. No centro desta investigação está o corpo desses estudantes, que se revela como um corpo ordinário, político e sensível. Um corpo que resiste, ao permanecer na Universidade, que se expressa em meio a sorrisos e principalmente nas lágrimas, ao se depararem com o racismo, o etarismo, a xenofobia e os mais diversos tipos de preconceito. Esses corpos, atravessados por afetos como a saudade, encontram nela forças para resistir e seguir adiante. Assim, com esta pesquisa, busco contribuir para o aprofundamento dos estudos certeaunianos, destacando a importância do corpo como uma fronteira sensível de encontros e resistências. Ao propor uma perspectiva que transcende o olhar cartesiano nos Estudos Organizacionais, reforço a necessidade de compreender o corpo não apenas como objeto de análise, mas como um agente ativo na produção de novos significados e formas de existência no espaço acadêmico.

Palavras-chave: Corpo. Cotidiano. Michel de Certeau. Heterologia. Refúgio. Universidade.

ABSTRACT

In this thesis, inspired by the studies of Michel de Certeau, I aim to unveil how the ordinary bodies of students in situations of displacement who have recently entered the Federal University of Espírito Santo (UFES) reconstruct, re-signify, and subvert daily life and the university space through their interactions and appropriations of space. I begin with the idea that these students, through their ordinary bodies, subvert the established spatial norms. To support this analysis, I primarily draw on Certeau's studies (1986; 2002; 2014) on everyday life, the body, and heterology. Methodologically, I initiated the research with an ethnographic approach, complemented by a historiographical operation, and finally anchored my analysis in what Certeau (1986) defines as heterology. Certeau (1986; 2017) considers history to be a discourse of the Other—a heterology—characterized by a peculiar alterity, as it deals with an absent subject, leaving the researcher with only the traces and vestiges of this Other. Thus, in this study, I followed five displaced students in their daily lives at the university, seeking the traces of this Other, not to categorize them, but to approach them closely and allow an altering alterity to emerge from their narratives. The findings are structured around different everyday scenes. I observed the daily challenges these students face and how their experiences extend beyond the classroom, shaping spaces such as Onofre's cafeteria and the informal markets within the university. I examined the "neighborhood" of the university as a dynamic and multifaceted space, where soundscapes—marked by the use of their native language—create new senses of belonging. At the core of this investigation is the body of these students, revealed as an ordinary, political, and sensitive body. A body that resists by remaining in the university, that expresses itself through smiles but, above all, through tears when confronted with racism, ageism, xenophobia, and various forms of prejudice. These bodies, permeated by emotions such as longing, find in them the strength to resist and move forward. With this research, I seek to contribute to the deepening of Certeau's studies by highlighting the importance of the body as a sensitive frontier of encounters and resistance. By proposing a perspective that transcends the Cartesian gaze in Organizational Studies, I reinforce the necessity of understanding the body not merely as an object of analysis but as an active agent in the production of new meanings and forms of existence in academic spaces.

Keywords: Body. Everyday life. Michel de Certeau. Heterology. Refuge. University.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Quais caminhos eu percorri? 34

Imagem 2: A análise: tentando organizar os dados 52

Imagem 3: Vista do meu "lugar favorito" na biblioteca central 86

Imagem 4: Cantina do Onofre 94

Imagem 5: Mercados dos ICs 96

LISTA DE SIGLAS

ACNUR: Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

CCHN: Centro de Ciências Humanas e Naturais

CCS: Centro de Ciências da Saúde

CELPEBRAS: Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros

CONARE: Comitê Nacional para os Refugiados

ENCCEJA: Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos

GEO: Grupo de Estudos Organizacionais

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICs: Ilha Cercada

INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LGBTQI++: Lésbicas; Gays; Bissexuais; Transgêneros; Queer; Intersexo; + Representa outras identidades e orientações, como pansexuais, assexuais, não binárias, entre outras.

PPA: Programa de Pós-Graduação em Administração

PROGRAD: Pró-reitoria de Graduação

SRI: Secretaria de Relações Internacionais

SISU: Sistema de Seleção Unificada

UEM: Universidade Estadual de Maringá

UFES: Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

1 NOTAS DE ABERTURA: COMO SURGE O TEMA DE UMA TESE? 13

1.1 O QUE EU TENTEI PLANEJAR 21

1.1.1 Objetivo geral 27

1.1.2 Objetivos específicos 27

2 "O QUE PODE UM CORPO?": BREVES CONSIDERAÇÕES CORPORAIS 29

3 O TORTUOSO PERCURSO METODOLÓGICO: A ETNOGRAFIA, A OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA E A HETEROLOGIA 34

3.1 A ETNOGRAFIA 39

3.2 A OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA: O LUGAR, A PRÁTICA E A ESCRITA 43

3.3 A HETEROLOGIA 47

3.4 A INTERPRETAÇÃO 51

3.5 COMO ENCONTRAR ESSES HERÓIS E HEROÍNAS? 53

3.5.1 Ana 60

3.5.2. Ramon 63

3.5.3. João 64

3.5.4. Sia 66

3.5.5 Maria 68

4 OS COTIDIANOS 71

5 "OS BAIRROS" 83

6 OS CORPOS 99

7 NOTAS DE ENCERRAMENTO: COMO SE TERMINA UMA TESE? 115

REFERÊNCIAS 118

ANEXOS 127

UM BREVE COMPILADO DOS DESAFIOS DO COTIDIANO UNIVERSITÁRIO 127

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 130

1 NOTAS DE ABERTURA: COMO SURGE O TEMA DE UMA TESE?

Caro leitor ou leitora, nessas primeiras linhas peço licença para contar um pouco da minha história e de como cheguei até o tema desta pesquisa. A intenção, com essas notas de abertura, uma espécie de "prólogo", é fazer com que o sujeito que narra esta pesquisa não seja um sujeito oculto, escondido e indeterminado. Contando um pouco sobre a minha história, espero mostrar como escolher estudar sobre migração e refúgio, trazendo o corpo para a análise, não foi fruto do acaso e como é um tema que me atravessa de diversas maneiras.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2023), no último censo, cerca de 43,5% dos brasileiros alegaram ser brancos, 10,2% se declararam pretos, 45,3% se identificaram como pardos, 0,6% das pessoas se declararam indígenas e 0,4% se apresentaram como amarelos. Até os dias atuais, o Brasil é um país que recebe diversos imigrantes de vários locais. Eu, que escrevo esse presente estudo, estou nesses 0,4%. Tanto pelo meu lado materno, quanto meu lado paterno, sou descendente de imigrantes japoneses. Duas famílias que vieram para o Brasil durante o século XX, mas em contextos e com objetivos completamente diferentes.

Quero começar contando a minha história por parte materna. Meu bisavô chegou ao Brasil em 1924, falava inglês e já tinha aprendido um pouco de português no Japão. Já veio adulto, e diz minha mãe que ele era superviajado e aventureiro. Ao contrário de grande parte dos imigrantes, meu bisavô veio para o Brasil por conta própria, não no formato de contrato, portanto, não foi obrigado a trabalhar nas fazendas. Minha bisavó veio para o Brasil acompanhando alguns familiares, mas era de uma família de classe média alta do Japão. Após casar-se, mudou-se para o interior de São Paulo. Meu bisavô e minha bisavó sempre foram rigorosos com o estudo. Dos seus 5 filhos, três seguiram carreira acadêmica e se tornaram professores. E praticamente todos os seus netos se formaram, alguns inclusive em universidade pública e tornaram-se professores, incluindo minha mãe. Acredito que nem preciso enfatizar como a família da minha mãe é grande influenciadora (e incentivadora) da minha vontade de seguir carreira acadêmica.

A história do meu pai já tem outros percursos. Meu vô chegou ao Brasil com a sua família quando pequeno e logo eles foram trabalhar nas fazendas de café. Minha vó chegou praticamente recém-nascida e passou boa parte da sua infância e adolescência dentro de uma comunidade de imigrantes japoneses que também trabalhavam no interior de São Paulo com

fazenda de café. Meu vô falava português e japonês, e tinha até o ensino médio. Minha vó não foi alfabetizada, falava uma mistura de português com japonês. Até hoje ela tem dificuldade para falar meu nome, me chama carinhosamente de "Arini". Ambos trabalharam na agricultura no interior de São Paulo, mas depois de um tempo meu vô chegou a abrir um comércio já na capital, uma tinturaria, mas que não deu certo e obrigou a família a mudar-se novamente para o interior. Meu pai só foi terminar o ensino médio depois dos 30 anos e entrou numa faculdade logo depois, por incentivo (que também foi financeiro) da família da minha mãe. Dos irmãos e irmãs do meu pai, ele foi o primeiro a ter faculdade. Na família do meu pai, o movimento de "ser dekassegui[1]" sempre esteve presente. Tenho tios e tias e alguns primos morando e trabalhando em fábricas no Japão até hoje.

Duas famílias, com histórias bem diferentes, que mostram como o processo de imigração não é homogêneo. Há diversos contextos, vivências e experiências que afetam os indivíduos de maneiras diferentes. Do meu lado materno, há um "orgulho de ser japonês", e eu sempre senti um discurso que às vezes flertava com um "mito meritocrático", que colocava meu bisavô como uma figura central, que superou diversas barreiras para que todos os seus filhos e netos pudessem estudar. Do lado do meu pai, sempre houve um profundo silêncio e desconhecimento sobre o que meu avô e minha avó viveram. O pouco que eu sei sobre a família e até mesmo sobre a juventude do meu pai é sempre doloroso. Aqui, "ser japonês" ou "ser descendente de japonês" não fazia diferença nenhuma.

Eu sempre tive dificuldade para me sentir brasileira, às vezes por conta da história que acabei de contar, mas também por situações do meu cotidiano. Perguntas como "de onde você veio?" ou "você é o quê?" sempre estiveram presentes na minha vida (além de outros episódios xenófobos e preconceituosos disfarçados de piadas). Eu sempre oscilei entre gostar e odiar essas perguntas. Eu não falo japonês, eu nunca estive no Japão e eu nem gosto muito de "comida japonesa", responder se eu era japonesa me incomodava. Mas uma parte de mim gostava, não sei se alimentada pela narrativa construída pela família da minha mãe ou também pelo estereótipo da "minoria modelo"[2]. E mesmo que eu respondesse que era brasileira, a verdade é que eu não sou vista como brasileira, sou ainda estrangeira, de fora.

---

[1] *Dekassegui*: Iniciado na década de 1990, a partir de uma reforma na Lei de Controle de Imigração Japonesa, é um fenômeno que consiste na ida de descendentes de japoneses até a terceira geração no Brasil para o Japão para suprir a carência de força de trabalho na indústria local (Roncato, 2020).

[2] Minoria modelo: Estereótipo atribuído principalmente às pessoas dos países do leste asiático, vistos como uma "minoria" étnica, mas que é modelo a ser seguido por outros países. Para Roncato (2020), a ideia de minoria

No doutorado, tive a oportunidade de cursar duas disciplinas que me ajudaram a refletir mais sobre essa inquietação, esse sentimento de ocupar um "não lugar". A primeira foi a disciplina ofertada pela professora Juliana Cristina Teixeira, chamada Interseccionalidade e Decolonialidade nos Estudos Organizacionais. Pude conhecer e começar a ter contato com leituras como Lélia Gonzalez, Carla Akotirene, Helena Hirata, Franz Fanon e outros estudiosos e estudiosas que discutem sobre raça, gênero e classe. A segunda disciplina foi a Relações Raciais e Teorias das Organizações, ministrada pela professora Josiane Silva de Oliveira, em que navegamos por leituras como Grada Kilomba, Silvio Almeida, Edward Said, Guerreiro Ramos, Kabengele Munanga e outros. Com as disciplinas, percebi como é complexo discutir sobre temas como raça, migração e miscigenação em um cenário brasileiro. São diversos atravessamentos históricos e sociais que exigem um estudo aprofundado, mas que precisam ser realizados para se obter uma compreensão do que é o Brasil. Foi também com esses ensinamentos que passei a pensar mais sobre o processo de migração e racialização amarela no Brasil.

Foi com essas leituras também que o termo "amarelitude" surgiu. A primeira vez que eu li sobre ele foi no texto "Negritude afro-brasileira: perspectivas e dificuldades" de Kabengele Munanga. No texto, Munanga (1990) somente cita o termo ao abordar sobre identidade e negritude, não entrando em grandes detalhes sobre o que de fato seria. Ainda não há muitos trabalhos que tratam sobre a racialização amarela, ou amarelitude. Foi somente em uma página da internet chamada *Amarelitude*[3] que encontrei uma discussão e uma definição mais aprofundada. O autor da página, Poroiwak, propõe o uso do termo como uma ferramenta de reflexão sobre a vivência paradoxal das pessoas amarelas, como um instrumento para pensar esse "não lugar" ao qual eu me referi:

> Amarelitude é uma provocação filosófica e um convite para a ressignificação e desembranquecimento de nossas subjetividades, para compreendermos quem somos, não idealmente ou em essência, mas no contexto colonizado em que vivemos e através do qual somos historicamente condicionades, onde a demarcação racial amarela que nos impõe feridas está intimamente atrelada à estrutura racista, fazendo com que sejamos um alicerce importante na manutenção de privilégios da branquitude, ou seja, do racismo estrutural (Poroiwak, 2020).

A amarelitude é um convite para tentar compreender que lugar é esse que nós, pessoas amarelas, ocupamos dentro de um jogo que é colonial e que ainda é da branquitude. Um jogo que ora

modelo legitima um discurso falso de meritocracia e esconde um mecanismo que procura legitimar uma suposta igualdade dentro de um racismo estrutural.

[3] É possível acessar a página pelo link: https://amarelitude.medium.com/

coloca pessoas amarelas como minoria modelo, ora nos relembra do “perigo amarelo”[4]. A intenção aqui não é me aprofundar tanto no debate sobre a amarelitude, mas acredito ser importante, mesmo que de forma breve, trazer esses conceitos para situar de onde e por quem esta pesquisa é construída. Uma pessoa amarela, que de certa forma ainda busca compreender melhor como a migração e a racialização amarela afeta e recorta seu corpo. De certa forma, é aqui que surge o interesse em estudar o corpo.

Contudo, o corpo nesta pesquisa não aparece apenas como um tema acadêmico, mas como uma reflexão profunda, que se entrelaçou com meu processo de conscientização enquanto uma pessoa amarela racializada. Passei a refletir sobre esse meu corpo, que é visto como o diferente, como um outro corpo, principalmente após meu encontro com Michel de Certeau. Nascido na França no ano de 1925, Certeau é um intelectual difícil de definir. Historiador, jesuíta, filósofo, antropólogo, muito utilizado na área da Pedagogia e, de certa forma, também na de Estudos Organizacionais (Machado; Fernandes; Silva, 2017). Caminhou e navegou por diversas áreas de estudo, e nunca se conformou dentro dos limites de somente uma disciplina. Como coloca Giard (2014, p. 10): “Certeau intriga e desconcerta”.

Meu contato com Certeau iniciou-se pela leitura de *L'invention du quotidien vol 1* (A invenção do cotidiano) publicada em 1974. Nesta obra, Certeau volta os olhares para o que ele chama de “homem[5] ordinário” ou “herói comum” e sua vida cotidiana. Certeau foca seus estudos nas “artes de fazer”, um saber que não é sabido, que está nas práticas cotidianas.

Esse meu primeiro encontro com Certeau aconteceu durante a disciplina de Simbolismo Organizacional, ministrada pela minha orientadora, professora Elisa Yoshie Ichikawa, e após uma leitura de Pierre Bourdieu. Confesso que sair de Bourdieu e encontrar Certeau foi como um “afago”. Como pontua Santos (2021), encontrar-se com Bourdieu é muitas vezes encarar uma realidade terrível, mas também esclarecedora. Deslocar o pensamento do *habitus* de Bourdieu e dessa estrutura que rege as práticas e passar para uma resistência que ocorre por meio de uma apropriação das práticas cotidianas e compreender que o indivíduo sempre encontrará maneiras para subverter a ordem, para mim foi um abrir de horizontes. Há em

[4] Perigo amarelo: Termo utilizado principalmente durante a segunda guerra mundial que colocava os japoneses como inimigos e estrangeiros indesejados. Para Ueno (2019), esse perigo amarelo também está ligado a um medo de um possível domínio da raça amarela sobre a raça branca. Para mais detalhes sobre os conceitos de “Perigo Amarelo” e “Minoria Modelo”, ver Komino, Yamamoto e Ichikawa (2024).

[5] Vale ressaltar que a terminologia "homem" é utilizada por Certeau em sua época, refletindo uma linguagem então corrente, mas sabemos hoje que utilizar essa terminologia exclui a experiência de outras pessoas que também se encontram nessa dinâmica de resistência cotidiana.

Certeau, como lembra Giard (2014), um espírito anticonformista que, ao invés de focar seus estudos na passividade do que ele chama de “consumidores”, inverte a lente de análise para a criatividade e para a astúcia desse “homem ordinário”.

Mesmo não tendo sido o foco principal das pesquisas de Certeau, o corpo sempre esteve presente em suas análises. Um corpo condicionado por uma configuração de códigos que se relaciona com o espaço e se imbrica muitas vezes de forma naturalizada no cotidiano. O corpo se torna parte desse cotidiano que pressiona e conforma os corpos dentro de uma lei de práticas corporais, que obedecem a uma gestão social. Entretanto, é aqui que Certeau (2002) novamente inverte a lógica e considera que a constituição de regras corporais dentro da sociedade ocorre ao mesmo tempo em que se multiplicam “impulsos desordenados”, corpos instáveis ou “desviantes” que alteram e se apropriam do cotidiano (Mori; Buarque, 2016).

Para entender melhor essas dinâmicas corporais, é essencial primeiro discutir o próprio conceito de cotidiano em Certeau. Para Certeau, Giard e Mayol (2013, p. 31), o cotidiano é aquilo que "[...] nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente". Apesar dessa pressão, Certeau (2014) ressalta que é justamente no cotidiano que o indivíduo revela suas "artes de fazer" — uma astúcia do "indivíduo ordinário" ou "herói e heroína comum" para contornar o discurso dominante. Assim como os corpos desviantes que desafiam as regras, o cotidiano também se transforma pelas práticas sutis dos indivíduos, mostrando que, mesmo diante de normas opressoras, a dominação nunca é completa (Gouvêa; Ichikawa, 2015).

É nesse entrelaçar de experiências que se revela a verdadeira essência desta pesquisa. A prática da pesquisa, muitas vezes vista como um processo puramente intelectual, esconde um universo de sensações, memórias e vivências corporais que moldam e influenciam a produção do conhecimento. Longe de ser um mero objeto de estudo, o corpo torna-se um agente ativo na construção do conhecimento, muitas vezes invisibilizado ou ignorado durante o processo de pesquisa (Csordas, 1990). Relacionamo-nos com o mundo através do corpo, afetamos e somos afetados por corpos exteriores. Um corpo não existe sozinho, isolado; o corpo é um conjunto de outros corpos que se relacionam tanto em movimento como em repouso (Espinosa, 2016).

É pelo corpo que sentimos o mundo (Le Breton, 2007). É também pelo corpo que adentramos ao campo e fazemos pesquisa. E é por meio desse corpo que também somos vistos pelo Outro. Mas não vemos somente um corpo biológico. Vemos (e somos) um corpo social, histórico e político que revela toda uma dimensão de poder. É por essa relação corporal com o mundo que

se faz necessário um resgate do corpo dentro das ciências, para além de uma visão cartesiana que separa o corpo da mente. Le Breton (2007) alerta sobre as pesquisas sociológicas em torno do corpo que ainda levam em consideração um caráter biológico e dualista. Para o autor, a maioria ainda privilegia as ações, mas o corpo em si é pouco questionado. Fato é que a lógica dualista entre corpo e mente ainda é presente.

Nesse sentido, Certeau (2002) enfatiza que, com o advento do cogito cartesiano, há a perda de um corpo, ao mesmo tempo que há uma busca alienante para preencher essa perda. Flores-Pereira (2010) revela como a lógica funcional ainda está presente e advoga por uma desconstrução dessa visão dicotômica que naturaliza e reproduz hierarquias e formas de poder. A autora afirma que, quando separamos o corpo da mente e não consideramos que toda a vivência é corporal, acabamos tornando o corpo um objeto, uma ferramenta ou instrumento para um trabalho, desconsiderando toda a subjetividade e despersonificando o indivíduo.

Quero agora passar para uma parte mais atual da minha história: a de como a temática do refúgio surgiu. Sou servidora pública federal na Universidade Federal do Espírito Santo - UFES e, desde que ingressei, trabalho diretamente com o processo de matrícula dos estudantes. Aqui talvez tenha sido sim o acaso, mas foi minha diretora da época que me colocou como responsável por cuidar do processo seletivo de alunos refugiados políticos. Acabei criando um certo afeto por esse processo. Não eram muitos estudantes, mas todos me marcavam de certa forma. Quando decidi fazer doutorado, meu tema era outro: queria pesquisar sobre gênero, mas foi algo que naturalmente mudou de rumo. Em uma reunião com minha orientadora, falei sobre o tema e ela prontamente concordou com a mudança. Minha graduação e meu mestrado foram realizados nessa instituição, portanto, desde o ano de 2009 é um local que faz parte da minha vida. A escolha pelo lugar se deu por dois motivos: primeiro, pela minha facilidade de acesso ao local e aos dados; e segundo, pela atividade que desempenho, que tem ligação direta com os estudantes em situação de deslocamento na instituição.

Confesso que sempre tive (e ainda tenho) uma visão que tende a romantizar a universidade. Com Bourdieu (2003) e sua discussão sobre campo social, como um espaço estruturado com suas posições sociais e cada indivíduo agindo conforme seu *habitus* incorporado, iniciei um processo de desconstrução dessa minha visão. Sempre enxerguei a universidade como uma força para a construção de uma sociedade mais igualitária e como símbolo de uma resistência contra uma ordem dominante. Muito dessa minha visão foi alimentada pelas vivências contadas pelos meus familiares docentes, mas também pelo meu trabalho com as políticas sociais de

reservas de vagas. Enxergava a universidade como um local plural e palco para expressarmos quem somos. Uma ilusão. Assim como alerta Silva (2020), ainda há uma dificuldade em se reconhecer a universidade como um espaço de produção e de manutenção de lógicas dominantes e opressoras.

Para desconstruir essa minha visão e construir um olhar mais real, também contei com a visão do sociólogo Maurício Tragtenberg em seu texto "A delinquência acadêmica" de 1978. Fruto de uma apresentação em um seminário sobre educação, para Tragtenberg (2002, p. 1), a universidade "não é uma instituição neutra; é uma instituição de classe, onde as contradições de classe aparecem". É um espaço que carrega um histórico de instituição dominante e que reproduz toda uma lógica ocidental capitalista. Além disso, por trás de um discurso de neutralidade universal, cartesiano e objetivo, se esconde uma instituição ainda destinada a um corpo específico, um corpo político que é branco, cisgênero, homem e privilegiado (Figueiredo; Grosfoguel, 2009; Santos, 2018).

Ao pensar esse corpo específico, normativo dentro da universidade, podemos também pensar no corpo dócil de Foucault (2014). Afinal, há um corpo normativo, há uma rede de imposições que confina os corpos a uma ordem. Foucault (2014) considera que o corpo está, em qualquer sociedade, submetido a uma disciplina que "fabrica" corpos submissos, que por meio de um conjunto de instituições (como a escola e a universidade) e dispositivos controla ou corrige o corpo. Esse corpo dócil de Foucault (2014) é também um corpo útil. Atrelado a uma lógica produtivista, busca-se aumentar as habilidades desse corpo, ao mesmo tempo em que se diminui sua força de agir em termos políticos. O corpo dócil é aquele que pode ser utilizado, transformado e aperfeiçoado de acordo com uma lógica dominante de poder. Ele é útil; no entanto, também é descartável. Se nos ativermos a essa linha de pensamento, poderíamos aqui refletir em torno da pergunta "O que a universidade faz com o corpo do estudante refugiado ou imigrante?" ou até mesmo com o corpo daquele estudante que ingressou pelas reservas de vagas. Como esse corpo, que é visto como o diferente, vive esse cotidiano?

Esses foram questionamentos que levei para meu ensaio teórico, mas foi com o parecer e com as provocações feitas pela professora Letícia Fantinel, nas conversas com a orientadora e com os colegas do grupo de pesquisa que percebi que estava olhando pelo outro lado da lente teórica. Precisava me perguntar "mas, o que será que Certeau acha disso?". Invertendo a lógica e sempre atento à criatividade do "herói ou heroína comum" para subverter a ordem, Certeau (2002; 2014) não ignora esse domínio do corpo por parte das instituições modernas; entretanto, esse

domínio nunca será completo. O corpo em Certeau (2002; 2014) é aquele que não aquiesce frente à norma e que sempre descobre maneiras de recusar a "lei do lugar" e encontrar formas de identificar meios para contornar a ordem dominante. Dentro do espaço dessas instituições, como na universidade, o corpo também é produzido e modificado. A diferença entre o corpo dócil e o ordinário de Certeau reside no fato de que esse corpo não é somente modificado e passivo, mas ele também tem a capacidade de modificar o espaço em que está inserido. Há aqui uma relação: o corpo e o espaço se imbricam dentro do cotidiano, como recorda Dosse (2013); os espaços sociais se constituem pelos corpos, tornando-se também espaços corporais, afinal é no espaço social que o corpo se relaciona com os outros, que se comunica com outros corpos.

De fato, após a implementação de políticas públicas de acesso à universidade, ela se tornou um espaço mais plural e diverso, pelo menos de forma numérica, pois não podemos tomar o cotidiano universitário como algo homogêneo, mas sim permeado por diversos atravessamentos que recortam corpos e identidades. O cotidiano de um estudante em refúgio não é o mesmo de um estudante que nasceu no Brasil. Não podemos considerar também, que o estudante que ingressa pela política de cotas viva e experiencie a universidade do mesmo jeito daquele que ingressou pela ampla concorrência[6]. A universidade é um reflexo da sociedade, como lembram Redin e Bertoldo (2021, p. 298), "como instituição, a universidade representa também o lugar da sociedade, suas contradições e os espaços históricos de dominação, que negam a diversidade e seus saberes e a pluralidade como possibilidade". No espaço da universidade, diversas histórias de vidas e corpos se entrecruzam e é essa pluralidade de vivências que formam um espaço com diversos cotidianos se entrecruzando, que é o palco desse estudo.

Apesar de ter isso em mente, percebi que, ao longo da pesquisa, ainda estava presa na dualidade entre enxergar a Universidade como um abrigo acolhedor e, ao mesmo tempo, como um mecanismo que restringe a liberdade dos corpos. Essa tensão foi uma constante no meu estudo. Mesmo trabalhando com as teorias de Michel de Certeau, continuei a ver a Universidade de maneira singular, como se fosse uma entidade única e monolítica, confinada a essa dicotomia. Na minha banca de qualificação, fui desafiada a questionar essa visão, o que me levou a reconhecer que minha perspectiva ainda era fortemente cartesiana, limitada a essa oposição binária. Foi a partir dessa experiência que comecei a desconstruir essa abordagem e a compreender que diferentes universidades — aquelas que limitam e aquelas que libertam, que

[6] Ampla concorrência é a modalidade de ingresso fora das políticas de reserva de vagas.

acolhem e que segregam — coexistem no plural, se entrelaçando e se transformando continuamente a partir da vivência cotidiana de seus diversos atores.

Esses atores, que chamo de heróis e heroínas, desta tese, serão os estudantes ingressantes por esse processo seletivo específico para refugiados, e o cotidiano que irei abordar é justamente esse universitário. Atualmente, a UFES possui estudantes provenientes de países como Venezuela, Haiti, Síria, Congo e outros. Aqui, volto novamente para a discussão em torno do corpo. São pessoas de diversas partes do mundo, cada um com sua história, seus hábitos e culturas. É como coloca Yamamoto (2022, p. 67), "[...] a imigração está corporificada nos sujeitos e, portanto, é coerente pensar que a imigração será experienciada diferentemente de acordo com a matriz de opressão na qual o sujeito está inserido". Gomes Jr. (2020) nos lembra que é pelo corpo que experimentamos os discursos de gênero, raça, etnia, sexualidade e classe que são construídos socialmente. Portanto, é pelo corpo também que esses estudantes irão experienciar a universidade.

Provavelmente, a história e a experiência de migração da qual minha própria família fez parte despertaram em mim o interesse por questões de refúgio e migração. Além disso, as reflexões e ensinamentos durante as disciplinas do doutorado trouxeram esse assunto à tona de forma mais evidente. Já no primeiro semestre, principalmente na disciplina Simbolismo Organizacional, ministrada pela minha orientadora, professora Elisa Yoshie Ichikawa, esse tema se tornou presente em minhas reflexões. A partir dos debates em aula e do foco nesse cotidiano de Certeau, comecei a refletir mais profundamente sobre os estudantes refugiados e imigrantes que ingressavam na universidade. Perguntas começaram a se multiplicar: como seria o cotidiano desses estudantes? Como o fato de serem imigrantes ou refugiados afetava suas vivências universitárias? Eu, que tinha contato com eles apenas no ato da matrícula, me perguntava o que acontecia depois. Essas reflexões e questionamentos deram o impulso para a realização desta pesquisa, que busca entender como esses corpos vivenciam, resistem e subvertem o espaço universitário, transformando-o de maneiras que ainda estamos começando a compreender.

1.1 O QUE EU TENTEI PLANEJAR

Escrever esta tese e partilhar as histórias que me foram contadas parecem se sufocar em um modelo de escrita e uma estrutura tradicional. Assim como Weatherall (2018) admite, algumas

pesquisas não possibilitam recortes e ordem lógicas. No entanto, alguns passos são obrigatórios. Nesta parte, apresento a problematização e os objetivos que guiam esta pesquisa, focada na interação entre corpos ordinários e o espaço universitário.

A própria lacuna que precisamos buscar preencher me causou certo incômodo. Qual a contribuição desta pesquisa? Será que partimos de uma lacuna ou essa brecha só percebemos depois que terminamos? De qualquer forma, creio que este estudo tem o potencial de alcançar duas contribuições: trazer uma visão do corpo que desconstrua uma perspectiva cartesiana aos Estudos Organizacionais e pensar novas formas de fazer e escrever uma pesquisa, assim como Gilmore *et al.* (2019) e Brewis e Williams (2020) relatam ser urgente se refletir.

Dentro dos Estudos Organizacionais e da Administração, o corpo tem sido um elemento subestimado ou tratado de forma limitada, muitas vezes sob uma ótica cartesiana que reforça a dissociação entre corpo e mente. Em contrapartida, este estudo se alinha à chamada "virada do corpo" (Gomes; Fantinel, 2022), movendo-se além do corpo biológico e explorando também o corpo social e o corpo pessoa, como proposto por Flores-Pereira (2010). Tal abordagem desafia os dualismos históricos que hierarquizam as interações organizacionais, favorecendo uma visão integradora do corpo como sujeito criador e resistente. Trata-se de desafiar os dualismos que, historicamente, hierarquizam e fragmentam as interações nos contextos socio-organizacionais. No ritmo dessa caminhada, a tese emerge como uma contribuição aos Estudos Organizacionais ao incorporar as reflexões de Certeau sobre o corpo e o cotidiano, ampliando a discussão para abordagens que busquem "desver" o corpo objetificado e o reconheçam como elemento ativo de criação e resistência.

Acredito que seja também importante avançarmos nos estudos certeunianos para além dos conceitos como "estratégia" e "tática" (Machado; Fernandes; Silva, 2017). Embora também utilize essas ferramentas teóricas, este estudo procura ir além e inserir o corpo, que não apenas age como veículo para práticas cotidianas, mas também comunica, resiste e molda o espaço não verbalmente. Um corpo que escapa ao processo de docilização descrito por Foucault (2014) e que traz, consigo, as marcas da vivência migratória.

Dessa forma, a pesquisa não apenas se alinha com a 'virada do corpo', mas também amplia o alcance das contribuições certeunianas para esse campo. Com essa perspectiva, esta pesquisa procura resgatar o papel do corpo no processo de pesquisa, refletindo sobre como sentimos e somos afetados corporalmente pelo campo. O corpo nesta pesquisa é um elo entre a teoria e a

prática, uma ponte que conecta os saberes acadêmicos às vivências dos estudantes. Ele não é apenas um objeto de estudo; é um agente ativo na construção da pesquisa. Através de meu corpo, experimentei os espaços, as interações e as dinâmicas que permeiam o cotidiano da Universidade. Assim, a corporeidade se tornou a base para a análise das vivências dos estudantes participantes deste estudo, ressaltando como seus corpos, ao ocupar e transitar pelos ambientes acadêmicos, criam formas de vivência, desafiando as normas estabelecidas e reimaginando o espaço universitário.

A pesquisa foca nos "corpos ordinários" de imigrantes e refugiados (que serão chamados nesta tese de “estudantes em situação de deslocamento”, para evitar qualquer estereótipo que termos como “imigrantes” ou “refugiados” possam sugerir), cujas práticas subvertem o espaço universitário e produzem um cotidiano que escapa ao controle institucional. Não se trata apenas de incluir o corpo nas discussões sobre educação, pois, como lembra Nóbrega (2005, p. 610), “o corpo já está incluído na educação”. Trata-se de evidenciar o desafio de reconhecer que somos seres corporais e de compreender que não se educa ou ensina somente a mente, mas que o corpo sempre foi educado no processo escolar, com essa pedagogia corporal intensificando-se na Universidade. Esses heróis e heroínas do cotidiano transformam a Universidade em um espaço vivo e dinâmico, desafiando a rigidez do modelo cartesiano com narrativas de resistência, transformação e construção coletiva. Suas práticas cotidianas configuram microrrevoluções que confrontam o poder dominante, moldando o espaço universitário de formas inesperadas e revelando sua natureza constantemente em construção.

Espaço esse que, como mencionei na introdução, sempre fez parte da minha vida, como aluna e servidora pública. Sempre tive a tendência a romantizar o ambiente universitário. Lembro-me, por exemplo, do caso de um estudante de Odontologia que entrou pela cota destinada a pessoas pretas, pardas, indígenas e de baixa renda. Ele chorou abraçado à mãe ao garantir a última vaga no curso, e a cena me marcou profundamente. Durante a pesquisa desta tese, descobri inclusive que ele, já nos últimos períodos da graduação, havia montado um grupo de estudos para ajudar outros alunos com dificuldades nas disciplinas iniciais do curso.

Por mais coletivo e inspirador que seja o exemplo do estudante de Odontologia, muitos dos alunos que participavam deste grupo de estudos criado por ele eram aqueles que haviam ingressado pela política de reserva de vaga. Esse dado, longe de ser uma coincidência, revela contradições profundas no cotidiano universitário. Embora a reserva de vagas tenha aberto as portas da Universidade para um público historicamente excluído, somente ela não garante

condições equitativas para a permanência desses estudantes. No caso específico do curso de Odontologia, que é integral, muitos alunos enfrentam a realidade de precisar trabalhar à noite para sustentar a própria formação.

A bolsa fornecida pela Universidade, embora fundamental, não é suficiente para cobrir os custos de transporte, alimentação e materiais, especialmente em cursos como Odontologia, que demandam equipamentos e insumos caros. Esses estudantes, ao carregarem a dupla jornada de estudos intensos durante o dia e trabalho à noite, vivem uma rotina exaustiva que impacta diretamente seu desempenho acadêmico e sua saúde. Assim, a mesma política que promove a inclusão pode, paradoxalmente, expor os limites de uma estrutura que não foi pensada para lidar com as desigualdades que ela mesma tenta corrigir.

Essas contradições estiveram presentes constantemente nesta pesquisa. No dia a dia, esses estudantes não se limitavam a aceitar passivamente as dificuldades impostas pela Universidade; pelo contrário, eles se engajavam em práticas que buscavam transformar a realidade em que estavam inseridos. Não são apenas vítimas de uma estrutura desigual, mas agentes ativos que, ao mesmo tempo em que enfrentam as barreiras colocadas pela Universidade, criam formas alternativas de existir e resistir dentro desse espaço.

É importante lembrar que a inclusão que hoje enxergamos foi fruto de lutas e, em grande parte, de políticas como a Lei 12.711/2012, a famosa Lei de Cotas, que completou dez anos em 2022. Essa lei, embora ainda alvo de discursos racistas e patriarcais, tornou o espaço universitário mais plural – ao menos numericamente. Após sua implementação, foi instituída a reserva de 50% das vagas para estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas. Dentro dessa porcentagem de vagas reservadas, há subdivisões para estudantes com renda *per capita* familiar que não ultrapasse 1,5 salários-mínimos, para estudantes pretos, pardos ou indígenas e para pessoas com deficiências (Brasil, 2012). Esse processo é destinado especificamente para as universidades públicas federais; as estaduais, como é o caso da UEM - Universidade Estadual de Maringá, possuem suas próprias normas para o ingresso (algumas inclusive utilizam o Sistema de Seleção Unificada - SISU). Em relação às políticas de reserva de vagas, também são leis e regulamentações estaduais que dissertam sobre, neste estudo trataremos somente das normas federais, por conta do lócus de pesquisa.

Além da lei de cotas, outros regulamentos também surgiram em âmbito universitário, como é o caso da Lei 9.474 de 1997, que trata sobre o refúgio, e da Lei de Migração nº 13.445/2017, que

aborda o acesso e o direito ao ensino e à educação de refugiados e migrantes (Brasil, 1997; Brasil, 2017). Além dessas leis, boa parte das universidades públicas brasileiras são signatárias da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, um acordo de cooperação dos centros universitários com a Agência da ONU para Refugiados, que estabelece iniciativas para promover o acesso de refugiados ao ensino superior (Acnur, 2022). Foi por meio deste acordo que surge a normativa que cria a reserva de vagas para refugiados que os estudantes participantes desta pesquisa ingressaram na UFES.

Políticas de acesso que visam à reserva de vagas em universidades federais sempre geraram (e ainda geram) contradições e são alvos de diversos questionamentos. Em sua maioria, esses questionamentos ainda estão enraizados em um discurso patriarcal, racista e discriminatório, ligados a essa universidade planejada que vimos. Os dados, entretanto, mostram que as políticas de cotas, ainda que de forma quantitativa, tornaram o espaço universitário, pelo menos estatisticamente, mais plural. A pesquisa do Censo da Educação Superior no ano de 2020, revela alguns dados estatísticos em relação ao perfil do estudante de ensino superior, seja em faculdades ou universidades públicas e privadas. No ano de 2020, 46% dos estudantes declararam ser da cor preta/parda, um aumento considerável quando comparado com o ano de 2011, quando esse percentual era de 35%. Entretanto, 52% dos estudantes que compõem os institutos de ensino superior são brancos (Inep, 2022). Na pesquisa focada nas universidades federais públicas, temos uma realidade um pouco diferente. A maioria dos estudantes são do sexo feminino, representando 54,6%. Os estudantes brancos representam 43,30%, pardos 39,20%, pretos pertencentes às comunidades quilombolas 0,9%, pretos não pertencentes às comunidades quilombolas 11,10%, indígenas 0,9% e amarelos 2,10% (Andifes, 2019).

Mas números não são vidas e nem sempre traduzem as nuances do cotidiano universitário. A experiência de uma mulher indígena, que compõe os 0,9% dessa estatística, não será a mesma de uma pessoa amarela entre os 2,1%. Políticas de acesso, como a reserva de vagas, são importantes, entretanto, esse acesso não pode ser considerado somente para termos estatísticos. Mbembe (2016) questiona esse acesso que permite a entrada, mas não possibilita que o indivíduo faça parte, que ele habite de fato o espaço.

Esses atravessamentos – de raça, gênero, classe e tantas outras identidades – moldam realidades muito distintas. E é nesse cotidiano fragmentado que as políticas públicas encontram seus limites. Essa Universidade, que hoje carrega o discurso de inclusão, ainda guarda práticas excludentes. Ela não é homogênea; é um espaço de atravessamentos e disputas. Projetos que

buscam extinguir as cotas, principalmente as étnico-raciais, revelam o desconforto que a democratização do ensino ainda causa em muitos setores da sociedade (Baptista, 2022).

Como relatei, eu vivi a Universidade em vários períodos e em diferentes fases da minha vida. Viver o cotidiano como aluna de graduação foi diferente de vivê-la como aluna de mestrado e como servidora pública. Quero problematizar um pouco mais sobre esses cotidianos entrecruzados no espaço vivido da universidade. Ingressei na universidade antes da instituição da Lei 12.711 de 2012, e, no meu curso, a maioria dos estudantes era branca e de classe média (alguns de classes mais altas).

Em um processo de buscar na memória, lembro que todos nós tínhamos um dia a dia parecido durante o curso: aulas de manhã, almoço no restaurante universitário e estágios à tarde (grande parte dos meus colegas estagiava no mesmo lugar). Todos moravam com os pais e tinham uma vida confortável. Refletindo mais, comecei a pensar e questionar a relação entre a nossa proximidade e o nosso cotidiano similar. Será que é coincidência? Ou será que a relação de amizade vinha desse compartilhamento de uma mesma classe social e de alguns privilégios? Mesmo sendo um corpo que desvia, percebo, nesses momentos, a dimensão do privilégio amarelo, que possibilitou minha inserção e convivência em determinados ambientes.

Essas reflexões sobre os diferentes cotidianos que vivi na Universidade e sobre como as dinâmicas sociais afetam a experiência universitária, levaram-me a direcionar o planejamento da pesquisa. Além dessas reflexões, o planejamento também buscou trazer o papel do corpo para a superfície nos Estudos Organizacionais, ampliando as possibilidades de análise a partir da perspectiva de Michel de Certeau, como dito no início. O objetivo foi explorar esses conceitos para além do que já vem sendo tradicionalmente estudado na área, propondo novas formas de pensar o cotidiano universitário e suas transformações. Como resultado de um processo que envolveu minha qualificação, conversas com minha orientadora, discussões no GEO-PPA (Grupo de Estudos Organizacionais do Programa de Pós-Graduação em Administração da UEM) e até mesmo questionamentos internos (vozes da minha cabeça), chegamos ao seguinte:

Este estudo defende a tese de que os estudantes em situação de deslocamento na Universidade Federal do Espírito Santo reconstroem o cotidiano e o espaço universitário por meio de seus corpos ordinários. Esses corpos, ao interagirem, se moverem e ocuparem diferentes lugares na Universidade, criam novas dinâmicas cotidianas que subvertem as normas espaciais

estabelecidas, gerando múltiplas universidades e novas formas de vivência e apropriação do espaço acadêmico.

1.1.1 Objetivo geral

Esta tese tem como objetivo geral “Desvelar como os corpos ordinários dos estudantes em situação de deslocamento ingressantes na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) reconstroem, ressignificam e subvertem o cotidiano e o espaço universitário, a partir de suas interações e apropriações dos espaços”.

1.1.2 Objetivos específicos

1. Apresentar o cotidiano dos estudantes em situação de deslocamento na UFES, incluindo os afetos, as relações de poder, as estratégias, as táticas e as resistências praticadas por eles.

2. Descrever os espaços universitários da UFES e como eles são vividos e apropriados pelos estudantes em situação de deslocamento.

3. Procurar nos vestígios de suas vivências cotidianas, como seus corpos resistem e subvertem as normas do espaço universitário da UFES.

Sobre a metodologia, confesso antecipadamente que não foi um percurso simples. Para alcançar esses objetivos, optei inicialmente por uma metodologia etnográfica, fundamentada na minha própria experiência como pesquisadora e participante no contexto da UFES. A etnografia, como abordagem metodológica, me parecia oferecer as ferramentas necessárias para captar as sutilezas do cotidiano e as microdinâmicas sociais que passam despercebidas nas análises mais estruturais.

Apesar de todo o planejamento, a jornada não foi fácil, tanto por questões técnicas quanto emocionais. Desde a qualificação, eu já queria articular a etnografia com a operação historiográfica de Certeau, explorando as dimensões de espaço, tempo e alteridade como uma

lente para entender o cotidiano universitário, sempre em constante construção e reconstrução pelas práticas diárias. No entanto, quando entrei em campo, os afetos, sensações e emoções começaram a emergir. Percebi então que apenas articular a etnografia com a operação historiográfica não me oferecia suporte suficiente, especialmente na hora de transformar em palavras escritas as histórias que ouvi e as experiências que vivi.

Cada ato dos estudantes — desde caminhar pelos corredores até enfrentar barreiras institucionais — vai além da simples reprodução do que já foi estabelecido; trata-se de uma produção ativa do espaço. Ao registrar essas práticas em meu diário de campo e por meio de conversas informais, percebi como suas ações cotidianas são, na verdade, narrativas alternativas à dominante, criando outros significados dentro da instituição.

Para Certeau (2017), fazer história é construir um discurso em constante diálogo com o Outro, frequentemente ausente ou perdido entre o passado e o presente. Assim, refletindo em como iria relatar esse encontro entre o *Outro* e o *Eu*, me ancorei no que Certeau entende como heterologia. Certeau (1986; 2017) considera a história um discurso do outro — uma heterologia — dotada de uma alteridade peculiar, pois lida com um ausente (Miranda Jr, 2019) no momento da escrita. Esse conceito tornou-se fundamental para mim, não apenas para trazer o corpo dos estudantes para a análise, mas também o meu, enquanto pesquisadora. Afinal, a pesquisa só se tornou possível a partir desses encontros, do *Eu* com os *Outros*. A forma como sou afetada pelo campo e por esses encontros e como meu corpo participa dessa investigação será também explorada ao longo desta pesquisa, procurando enriquecer a compreensão das dinâmicas corporais e espaciais que emergem na universidade.

Talvez, no fim, tenha podido sentir o porquê Certeau (2014) tivesse dito que a pesquisa é uma espécie de relato de viagem, sozinha, em que, ao ir tentando se encontrar com um Outro, você acaba encontrando consigo mesmo.

2 “O QUE PODE UM CORPO?”: BREVES CONSIDERAÇÕES CORPORAIS

> “O fato é que ninguém determinou, até agora, o que pode o corpo”
> Espinosa (2016, p.101)

Antes de nos aprofundarmos nesta pesquisa, queria tecer algumas considerações em torno do corpo e em como ele tem sido trabalhado dentro dos Estudos Organizacionais. Em termos gerais, convivemos com uma imposição de um corpo visualmente ideal, muito ligado a um padrão de beleza disfarçado de discurso médico do corpo saudável. As redes sociais, como o Instagram, por exemplo, estão recheadas de páginas destinadas a “dar dicas” de como alcançar o corpo ideal. O corpo aqui é sempre visto como um recurso, um objeto, que pode ser melhorado, aperfeiçoado, quase como aquele corpo máquina, racionalizado por Frederick Taylor.

Ao trazer o corpo para a superfície de análise, penso ser necessário também trazer aqui uma outra visão filosófica do corpo. Na visão de Fei (2020), o corpo, durante muitos anos, esteve ocultado e obscuro dentro da filosofia ocidental. Foi somente durante o século XX que uma nova abordagem filosófica em torno do corpo começa a ser elaborada. Em Descartes, encontramos o corpo e a mente com essências diferentes, sendo o corpo um contingente e a mente a estabilidade, a verdade.

Como lembram Cabana e Ichikawa (2022, p. 3), essa “ótica cartesiana radicaliza desta forma a divisão entre a consciência e o mundo sensível”; portanto, essa tese também procura romper com essa lógica dualista do corpo e da mente. Aproximo a noção do corpo que utilizamos aqui em Espinosa. Mesmo baseando boa parte de seus estudos em Descartes, o filósofo rompe com diversas conceituações, principalmente sobre o que é o ser humano. Para ele, corpo e mente são existências simultâneas, em que não há uma hierarquia de um sobre o outro: há um paralelismo (Deleuze, 2002). Um corpo não existe sozinho, isolado; para Espinosa (2016), o corpo é um conjunto de outros corpos que se relacionam tanto em movimento como em repouso com outros. O indivíduo passa a ser construído através das modificações nele causadas por essas interações; a potência do corpo é aumentada ou diminuída pelo afeto (Espinosa, 2016). Nos relacionamos com o mundo por meio do corpo, afetamos e somos afetados por corpos exteriores.

Não quero aprofundar aqui uma discussão filosófica, mas acredito ser interessante trazer esses dois filósofos ao discutir o corpo nos Estudos Organizacionais. Afinal, sendo uma área de estudos dentro da Administração, que ainda possui uma visão fortemente cartesiana, é preciso trazer essa problematização para a discussão dessa tese. Com a divisão cartesiana, o corpo ficou por muito tempo como objeto de estudos exclusivo das ciências médicas, sendo estudado em partes, somente com uma visão biológica. Segundo Flores-Pereira (2010), o corpo biológico, separado da mente, baseou (e ainda baseia) boa parte das ciências e tem orientado a construção da teoria e da prática organizacional. É somente no século XX que uma alteração nos estudos corporais pode ser notada.

No artigo de Flores-Pereira (2010), a autora divide o estudo do corpo nas ciências sociais em quatro linhas. A primeira fase é a do corpo sociossimbólico que surge com os estudos e investigações antropológicas de Marcel Mauss, revelando uma face social, que vai além da biológica, em torno do corpo. Em seguida, uma nova linha de pensamento caracterizada como o corpo socio-hierarquizado surge com Durkheim e Bourdieu, aqui o corpo é lócus de uma ordem hierárquica social, utilizado com uma premissa classificatória (Ferretti; Moreira, 2022) e para "problematizar as relações hierárquicas da sociedade" (Flores-Pereira, 2010, p. 423).

Como exemplo de como esse corpo socio-hierarquizado é explorado, podemos citar o estudo de Vieira e Cepellos (2022), que relacionam o corpo envelhecido ao papel de mulheres executivas, evidenciando como o corpo masculino, branco e magro ainda é privilegiado nas organizações. O estudo revela que, além do gênero, há também uma categorização em torno da idade, que acaba levando mulheres a procurarem procedimentos estéticos e realizarem mudanças em seus hábitos alimentares. Outro estudo é o de Figueiredo (2014), que buscou apresentar como as práticas estão incorporadas no indivíduo, conectadas com uma dimensão da memória, da mente, que se atualiza e se revela no corpo. Em outra pesquisa, a autora também explora essas marcas corporificadas que também refletem uma desigualdade no meio organizacional, que ainda hierarquiza e categoriza os corpos segundo suas estruturas sociais, culturais e históricas, perpetuando preconceitos raciais e de gênero (Figueiredo, 2015).

Nas pesquisas, percebemos que há no meio organizacional uma categorização que coloca o corpo aceitável e o corpo marginalizado. São marcas reproduzidas dentro de uma lógica organizacional e institucional. Mas, essa categorização e hierarquização não são fenômenos exclusivamente organizacionais, elas refletem um ideal que é social. O estudo de Tober e Krolokke (2021) é um exemplo disso. Na pesquisa, as autoras chamam a atenção para um

“colonialismo reprodutivo”, que divide os indivíduos por sua raça, etnia, classe, escolaridade, gênero, sexo, para um mercado global de compra e venda de “úteros, óvulos ou esperma”, o comércio da fertilidade. Veja que o corpo é visto como um produto, em que suas qualidades são, na verdade, reproduções de um discurso racista da sociedade. Essa pesquisa acaba também adentrando no que Flores-Pereira (2010) trata como a fase do corpo sociopolítico.

Principalmente iniciados com Foucault, temos o corpo com sua dimensão política e um foco no processo de construção e dominação do corpo. A fase sociopolítica considera que há uma ordem social e política, relações de poder que afetam o corpo. Relacionado com a pesquisa de Tober e Krolokke (2021) temos também a pesquisa de Ladeira e Borges (2022) para citar de exemplo. Ao investigar casos de violências obstétricas, os autores evidenciaram como o corpo da mulher ainda é visto como uma propriedade despersonificada. Aqui temos dois casos em que o corpo da mulher é tratado com um produto ou objeto, visto somente como um aparelho reprodutor (que pode ser vendido) e como um corpo médico a sujeita a violências disfarçadas de procedimentos obstétricos. Um corpo dominado, ainda como um objeto de posse, com raízes patriarcais e coloniais.

Ainda trabalhando um corpo sociopolítico, a pesquisa de Elidrissi e Courpasson (2021) mostrou como o corpo dentro da organização possui uma interface ao mesmo tempo dócil, mas que também resiste a regimes controladores. Os autores buscam trabalhar com uma noção de corpo político, que afeta a identidade do indivíduo. Os corpos mais vulneráveis acabam sofrendo uma tensão cotidiana dentro da organização, mas é pelo corpo que encontram uma maneira de resistir. Nessa pesquisa também é possível observar um corpo que não aceita a dominação facilmente, que procura formas de resistir e de transgredir.

Abordei até agora três fases: o corpo sociossimbólico, seguido do corpo socio-hierarquizado e o corpo sociopolítico. Para Flores-Pereira (2010), nessas três fases, mesmo libertando o corpo de uma visão somente biológica, ainda construíram uma visão objetificada do corpo, um objeto social dentro das ciências sociais. Somente com a fenomenologia, a quarta e última linha, que o corpo passa de objeto para ator principal da construção social, simbólica e cultural da sociedade. O corpo e a mente se tornam o que juntos constituem o indivíduo, sendo o corpo pessoa.

O artigo de Murphy (2022) se apoia nessa abordagem fenomenológica e recusa o dualismo de Descartes. O autor baseia o estudo em autores como Merleau-Ponty e em Judith Butler[7] para construir uma visão encarnada e performativa da masculinidade em motociclistas. O artigo traz uma nova visão para a Teoria da Cultura do Consumidor e mostra uma "virada corporal" dentro dessa área de estudos, mostrando que o corpo se envolve em uma relação sociomaterial de consumo atrelado a uma corporeidade de gênero. Murphy (2022), utilizando observações e notas de campo reflexivas, mostrou como a masculinidade está imbricada com um esquema corporal que, além de regular suas relações íntimas e sociais, constrói uma perspectiva entre o "eu – outros – coisas". O corpo aqui é essa fronteira com o mundo.

Temos também outras pesquisas que abordaram o corpo de diferentes formas. Há diversos estudos que focam na relação corpo e gênero, dois elementos que se tornaram importantes dentro das investigações sociológicas e que buscam compreender uma subjetividade corporificada. A pesquisa de Sassatelli (2022) traz essa perspectiva de gênero e corpo para o cotidiano e estuda suas relações de poder. Chakraborty e De (2019) buscam compreender o que é "ser mulher". Assim, as autoras mergulham em histórias de mulheres indianas procurando explorar como elas constroem e estruturam seu mundo. Nos resultados, foi possível observar como uma rede de forças e de políticas de poder atuam sob a vida dessas mulheres afetando-as de maneira mental, social e corporal. Além disso, temos os estudos que focam no corpo como objeto de um padrão de beleza e como a busca pelo corpo ideal afeta de formas diferentes, conforme gênero, raça e etnia (Reddy-Best; Choi; Park, 2018; Han; Kim, 2020; Assis; Sousa; Batinga, 2022; Chatzopoulou; Filieri; Dogruyol, 2020).

Dentro da área dos Estudos Organizacionais, quero também citar o artigo de Rezende, Oliveira e Adorno (2018), que utilizaram os estudos certeaunianos para compreender o corpo inserido dentro das práticas organizacionais em um espaço artesanal. Também fazendo uso desse corpo em Certeau, os autores analisaram as práticas que surgem a partir das micropolíticas do corpo no cotidiano de vida social e organizacional. Em uma outra área de estudo, Belcher (2019) também recorre ao corpo em Certeau ao explorar as práticas dentro de uma igreja na América do Sul em relação à quaresma e à Páscoa. Para a autora, utilizar Certeau fornece um ponto de

[7] Importante ressaltar que o autor aqui procura articular duas correntes epistemológicas diferentes: a fenomenológica, com Merleau Ponty, e a pós-estruturalista, com a Judith Butler. Murphy (2022) utiliza o conceito de *embodiment* e performance de Butler e uma visão crítica de Merleau Ponty sobre o dualismo corpo/mente e sujeito/objeto e propõe um repensar que envolva um pensamento pós-dualista na filosofia da corporeidade e procurar desvendar como a mente e o corpo se relacionam e percebem o mundo físico.

partida para uma nova epistemologia do corpo, uma virada para o corpo, tanto na filosofia quanto na teologia. Belcher (2019, p. 423, *tradução nossa*) ainda sinaliza que as análises certeaunianas estabelecem "as bases para perceber os corpos como realidades dinâmicas cujas vidas são constituídas por interações concretas com os espaços, bem como com outros corpos".

A intenção de trazer essas pesquisas era mostrar que o corpo pode e foi analisado por diversas lentes de análises, em diversos lócus e por diferentes correntes filosóficas e epistemológicas. Como disse anteriormente, busco com essa tese contribuir para a discussão do corpo dentro dos Estudos Organizacionais, rompendo com a lógica cartesiana e explorando outras correntes e possibilidades de análise. No início do capítulo, mencionei brevemente o papel do corpo nos estudos de Espinosa. Ainda que ele se oponha a várias ideias de Descartes, Espinosa permanece um teórico do racionalismo. Assim, mesmo confrontando o dualismo cartesiano, ele ainda opera dentro de uma epistemologia racionalista. Já Certeau, por outro lado, segue uma linha pós-estruturalista, mais próxima do empirismo. No entanto, quando olhamos para suas concepções sobre o corpo, encontramos uma aproximação. O corpo em Certeau, assim como em Espinosa, é moldado e afetado por outros corpos e pelos contextos nos quais se insere, o que sugere um rompimento com os dualismos tradicionais que ambos, de suas maneiras, tentam superar.

Certeau, contudo, vai além. Sua visão sobre o corpo não o fixa em um racionalismo, mas o vê em constante movimento, interação e resistência às normas e dispositivos de poder. Na minha tese, procuro seguir esse caminho, rompendo com uma visão que tradicionalmente exclui o corpo do cálculo nos Estudos Organizacionais. Como Espinosa se questiona sobre "o que pode um corpo?", é com Certeau que podemos encontrar pistas para essa resposta. Em seus escritos, o corpo não é apenas objeto de poder, mas também sujeito que age, resiste e reescreve o espaço por meio de suas práticas cotidianas. E é nesse rompimento, tanto com o corpo dócil quanto com a lógica que o fixa, que minha pesquisa se alinha às contribuições certeaunianas.

Espero também que essa visão de corpo, que rompe com dualismos cartesianos, consiga romper fronteiras e se inserir dentro da Administração tradicional, que este corpo ordinário possa transgredir e alterar espaços que vão além de demarcações territoriais. Para esta tese, espero que esse corpo ordinário consiga quebrar muros, visíveis e invisíveis, e mostrar que o cotidiano universitário é muito mais heterogêneo, que é habitado por diferentes corpos que são os que justamente potencializam a possibilidade de se construir uma universidade e uma sociedade cada vez mais diversa e plural.

3 O TORTUOSO PERCURSO METODOLÓGICO: A ETNOGRAFIA, A OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA E A HETEROLOGIA

Desde o princípio, tratei esta pesquisa como uma caminhada, um percurso que, embora planejado, acabou por traçar suas próprias rotas, frequentemente escapando ao previsto. Neste capítulo quero contar um pouco das dificuldades e questionamentos que tive durante o processo metodológico, a imagem 1 dos caminhos improvisados, daqueles que surgem inesperadamente, expressa bem o processo que vivi. A cada passo, o encontro com o Outro, os afetos despertados e as marcas dos corpos no espaço universitário me conduziram por desvios, contornos e atalhos inesperados.

Imagem 1: Quais caminhos eu percorri?

Fonte: Tirada pela autora

Essa percepção ressoa com a reflexão de Michel de Certeau sobre o caminhar pela cidade, em que ele descreve os observadores e os caminhantes. Do alto do World Trade Center, Certeau

(2014) contrapõe a visão panorâmica dos administradores e planejadores urbanos com a experiência prática daqueles que, ao caminhar, produzem o espaço. Assim como o pesquisador que observa de cima, eles buscam capturar a vida cotidiana de longe, como em um "panorama", distante das práticas ordinárias. Essa visão "do alto" ignora as práticas do cotidiano, criando o que Certeau chama de um "simulacro teórico" (Certeau, 2014, p. 159; Dosse, 2013).

Para Certeau (2014), a compreensão da vida urbana exige descer ao nível do solo, onde as pessoas ordinárias jogam com os espaços invisíveis e improvisam seus percursos (Molder, 2022). Inspirada por essa visão, decidi que minha análise da Universidade deveria partir também "de baixo", do nível do vivido. Acreditei que isso seria simples, dada a minha familiaridade com a instituição em que trabalho há mais de quinze anos. Mas, ao descer do alto, percebi que este não era um campo familiar.

Na prática, trilhar esse campo foi um exercício constante de me perder e me reencontrar. Mesmo ao escolher um grupo específico e pequeno, ligado a um processo seletivo recente e com poucos estudantes, e contando com a experiência de mais de uma década na UFES, deparei-me com um cotidiano universitário que escapava à minha percepção. Percebi uma multiplicidade de realidades coexistindo – uma verdadeira pluralidade de universidades dentro de uma só. A familiaridade que parecia ser um facilitador revelou-se ilusória, revelando um campo que era, ao mesmo tempo, novo, surpreendente e revelador.

Antes de adentrar ao campo, procurei desromantizar a visão que eu tinha da UFES. Por ter estudado e ser servidora, tenho carinho pela instituição. Assim, me debrucei em leituras que criticavam o papel das universidades na sociedade; no entanto, recaí no erro de uma visão dual. Recordei-me diversas vezes das discussões com o GEO (Grupo de Estudos Organizacionais), das conversas com a minha orientadora e das recomendações feitas pela minha banca examinadora durante a qualificação. Não existe uma Universidade no singular; e observar essa pluralidade não foi tarefa fácil. Durante as observações pude ver como a UFES possui diversos significados para esses estudantes e como, por vezes, eles são contraditórios.

No início, refleti se contaria ou não o meu local de trabalho na UFES. Afinal, trabalho diretamente com o processo seletivo e tive receio de eles me enxergarem como "parte da instituição". Assim, achei melhor já contar sobre meu trabalho logo no primeiro encontro. Para a minha surpresa, todos viram como algo positivo eu trabalhar na instituição. No começo, percebi uma empolgação por parte deles, como se a pesquisa fosse suscitar mudanças positivas

e diminuir as dificuldades que eles enfrentavam em seu dia a dia na universidade. Tentei deixar bem evidente que queria ouvir o que eles tinham a dizer, mas que infelizmente algumas mudanças fugiam da minha responsabilidade. Por vezes, me senti impotente.

Desde o começo, antes mesmo da submissão ao comitê de ética, refleti sobre formas de abordá-los com sensibilidade, evitando um papel que reproduzisse traumas. Recebi conselhos de colegas da área, como evitar vitimizar os estudantes e criar um espaço seguro de escuta. Não queria que essa pesquisa os objetificasse ou me afastasse de suas experiências. Busquei me conectar verdadeiramente com eles, pois queria evitar uma postura apática e neutra.

Aos poucos, essa sensibilidade começou a moldar minha própria experiência. A princípio queria deixá-los à vontade, acessá-los aos poucos, e ser, também, transparente na pesquisa – afinal, a aproximação com um Outro passa pela presença de um Eu. Mas, ao me deparar com as emoções e sensações despertadas por cada encontro, descobri camadas de mim mesma que até então desconhecia. Já posso adiantar que eu não saí dessa jornada a mesma pesquisadora e pessoa que entrou.

Porém, logo nas primeiras observações, percebi que minha preocupação inicial não refletia a realidade. Já nos primeiros encontros, os estudantes narraram com intensidade suas trajetórias e desafios. Aquele impacto foi como uma onda do mar quebrando sobre mim, me tirando o fôlego. Tomei um caldo. Esperava que a partilha de histórias fosse acontecer com o tempo, mas eles carregavam uma ânsia de contar sobre o passado, sobre o que viveram e superaram. Esses dados, do ponto de vista científico, eram uma fonte riquíssima; mas, para mim, pesavam de uma forma profunda. Sentir e transcrever essas experiências no diário foi árduo; meu corpo revivia as emoções dos encontros, minha garganta se engasgava e era como um zumbido no meu ouvido constante que me tirava da realidade.

Para lidar com o impacto emocional, busquei apoio de colegas psicólogos e do meu terapeuta. Passei a praticar técnicas de respiração e meditação, antes e depois das observações, tentando deixar fluir as sensações. Esse ritual de respiração me ajudou a lidar melhor com a carga emocional das observações seguintes, permitindo-me sentir, processar e deixar ir.

No entanto, como me fazer presente na pesquisa, para além das técnicas, ainda era uma questão. Para falar do Outro, eu precisava encontrar o Eu nesse processo, mas não na definição identitária, e sim em uma conexão afetiva e sensível. O que senti e experienciei com esses estudantes e com o campo é uma parte fundamental da pesquisa, mas expor essa vulnerabilidade

envolve tocar também no meu passado, nas minhas memórias e traumas, colocando-me em uma posição nem sempre confortável. Nesse sentido, o papel do corpo na pesquisa tornou-se central, pois foi através dele que vivenciei e absorvi as interações com o campo.

Pesquisas como as de Ferreira, Fantinel e Amaro (2021) evidenciam como o corpo do pesquisador experimenta o campo, não apenas em seu viés epistemológico, mas também em sua dimensão ontológica e sensível. Os autores destacam que as sensações que o corpo do pesquisador sente durante a pesquisa precisam ser analisadas e interpretadas. O corpo torna-se um mediador entre o campo e o conhecimento produzido, absorvendo e reinterpretando o campo. Pensando nisso, percebo a importância de considerar as influências de meu próprio corpo, que desvia da norma, como relatei nas notas iniciais deste estudo.

Escrever essa tese, no entanto, trouxe também o desafio de como não transformar o Outro em um objeto de pesquisa, como escrever uma narrativa que se mantenha fiel à vivência e que acolha o encontro, sem impor uma estrutura rígida que o delimite. Iniciar a escrita dessa jornada me deixou inquieta; não tenho um mapa de como construir essa narrativa sem que ela se torne um exercício de categorizações. Afinal, o que fazer quando sinto que o modelo tradicional – com introdução, referencial teórico, metodologia, análise, discussão e conclusão – parece sufocar o próprio propósito da pesquisa?

A esses questionamentos somam-se as reflexões de Monteiro (2023) e Vilas Boas (2024), que também recorreram aos estudos de Certeau para abordar questões semelhantes. Monteiro (2023, p. 81) observa que:

> Nossos procedimentos de escrita deslocam o Outro e o mundo, reclassificando-os como ‘objetos’ abordáveis de análise, tornando a alteridade um fato presente, conduzido a uma racionalidade que os assimila. De outro, é essa tentativa de classificação do Outro e do mundo, ao se chocar com a ausência destes que deixa uma marca, produzindo uma fratura na representação e reintroduzindo uma alteridade alterante.

Vilas Boas (2024, p. 144) expressa uma inquietação semelhante:

> Sendo assim, teoricamente essa parece ser uma prática ‘simples’, no entanto, esse foi um dos desafios na construção dessa pesquisa. Como fazer uma análise ‘com’ este outro de modo que não replique um discurso ‘sobre’ o outro? Como não exercer uma escrita colonizadora? Esses foram questionamentos que estiveram presentes do início ao fim dessa tese. Nesse sentido, essa pesquisa me afetou enquanto pesquisadora, por exigir constantes reflexões, por me mostrar o quão importante é a desconstrução nesse processo, e o quanto exercemos, mesmo sem querer, uma escrita colonizadora.

Outro exemplo relevante é o estudo de Quah e Ridgway (2022), que, a partir de relatos autoetnográficos, buscam desvelar o corpo dentro do processo de escrita. As autoras, usando suas próprias experiências, evidenciam como a experiência corporal está intimamente ligada ao processo de pesquisa e escrita. Elas demonstram a tensão e a negociação entre a escrita e as dores do corpo, resultado das longas horas sentadas olhando para o computador. Como observam, o que vemos no produto final é apenas uma versão "photoshopada" da realidade, ocultando o corpo e as dificuldades reais desse processo. Inspirada por essa perspectiva, tentarei, ao longo deste estudo, dar visibilidade tanto ao corpo no campo quanto ao corpo no processo de escrita.

Com essa "versão photoshopada" em mente, Certeau também oferece uma crítica fundamental ao processo de escrita acadêmica. Em suas análises, ele observa que a escrita ocidental moderna privilegia uma oralidade codificada dentro de uma racionalidade estratégica, o que, segundo ele (2014, p. 201), cria uma “economia escriturística” incapaz de captar as nuances das táticas cotidianas. Como alternativa, Certeau (2014) propõe uma escrita densa, com relatos imersos no cotidiano. Eu tentei seguir esse caminho, mas confesso que ainda me sinto presa a uma escrita tradicional, a um modelo fixo. É necessário lembrar que nunca será possível descrever ou acessar o Outro por completo; o máximo que conseguimos são rastros e pegadas de uma alteridade em movimento.

A cada tentativa de encaixar minhas vivências e as dos corpos ordinários que encontrei ao longo do caminho, sentia que o esforço de abrir a pesquisa à sensibilidade, de acolher meus próprios sentimentos e sensações ao lado do Outro, se perdia no formato preestabelecido. Esses capítulos impostos por um modelo científico tradicional dão a impressão de que a pesquisa se fragmenta e perde a fluidez com que foi vivida. No entanto, reconheço que esta tese não apresenta um novo formato. Na tentativa de encontrar uma forma que permitisse maior liberdade, percebi que as limitações do modelo tradicional ainda me aprisionavam.

Adiante, trago mais sobre essas reflexões e dos caminhos percorridos por esta pesquisa. Na tentativa de abarcar essas experiências, recorri ao conceito de heterologia, conforme desenvolvido por Certeau (1986; 2014). Ao perceber que a etnografia não conseguiu dar conta de todas as vivências e tensões que emergiram do campo, a heterologia me permitiu acolher o discurso do Outro sem traduzi-lo para uma linguagem homogênea. Esse conceito me ajudou a tentar lidar com a alteridade do campo sem objetificar os sujeitos, assumindo o papel de um saber outro, que acolhe as diferenças e as opacidades, preservando a singularidade de cada

encontro. A heterologia, assim, proporcionou um meio de escuta e de narrativa que não reduz a experiência do Outro à minha compreensão, mas que respeitou as incertezas e as ambiguidades presentes no campo.

3.1 A ETNOGRAFIA

Nesta parte, quero compartilhar melhor como, ao longo da pesquisa, fui gradualmente percebendo que a etnografia, em sua abordagem mais tradicional, talvez não desse conta de tudo o que eu buscava investigar. A cada tentativa de observar o cotidiano dos estudantes, eu me via diante de nuances, de sensações e de afetos que escapavam a uma análise focada apenas em práticas visíveis e recorrentes. As regularidades que o método etnográfico sugeria que eu procurasse, muitas vezes se diluíam em uma pluralidade de vivências, em gestos e expressões sutis que pareciam não caber em descrições objetivas. Captei algo além das práticas: como afetos, sentimentos, sensações que eram veiculados pelo corpo – o corpo estava lá, pulsante e presente, mas muitas vezes me via na dificuldade de conseguir descrever em palavras as experiências no campo. Foi nesse ponto de tensão que a heterologia surgiu como uma possibilidade de diálogo, uma via para compreender essa multiplicidade, sem perder de vista as singularidades e as dissonâncias do cotidiano dos estudantes.

Inicialmente, considerei utilizar a abordagem de história de vida, mas percebi que isso poderia limitar a observação do corpo, das sensações e da comunicação não verbal, essenciais para este estudo. Em conversas com minha orientadora, acabamos optando pela etnografia, o que parecia ser uma abordagem mais adequada para acessar essas nuances. A etnografia permitiria uma observação mais complexa e detalhada, complementada por entrevistas não estruturadas, além da flexibilidade necessária para adaptar o processo investigativo, conforme as dinâmicas do campo. Parecia, naquele momento, a melhor escolha para alcançar o nível de detalhamento que buscava.

Historicamente, a etnografia passou por transformações significativas, como apontam Schindler e Schäfer (2020), que traçam uma linha cronológica da evolução dessa prática. No início do século XX, a chamada "antropologia de sofá", que consistia em descrever culturas sem contato direto com elas, começou a ser questionada. Com nomes como Malinowski (1978), a prática de

campo, especialmente a observação participante, passou a ser valorizada, destacando a importância de registros de campo descritivamente ricos e obtidos em interação direta com os pesquisados. Já nas décadas seguintes, o movimento da “cultura da escrita” (marcado por autores como James Clifford) criticou a pretensão de objetividade nas descrições etnográficas, que muitas vezes refletiam as perspectivas culturais dos próprios autores, majoritariamente anglo-europeus. Essa crítica levou à chamada “crise de representação”, que levou pesquisadores a reexaminarem seus métodos e a explorarem novas formas de encontrar o Outro. Mesmo com essas revisões, como observam Schindler e Schäfer (2020), essas abordagens ainda ofereciam visões parciais, pois não abarcam plenamente a diversidade e a complexidade da escrita etnográfica.

A etnografia, apesar de seu foco em capturar o cotidiano e as práticas sociais de forma analítica, enfrenta limitações nas ferramentas tradicionalmente utilizadas, como as notas de campo e descrições densas defendidas por Geertz (1978). Com o desenvolvimento do movimento da “cultura da escrita”, houve um aumento na reflexividade sobre o papel do autor e da retórica nas narrativas etnográficas. No entanto, essa ênfase deixou de lado uma análise mais abrangente sobre como a prática de escrita etnográfica se desenvolve ao longo do tempo e em diferentes contextos. Esse foco restrito nas ferramentas tradicionais e nas condições de escrita em campo evidencia a necessidade de repensar e atualizar as práticas etnográficas para abarcar uma dimensão temporal e espacial mais complexa (Schindler; Schäfer, 2020).

No entanto, o campo etnográfico ainda carece de uma descrição detalhada das diversas práticas de escrita que existem dentro dele, e é necessário avançar para além de uma descrição densa (Schindler; Schäfer, 2020). Segundo Uriarte (2012), a etnografia seria um “mergulho profundo e prolongado” na vida do outro, uma espécie de “[...] levantamento de todos os dados possíveis sobre uma determinada comunidade com a finalidade de melhor conhecer o estilo de vida ou a cultura específica da mesma” (Cavedon, 2003, p. 143). No caso desta pesquisa, um mergulho no cotidiano.

Para Ingold (2014, p. 385, *tradução nossa)*, a etnografia significa "escrever sobre as pessoas", embora o significado tradicional, lá em Malinowski e encontrado nos dicionários, traga uma definição científica focada na descrição de raças e costumes, o que soa hoje ultrapassado e inadequado para antropólogos. Atualmente, a antropologia se afasta dessa concepção limitada, dispensando qualquer noção de "raça" e indo além do simples inventário de hábitos e costumes.

Em vez disso, as descrições etnográficas visam conferir agência histórica às pessoas envolvidas, valorizando a precisão como uma "arte de descrever" — uma prática mais próxima da arte do que da ciência no sentido formal, mas sem renunciar à sua veracidade e exatidão.

Para Geertz (1978, p. 157), “fazer etnográfico é tentar ler (no sentido de ‘construir uma leitura de’) um manuscrito estranho”, ou seja, tentar decifrar a cultura do outro sob sua própria ótica. Para o autor, o pesquisador deve se desprender de seus preconceitos e entender o outro a partir de sua cultura, não sob a perspectiva da cultura do pesquisador. Todavia, como nos lembram Oliveira e Figueiredo (2021), a etnografia em sua origem foi elaborada como um estudo do “exótico”, de uma cultura e um contexto diferentes aos do pesquisador. Com o desenvolvimento das ciências sociais, passamos a pesquisar sobre fenômenos sociais que atravessam o nosso próprio espaço, tornando esse processo de estranhamento mais complexo. Como foi o caso deste estudo. Com a familiaridade que eu tenho com o espaço da UFES, entrei no campo com meus próprios julgamentos e percepções. Não foi possível realizar um “distanciamento simbólico”, por mais que no início eu tenha tentado, meu corpo estava inserido no campo, em uma constante relação com o espaço e com os outros participantes da pesquisa.

Durante o percurso etnográfico, percebi como as dimensões de espaço, lugar, tempo e alteridade se articularam. Para Mendes (2019), durante os estudos etnográficos, há uma ausência do presente, pois estamos embriagados pelos elementos do passado. Afinal, as práticas observadas durante o fazer etnográfico são dinâmicas e são capturadas no presente, mas, através do nosso relato e das nossas anotações, tentamos conservá-las para depois tentar compreendê-las (Oliveira; Figueiredo, 2021). Ou seja, as observações e entrevistas contam com um tempo presente, mas que dentro do meu diário de campo já se tornaram um passado. Ao reler minhas anotações ou ouvir novamente as entrevistas, em uma relação de alteridade, aquele Outro já não existia mais e, muitas vezes, o Eu que estava ali também já não era mais o mesmo.

Ingold (2014) argumenta que o problema da antropologia etnográfica não está em negligenciar as pessoas com quem se trabalha, mas nessa distorção temporal que transforma o impacto de encontros presentes em uma imagem do passado. Ao tratar esses encontros como dados etnográficos, os pesquisadores frequentemente relegam ao passado as experiências e os processos em desenvolvimento que ainda estão por se desdobrar. O autor ainda sugere que essa visão "de duas faces" posiciona o pesquisador de costas para o futuro emergente, abandonando o outro, que permanece no momento do encontro. Esse aspecto temporal é central para entender

os desafios desta pesquisa. Na etnografia, há sempre uma tensão entre o presente da observação e o passado do registro. À medida que interpretamos e descrevemos o vivido, corremos o risco de transformar o novo em uma imagem do que "já foi".

Ingold (2014) reflete também sobre como o "campo" etnográfico nunca é experimentado como tal enquanto o pesquisador está imerso nas dinâmicas da vida cotidiana. É apenas com o distanciamento temporal e físico que o campo se destaca como um objeto de análise. O autor ainda sugere que, se formos consistentes, devemos abandonar o termo “etnográfico” e a ideia do campo como um recorte específico, considerando em vez disso a prática central da etnografia como uma forma de observação participante. Ele critica a tendência de tratar a etnografia como uma simples coleta de dados empíricos para alimentar comparações antropológicas, sublinhando como a prática etnográfica tem sido reduzida a dados que desvalorizam a riqueza da experiência vivida.

Esse questionamento de Ingold (2014) sobre a temporalidade e a prática etnográfica ressalta uma tensão que encontrei durante meu percurso etnográfico: a expectativa de que a pesquisa de campo produza "dados" generalizáveis desconsidera as singularidades dos encontros vividos. A etnografia não deveria ser entendida como um processo de mera coleta e análise comparativa, mas sim como uma prática que valoriza a experiência profunda do pesquisador no campo. Essa perspectiva nos leva a considerar a etnografia não apenas como um método para descrever culturas, mas como uma abordagem que reconhece a complexidade e a incompletude dos fenômenos sociais (Ingold, 2014).

Apesar de todas essas contribuições, percebi ao longo da pesquisa que a etnografia, em sua abordagem tradicional, não era suficiente para lidar com a complexidade que eu encontrava no campo. Minha investigação não possibilitava categorizações nítidas ou conclusões definitivas, e senti a necessidade de uma ferramenta que me permitisse abarcar melhor as nuances, as singularidades e as contradições presentes no cotidiano dos estudantes. As preocupações e os questionamentos levantados por Ingold (2014), especialmente sobre a limitação da etnografia em capturar plenamente a riqueza dos fenômenos sociais, ressoaram profundamente com as minhas próprias inquietações durante o processo de pesquisa.

Foi nesse contexto que a operação historiográfica surgiu como um complemento essencial, permitindo-me abordar essas lacunas e tratar a complexidade que emergia do campo de maneira

mais abrangente. Enquanto a etnografia foi uma base inicial fundamental, permitindo um mergulho profundo e uma imersão no cotidiano, a historiografia não apenas contribuiu para a análise mais integrada, reconhecendo tanto a multiplicidade quanto a fluidez das experiências vividas, mas também desempenhou um papel central na construção do meu diário de campo e no processo de escrita. Essa abordagem possibilitou organizar os fragmentos observados e vividos em narrativas que respeitam as nuances e contradições do cotidiano.

3.2 A OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA: O LUGAR, A PRÁTICA E A ESCRITA

Antes de acessar o campo, ainda na fase do projeto de pesquisa, queria incorporar as contribuições metodológicas de Michel de Certeau, particularmente em relação à operação historiográfica, ao método etnográfico. Mesmo estando presente em diversas áreas, na Antropologia, os estudos certeaunianos não aparecem tão presentes (Napolitano; Pratten, 2007). Para Mitchell (2007), embora não seja muito utilizado por antropólogos, Certeau abre algumas outras possibilidades dentro do processo etnográfico, principalmente por inverter a lógica de análise. Ao focar nas táticas cotidianas de resistência em vez de no aparelho dominador, colabora com um outro olhar etnográfico que vê nesse "homem ordinário" a resistência. Napolitano e Pratten (2007) acreditam que, mesmo não tendo elaborado uma nova metodologia, Certeau desenvolveu ferramentas teóricas que possibilitam acessar uma pluralidade do cotidiano a partir das práticas etnográficas.

Como historiador, Certeau (2017) refletiu sobre o que seria a operação historiográfica em que escrevemos no presente sobre um passado. Há um espaço temporal em movimento, escrevemos sobre algo que já aconteceu. Algo muito semelhante durante o processo etnográfico. O diário de campo é recheado de momentos que já aconteceram e que trago novamente ao presente nas minhas análises. Em seu livro *A escrita da história*, Certeau (2017) destina um capítulo para dissertar sobre a combinação de três dimensões que fazem parte de uma operação histórica. A primeira se refere ao lugar socioeconômico, político e cultural em que ela é produzida. Há uma relação de poder, pois o que a história produz está intimamente ligada a essa posição. O que foi dito está articulado com o que era interesse desse "lugar". E o que não foi dito? O que a história ignorou por não fazer parte daquele universo social em que era produzida? Em outra obra,

Certeau (2012, p. 168) nos alerta que “uma interpretação teórica está, portanto, ligada ao poder de um grupo e à estrutura da sociedade onde ela conquistou esse lugar.”

Nesta pesquisa, articular a operação historiográfica de Certeau – tomando as três dimensões certeaunianas, apresentadas a seguir como bases – me auxiliou a compreender melhor o campo, principalmente ao considerar a dimensão *lugar*, não somente do que já foi produzido, mas também de que lugar eu estaria “produzindo uma história”. Questionei muito minha posição como pesquisadora e, durante minhas análises, por vezes me vi refletindo sobre como, mesmo tentando me desvencilhar de uma “autoridade etnográfica”, ainda havia uma relação de poder e minhas interpretações partiam desse meu lugar.

A operação historiográfica de Certeau me impulsionou a refletir sobre a complexidade do meu próprio lugar de fala e a entender que qualquer representação produzida no campo é inseparável da posição de quem investiga. Afinal, como observa Kam (1996), essa construção nunca é neutra: o passado, ao ser transformado em objeto de análise, é necessariamente enquadrado por escolhas e recortes que, de alguma forma, revelam a relação de poder existente entre o pesquisador e o contexto pesquisado. Durante minhas análises, me vi constantemente lidando com a tensão de tentar minimizar a “autoridade etnográfica”, mas reconhecendo que essa posição nunca se apaga por completo. Esse exercício me aproximou do que propõe Barbieri Jr. (2002), ao lembrar a importância de manter uma dúvida crítica sobre minhas próprias interpretações. Com isso, a reflexividade tornou-se uma ferramenta essencial não apenas para mapear o “lugar” de onde produzo a história, mas também para revisar, questionar e abrir espaço para novas possibilidades interpretativas ao longo da pesquisa.

A segunda dimensão trata-se do “fazer história” como uma prática. Pensando de uma forma mais pragmática, Certeau (2017) coloca que há um conjunto de técnicas que se movimentam na procura de transformar um fenômeno ou objeto social em histórico. A prática é o que concede um caráter científico, como reflete Miranda Jr (2019, p. 107), a história não é uma “simples fala ‘nobre’ de uma interpretação desencarnada e desinteressada”. Em relação à prática, Certeau (2017) articula a questão do tempo passado e presente; a prática se insere nesse meio entre o dado e o criado.

A *prática* do "fazer história" ganhou forma nos meus diários de campo e nas observações que fiz. Em busca de uma aproximação mais orgânica com os estudantes, optei por evitar o uso imediato do celular ou bloco de notas para anotações durante os encontros. No entanto, essa

escolha gerou questionamentos inesperados, como quando alguém perguntava se eu não queria anotar algo que havia dito. Nesses momentos, sentia que o próprio campo, de certa forma, demandava de mim um rigor metodológico que eu tentava evitar. Ao final do dia, frequentemente mental e emocionalmente exausta, acabava escrevendo no diário mais sobre meus sentimentos do que sobre os detalhes do campo. Com o tempo passei a separar os registros: um diário dos sentimentos, escrito logo ao chegar em casa, e outro mais detalhado, redigido posteriormente, com as observações específicas. Assim, a minha narrativa se construiu em duas camadas complementares, refletindo o que Certeau aponta, conforme interpretado por Weymans (2004), de que a estranheza do passado só se torna visível por meio da própria construção científica. Esses registros permitiram que eu reconhecesse, no tecido da experiência, uma dimensão de distanciamento essencial para dar forma e sentido aos encontros vividos.

Nesse exercício de tentar trazer o passado para o presente, percebi que a escrita se tornou essencial nas interpretações, pois, nessa reconstrução, o que emergia com força eram as sensações corporais que atravessavam minha experiência. Em alguns momentos, era como se minha mente demorasse a se lembrar, mas um arrepio ou um coração acelerado faziam meu corpo se recordar lembrar primeiro e a lembrança surgia.

Essa prática de escrita dialoga com a terceira dimensão apontada por Certeau (2017), para quem a *escrita* é uma das partes centrais na operação historiográfica, ainda frequentemente negligenciada por uma epistemologia cartesiana ocidental. É por meio da escrita que revelamos e construímos a história, uma prática que, mais do que um simples registro, envolve corpo, memória e emoção para construir o passado. Dentro da escrita, o lugar e a prática se encontram:

> A construção da escrita representa a passagem da prática ao texto. Em um certo sentido, a escrita histórica permanece controlada pelas práticas das quais resulta. Contudo, ela mesma é uma prática social que confere ao seu leitor um lugar bem determinado, redistribuindo o espaço de suas referências simbólicas. E é nesse ponto que Certeau atribui um importante papel à escrita histórica, pois entende que ela funciona como uma imagem invertida, isto é, ela dá lugar à falta (a ausência do passado), mas ao mesmo tempo a esconde. Opera construindo representações, atribuindo sentido e pretendendo compreender o passado, que lhe está ausente. Simboliza a ausência, exorcizando-a por meio do discurso (Miranda Jr, 2019, p. 108).

Mesmo Certeau (2017) tendo construído a operação historiográfica pensando no papel do historiador, podemos tirar daqui reflexões metodológicas – utilizadas neste estudo – que podem contribuir para as mais diversas áreas, inclusive a de Estudos Organizacionais. Principalmente relacionado a uma compreensão da escrita, que pense nesse lugar e nessa prática para revelar campos ainda silenciados por um discurso ainda hegemônico. Mesmo sendo uma área de

estudos que procura outros caminhos que fogem do *mainstream* da Administração tradicional, é preciso discutir e refletir constantemente para desconstruir uma visão muitas vezes ainda viciada dentro de um paradigma dominante (Gouvêa; Cabana; Ichikawa, 2018; Lacerda; Ipiranga, 2022).

Kam (1996), ao refletir sobre as práticas historiográficas, observa que estas frequentemente servem para "dar vida" ao passado, ressaltando que a historiografia é profundamente influenciada pelos contextos presentes. Apesar de sua pretensão de objetividade, a historiografia revela-se inevitavelmente subjetiva, como argumenta Certeau em *A Escrita da História*. Certeau (2017) questiona o que os historiadores produzem quando se tornam escritores, propondo que seus discursos devem expor suas práticas e os limites de sua disciplina. Ele sugere que, ao abandonar a rigidez de seu lugar original, a história pode se transformar, seja em ficção, seja em uma análise reflexiva sobre suas próprias leis, ampliando o campo de possibilidades interpretativas.

Barbieri Jr. (2002) destaca as "narrativas de viagem" como um gênero histórico que revela as dimensões heterológicas inerentes às explorações e colonizações das Américas. A partir dessa perspectiva, Michel de Certeau oferece uma reflexão profunda sobre a metáfora da viagem, a tensão entre oralidade e escrita e o fenômeno do "retorno do reprimido", essencial para entender o papel do outro cultural. Barbieri Jr. também ressalta os desafios enfrentados pelos pesquisadores em sua jornada investigativa, desde a localização e a validação de informações até o esforço de captar as vozes marginalizadas. Nesse sentido, Certeau (2017) enfatiza a importância de ouvir o outro, cujas narrativas frequentemente são silenciadas nos processos de documentação, ao mesmo tempo em que alerta para os riscos de projetar, na escrita, as estruturas de poder e de identidade do próprio autor, bem como explorado no estudo de Vilas Boas e Ichikawa (2023)

A relação entre escrita e produção de conhecimento ganha outra camada com Gilmore *et al*. (2019), que argumentam que os estilos de escrita moldam o que é considerado válido no campo acadêmico. Nas ciências de gestão e organização, normas rígidas frequentemente delimitam os objetos de estudo e formas de expressão, excluindo elementos humanos essenciais. Essa exclusão restringe a capacidade de explorar experiências materiais e humanas que enriquecem a compreensão do cotidiano. Ao propor a ideia de "escrever de forma diferente", os autores sugerem uma abertura para novos significados, permitindo que ideias prosperem e incentivem formas mais humanas e transformadoras de aprender e de ensinar. Eles também apontam como

a adesão a padrões acadêmicos transcendentais desincorpora o pesquisador, limitando sua expressão e impacto na pesquisa.

Complementando essa visão, Brewis e Williams (2020) introduzem a metáfora da "pele" para explorar as tensões entre a abstração acadêmica e a necessidade de integrar experiências vividas nos Estudos Organizacionais. A pele, como interface, reflete o conflito entre a externalização dos conhecimentos e a inclusão das dimensões sensoriais e materiais da vida. Embora a abstração tenha historicamente prevalecido, os autores defendem a possibilidade de um diálogo entre essas forças opostas, o que poderia enriquecer a prática da escrita e produzir um conhecimento mais conectado às realidades humanas. Esse argumento ecoa a crítica de Gilmore *et al*. (2019) sobre os impactos negativos das normas acadêmicas desincorporadas, reforçando a importância de experiências encarnadas nas narrativas científicas.

Essas discussões, amparadas por diferentes autores, convergem para a valorização de uma escrita que incorpore a alteridade e as práticas ordinárias como foco de reflexão. Inspirada pela operação historiográfica de Certeau (2017) e suas três dimensões – lugar, prática e escrita –, foram fundamentais para estruturar este trabalho, principalmente na construção do meu diário de campo. Nesta pesquisa, assim como no “fazer história”, parte-se de um lugar no presente, mas sempre em diálogo com um passado que será lido num futuro. Nesse processo, revelam-se rastros de um Outro, que se mostra em fragmentos, numa representação do que foi, mas já não é mais – é, como coloca Certeau (2017), um *morto*. Com o tempo, percebi que essa fragmentação não estava apenas nos relatos dos estudantes, mas em mim mesma, que também me alterava ao longo da pesquisa. Acredito que é neste ponto, dessa alteridade alterante, que a heterologia se faz importante.

3.3 A HETEROLOGIA

Não tem como passar por uma jornada de pesquisa e sair dela do mesmo jeito que entrou. Ninguém volta igual depois de um encontro com o Outro. Esse contato – seja com o passado, o presente, algo interno ou externo – mexe conosco e transforma nossa maneira de entender o mundo (Certeau, 2017; Miranda Jr, 2019). Encontrar esse Outro não é sobre controlar ou dominar, mas sobre se permitir estar vulnerável. Essa visão, quase poética, acabou complicando ainda mais os caminhos deste estudo. Cada conversa, cada interação que eu tive com os sujeitos

da pesquisa não só bagunçava minhas certezas e valores, mas também me fazia enxergar a complexidade de tudo aquilo e a dificuldade de registrar isso. No final das contas, o que eu buscava não era só conhecimento, mas uma mudança profunda – daquelas que mudam a forma como contamos nossa história e olhamos para o mundo.

A etnografia foi o alicerce inicial, uma base que me ajudou a observar e a registrar o cotidiano, a identificar padrões e a captar as práticas. No entanto, ao perceber que o corpo, os afetos e as sutilezas do campo me atravessavam de maneira intensa, senti que essa estrutura se mostrava insuficiente para abarcar o pulsar do vivido. Foi quando a heterologia emergiu como uma saída, especialmente nas interpretações — uma possibilidade de incluir o místico, o ficcional, aquilo que foge ao controle. Essa abordagem me permitiu ir além da descrição e explorar as camadas mais profundas do campo, onde os sentimentos e complexidades revelam um Outro que não é somente uma representação, mas algo que também me transformou.

As reflexões de Certeau (2014) sobre os povos indígenas do Novo Mundo avançam proposições sobre como essas comunidades, consideradas "outras", influenciavam seus observadores e, por consequência, os leitores contemporâneos. Nesse sentido, o encontro com o outro tem o potencial de fundar nosso próprio discurso a respeito de nós mesmos, estabelecendo uma dialética de identidade que, embora possa ser unilateral e exploratória, não deixa de ter impacto. Certeau descreve de forma evocativa como o outro assombra, perturba, fere e até mesmo arrebata aqueles europeus que entram em contato com ele (Barbieri Jr, 2002). Essa dinâmica é especialmente relevante para minha pesquisa, pois, conforme explorava e me envolvia com essas experiências, percebia que a jornada de pesquisa não era apenas um exercício de observação, mas uma transformação profunda. Não podemos sair iguais de um encontro com o outro; a própria pesquisa nos modifica. Essa troca e reflexão trazem à tona questões que desafiam nossas suposições, criando um espaço de vulnerabilidade e permitindo que a alteridade nos impacte de maneiras inesperadas.

A heterologia, como apresentada por Certeau (1986), se apresenta como um conceito complexo e multifacetado, sem um estabelecimento sistemático ou uma definição metodologicamente clara. Monteiro (2023) aponta que, embora a heterologia não tenha se configurado como um pensamento sistemático, a trajetória epistemológica de Certeau é fundamental para compreendê-la. Certeau (2011) afirmava que "pensar é passar", sugerindo que toda forma de escrita envolve uma relação com o Outro, cujos vestígios se tornam indícios do sentido. Essa perspectiva revela a importância das interações e das influências externas na construção do

conhecimento. Além disso, como destaca Giard (1991), Certeau nunca se contentava com um único método ou disciplina; seu hábito de submeter cada modelo a uma crítica rigorosa reflete seu distanciamento das certezas, posicionando-se nas margens das instituições e como um itinerante nas fronteiras do conhecimento. Buchanan (1996) complementa essa ideia, afirmando que, embora a heterologia não tenha uma representação exata, é perceptível que Certeau desejava que suas reflexões se desviassem dos estudos culturais emergentes da época, buscando algo que pudesse ser definido como “semiótica interpretativa”. Essa abordagem híbrida e fluida revela a intenção de Certeau de explorar a complexidade das experiências humanas e as múltiplas vozes que constituem nosso entendimento do mundo.

A obra de Certeau destaca a complexidade do conhecimento sobre o Outro, enfatizando a necessidade de interrogar cada figura da racionalidade sem um centro fixo de perspectiva. Giard (1991) argumenta que essa abordagem proíbe o estabelecimento de uma posição isenta, a partir da qual se poderia totalizar o conhecimento do Outro. Em vez disso, Certeau (2014) propõe um projeto mais modesto, que ilumine as formalidades das práticas sem a necessidade de delinear um princípio de ordenação. Essa reticência em relação à sistematização, evidenciada por seu afastamento das ideias de Aristóteles e sua atração por Wittgenstein, reflete seu ceticismo quanto a totalizações que poderiam obscurecer a complexidade das experiências. Por sua vez, Buchanan (1996) complementa essa perspectiva ao apontar que a visão de cultura como um quebra-cabeça, defendida por Geertz, também se baseia em uma divisão entre o etnógrafo e seu sujeito. A compreensão que um etnógrafo pode ter é limitada àquilo que seus informantes percebem, e, embora possa produzir um "mapa" dos conceitos vitais que orientam a vida cotidiana, essa articulação não capta a vitalidade desses conceitos, que permanecem além do alcance do etnógrafo. Esse dilema ilustra o que Buchanan (1996) chama de problema da alteridade, um desafio que Geertz reconhece, mas que não aborda de maneira aprofundada. Através dessas discussões, evidencia-se a liberdade que emerge da recusa de uma totalização simplista, permitindo um olhar mais profundo e sensível sobre as nuances da experiência humana.

A perspectiva heterológica, conforme discutida por Monteiro (2023), revela um paradoxo intrínseco à representação do Outro. De um lado, os procedimentos de análise tendem a reclassificar a alteridade como um “objeto” abordável, assimilável à lógica da racionalidade. No entanto, essa tentativa de representação se confronta com a ausência do Outro, resultando em uma fratura que reintroduz uma diferença afirmativa na representação. Certeau (2014) sugere que essa fratura é o que caracteriza toda literatura como "heterológica", já que ela não

apenas transforma a oralidade, mas também é alterada por ela. Kam (1996) complementa essa ideia ao apontar que essas distorções revelam a presença de lacunas significativas, as quais a escrita busca expor, desafiando as narrativas fechadas da História moderna ocidental. Essa abordagem ilumina as fissuras e extrai narrativas alternativas que resistem à tentativa de totalização. Dessa forma, a heterologia se apresenta como uma lente que valoriza os desvios e as fendas na narrativa (Certeau, 1986), em contraste com a tendência do olhar etnográfico de categorizar e classificar. Em vez de buscar uma assimilação simplista da alteridade, a heterologia nos convida a reconhecer a complexidade e a riqueza das experiências que se encontram nas margens da representação convencional, enfatizando a importância de ouvir essas narrativas diversas.

A reflexão sobre a heterologia, conforme apontado por Kam (1996), nos leva a compreender que não existem narrativas absolutas, mas múltiplas histórias que se entrelaçam, incluindo as heterologias que Certeau (1986) defende. Os conceitos de "táticas", "espaço" e "os fracos" se opõem, não em um sentido binário, mas dentro de uma rede complexa de relações de poder. Nesse contexto, a história moderna ocidental, marcada pela "violência epistêmica", pode ser rearticulada taticamente, contribuindo para a desestabilização do imperialismo. Essa visão é reforçada por Monteiro (2023), que argumenta que a tentativa de representar o Outro como um indivíduo ou uma cultura acaba se tornando uma armadilha que apaga suas marcas. A verdadeira essência da heterologia, segundo Certeau (2014, 2017), reside no espaço entre a presença da pegada e a ausência do Outro que a produziu. Essa fratura transforma a narrativa de um relato monótono para uma história rica, caótica e viva, revelando a alteridade como uma força criativa. Assim, a heterologia emerge como um novo *logos*, uma forma de entender a alteridade não apenas como exterioridade, mas como uma condição fundamental que molda o futuro e propõe novas possibilidades de saber e de ser.

É essencial reconhecer que a jornada de pesquisa não se limita a descobrir e a categorizar; ela exige uma abertura à alteridade e à complexidade do Outro. Ao adotar a perspectiva heterológica, buscamos não representar, mas interrogar e reverberar as vozes e as experiências que desafiam as narrativas dominantes. A pesquisa, então, torna-se um campo de interações, uma trama, em que o pesquisador e o pesquisado cocriam significados e onde a presença do Outro nos transforma. Nesse sentido, a escrita não é uma mera documentação, mas uma ferramenta de revelação e criação, capaz de abrir novas fronteiras de entendimento e de conexão. A heterologia permitiu incluir o outro e suas práticas ordinárias como foco de reflexão, ampliando as possibilidades interpretativas e oferecendo um olhar que valoriza o desvio e o

inesperado. Ao transitar entre essas abordagens – etnografia, historiografia e heterologia –, busquei compor uma narrativa que fizesse jus à densidade e à riqueza do campo, explorando a complexidade do cotidiano para além do que qualquer abordagem isolada poderia proporcionar.

3.4 A INTERPRETAÇÃO

A interpretação de dados é sempre um desafio, mas, neste estudo, ela trouxe questionamentos que extrapolam a técnica. Como interpretar e analisar dados sem recorrer às categorizações e comparações que, muitas vezes, estruturam as pesquisas? Essa indagação não apenas permeou o processo, mas moldou a forma como me aproximei do material coletado.

Minha jornada de análise começou com a leitura do meu diário de campo, onde registrei as observações mais detalhadas. Adotei uma leitura flutuante, aquela proposta por Bardin (2016), quase como quem tenta escutar pegadas do passado. Nesta primeira leitura não me apeguei em nenhum roteiro predefinido: deixei que os textos me conduzissem, revelando fragmentos que, às vezes, pareciam insignificantes, mas guardavam rastros essenciais. Assim, conforme eu ia fazendo essa leitura, também ia anotando algumas reflexões, alguns questionamentos e destacando em meu diário o que eu achava ser mais interessante.

A leitura do meu diário emocional também foi crucial. Revisitá-lo me permitiu acessar os sentimentos vividos e, mais do que isso, reconhecer meu corpo como um elemento central nessa pesquisa. O que senti em campo não foi apenas registrado; foi rememorado, tornando-se parte da análise e evidenciando essa "alteridade alterante" – um movimento constante entre o eu que vivenciou e o eu que analisa. Nele fiz o mesmo processo: primeiro uma leitura flutuante, para depois ir fazendo algumas anotações. Depois, percebi que precisava, de alguma forma, juntá-los, pois não seria possível fazer uma análise que os tratasse de maneira separada.

Mesmo com todas as ferramentas tecnológicas atuais, eu ainda sinto a necessidade de uma etapa mais “manual”. Assim, parti para uma leitura mais atenta do que eu queria extrair dos meus dados. Anotava as passagens em *post-its* e os ia “grudando” em duas cartolinas brancas que eu havia pregado na parede. Isso me ajudou a ter um auxílio visual; era como se eu fosse organizando um quebra-cabeça com os dados. Foi aqui que também juntei os dados tanto do meu diário de “sentimentos”, escrito logo após os encontros, quanto do diário mais detalhado,

que redigia posteriormente. Na imagem 2, é possível observar a construção dessa minha "parede de ideias e dados". Em alguns *post-its*, eu colocava partes da teoria e, assim, ia tentando encontrar um caminho, uma trilha para interpretar os dados coletados.

Imagem 2: A análise: tentando organizar os dados

Fonte: Dados da pesquisa

O interessante de ter uma ferramenta manual visível como essa era também a facilidade de incluir questões quando eu lembrava. Sabe aqueles *insights* que temos do nada, que aparecem quando estamos lavando louça, por exemplo? Eu corria e anotava em um papel a articulação que havia pensado e já "grudava" na minha parede. Trabalhei com os dados dessa maneira por um tempo e, depois, os passei para uma tabela do Excel. Nela, organizei esses dados da seguinte maneira: uma coluna em que eu transcrevia o trecho do diário; uma segunda coluna com quem eram meus interlocutores; uma terceira em que eu colocava qual era o tópico central da situação que eu havia descrito e uma última coluna com algumas reflexões teóricas que poderiam ser construídas.

Essas cenas, muitas vezes, se entrecruzavam. Assim, tentei articulá-las de uma forma que pudessem compor um mosaico coerente e fluido. Foram, no total, vinte tópicos centrais, são eles: a saudade, a solidão do corpo, a cátedra, o corpo como ato político, a entrada no campo, espaços de afeto, espaço e o corpo, o bairro e o afeto, frases, o bairro, o corpo exposto, o corpo e o estereótipo, o corpo estereotipado e a conveniência do bairro, o corpo que desvirtua, o corpo útil, o português, o sorriso, os percalços, os sentimentos e a tática cotidiana. Como a minha

intenção não era criar categorias com elas, achei que seria mais interessante agrupá-las utilizando o que acredito serem os três pilares teóricos deste estudo a partir de Michel de Certeau: o cotidiano, o bairro – que seria o espaço vivido –, e o corpo.

Barbieri Jr. (2002) ressalta a importância de adotar uma postura de dúvida crítica em relação às próprias interpretações, destacando a reflexividade como uma ferramenta essencial para mapear o "lugar" de onde se constrói a narrativa e abrir espaço para novas possibilidades interpretativas ao longo da pesquisa. Alinhada a essa perspectiva, minha abordagem analítica optou por uma apresentação distinta dos resultados, afastando-se das transcrições literais ou da citação direta de trechos do diário de campo, características comuns em pesquisas etnográficas. Organizei as cenas de forma a promover um diálogo entre elas, mesmo quando ocorreram em tempos diferentes, enfatizando as conexões e os significados que emergiam do cotidiano, do bairro e do corpo, independentemente de sua linearidade temporal. Essa escolha parte tanto de um compromisso com uma análise mais crítica e reflexiva, quanto dos objetivos que fundamentam este estudo.

Ao desviar de uma linearidade temporal, busquei enfatizar a tessitura de significados que se sobrepõem e entrelaçam ao longo da pesquisa. Além disso, essa organização me permitiu escapar das narrativas fragmentadas e isoladas que poderiam surgir ao apresentar os resultados por meio de transcrições diretas. Ao invés disso, priorizei uma narrativa que privilegia a integração e a fluidez das cenas, conferindo unidade à experiência observada e vivenciada.

Com isso, os próximos capítulos trazem essas cenas organizadas: o cotidiano, o bairro e o corpo. Mas, antes de entrar nesses espaços, explico como encontrei os participantes, os verdadeiros heróis e heroínas desta pesquisa, e como foi minha inserção no campo. Esses passos iniciais são fundamentais para compreender os caminhos trilhados e os desafios enfrentados. Espero que, ao compartilhar esse processo, eu possa oferecer não apenas uma análise, mas um convite para olhar o mundo de maneira menos categórica e mais humana.

3.5 COMO ENCONTRAR ESSES HERÓIS E HEROÍNAS?

Neste subitem, apresento os caminhos que me levaram ao campo e aos interlocutores que integram esta pesquisa. Chegar ao universo de estudantes refugiados e imigrantes na UFES foi

um processo que se construiu entre o planejamento e o improviso. Cada conversa, cada troca de olhares, cada silêncio carregava algo das trajetórias e das camadas que compõem as vivências desses estudantes. Ao narrar esse percurso, compartilho como essas aproximações iniciais, tão imprevistas quanto essenciais, moldaram esta pesquisa. Mas antes, queria adentrar rapidamente em algumas normativas e definições.

O Brasil é um dos países signatários da Convenção relativa ao estatuto dos refugiados, ou o Estatuto dos Refugiados de 1951 – um acordo estabelecido nos pós 2ª guerra mundial entre diversos países, e tratava especificamente do acolhimento e tratamentos de pessoas refugiadas em decorrência principalmente da guerra (Acnur, 2022). Somente em 1997, o Brasil criava uma lei nº. 9.474, de 22 de julho de 1997, específica para implementar no país algumas regras e regulamentações em relação ao Estatuto. De acordo com a lei, ficava determinado como refugiado:

> Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:
> I – Devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
> II - Não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
> III - devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (Brasil, 1997).

É importante ressaltar que, com o tempo e os contextos sociais, a definição para o termo "refugiado" foi sendo ampliada daquela tratada em Genebra. A condição de refugiado no Brasil também é extensiva ao cônjuge, aos ascendentes, descendentes e aos demais familiares que sejam dependentes economicamente do refugiado solicitante. É também a Lei 9.474 que cria o Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE, órgão de deliberação coletiva, no âmbito do Ministério da Justiça (Brasil, 1997). No último relatório de 2024 do CONARE, a maioria das pessoas reconhecidas como refugiadas no Brasil, entre 2011 e 2023, eram da Venezuela e em seguida da Síria. Nos últimos anos, observou-se também um aumento significativo de pessoas refugiadas provenientes do Afeganistão, República Democrática do Congo e Cuba. No ano de 2023, verificou-se uma redução no total de pessoas solicitantes de refúgio venezuelanas, no entanto, outras nacionalidades como vietnamitas, nepaleses e indianos, apresentaram quantitativos expressivos de solicitações, algo que nos anos anteriores não havia acontecido (Junger da Silva *et al.*, 2024).

Nesta lei ainda não há menção específica sobre o acesso ao ensino superior; os mecanismos para ingresso de pessoas refugiadas em cursos de graduação nas universidades partiram de

ofício[8] expedido pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e Desporto. Na UFES, somente no ano de 2010 é criada resolução específica para tratar sobre o ingresso. A Resolução nº 66/2010 tem como objetivo definir os critérios e o processo para a entrada desses estudantes. Com esta regulamentação fica determinado o mínimo de uma vaga por curso para pessoas em situações de refúgio. A princípio era obrigatória a apresentação de cédula de identidade expedida pela Polícia Federal e a comprovação por parte do CONARE da condição de refugiado. Além disso, no texto original era obrigatória a apresentação da documentação de escolaridade e da tradução juramentada de todos os documentos.

Essas eram obrigações que dificultavam o ingresso desses estudantes. Primeiro, pois o processo para obter a condição de refugiado era longo e muitos aguardam por anos para ter essa documentação. Segundo, que a tradução juramentada possui um alto custo e grande parte das pessoas em situação de deslocamento forçado não possui recursos financeiros para custear esse documento. Mesmo a resolução sendo de 2010, somente em 2019 que a UFES recebe seus primeiros estudantes ingressantes pelo processo seletivo específico para refugiados.

Pela resolução, as datas para o processo devem estar estabelecidas em calendário acadêmico. De forma geral, sempre ocorrem no final ou do início do ano. Todos esses estudantes iniciam o ano letivo no 1° semestre. A solicitação é feita no guichê de atendimento da Pró-Reitoria de Graduação, que fica responsável pela triagem e análise da documentação e pelo encaminhamento do processo. Foi neste ponto que minha chefe me colocou como responsável. Eu recebia e analisava a documentação, conforme estipulado pela resolução. Lembro que antes de 2019, tínhamos algumas solicitações, mas sempre negadas pois os candidatos ainda não possuíam a condição de refúgio. Somente em 2019 que realizamos a matrícula de dois estudantes.

Após a análise da documentação por parte da Pró-Reitoria de Graduação, caso exista mais de um candidato para o mesmo curso, fica a cargo da coordenação do curso decidir como irá proceder. Quando há somente um candidato, a matrícula já é realizada e o colegiado do curso é somente notificado sobre o ingresso do estudante. Lembro que essa comunicação com a coordenação do curso nem sempre era agradável. Alguns coordenadores questionavam sobre o processo e argumentavam que não havia mais vagas em aberto para o curso. Além disso, por não haver prova específica nesse processo, também contestavam a "qualidade" desses

[8] Ofício nº 3.660/95 Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e Desporto (SESu/MEC). Solicita a criação de mecanismos de ingresso dos refugiados políticos nos Cursos de Graduação.

estudantes. Antes mesmo do ingresso, esses estudantes muitas vezes já enfrentavam um ambiente "hostil", com os questionamentos de alguns colegiados e a alta burocracia.

No ano de 2020, a resolução sofreu uma alteração que facilitou o ingresso desses estudantes. Com as alterações, não era mais obrigatória a apresentação da tradução juramentada e o candidato precisava somente do protocolo de entrada da solicitação de refúgio. Além disso, vistos humanitários também começaram a ser aceitos para atestar essa condição. Com isso, o número total de estudantes ingressos nessa modalidade aumentou, sendo atualmente 46 alunos. Desse número, 16 são do sexo feminino e 30 do masculino. Os cursos são variados: Medicina, Administração, Artes, Engenharias e outros[9].

Até o ano de 2020, o processo era realizado de forma presencial. Havia um breve contato com esses estudantes; entretanto, com o advento das ferramentas da tecnologia da informação (impulsionadas também pela pandemia do Coronavírus, COVID-19), a matrícula passou a ser feita de modo eletrônico. Quando o processo era presencial, isso nos dava a oportunidade de conhecer um pouco sobre a história dessas pessoas, e percebia que, para eles, era também uma chance de ter um primeiro contato com a instituição. O último processo, do ano de 2022, foi realizado pela plataforma de atendimento da universidade e eu já não participei dele, mas acompanhei de fora, somente observando. Foi um processo interessante, pois pude perceber alguns delineamentos que não conseguia reconhecer quando eu o aplicava.

Nesse ano, 2022, a diretora ficou responsável por gerir e receber toda a documentação. Percebi nela a mesma empolgação que eu tive logo quando comecei. O incômodo de o processo ser *online* também esteve presente nela; várias vezes ela se perguntava: "qual será a história aqui?". Quando faltava alguma documentação comprobatória, percebia um incômodo em realizar o indeferimento: "será que não dá para a gente ajudar?". Fato que me surpreendeu, pois lembra um pouco o famoso "jeitinho brasileiro", assim como analisado por Bernardo, Shimada e Ichikawa (2015), que realizaram uma articulação entre o formalismo e o jeitinho, a partir de uma visão certeauniana.

Nessa situação, percebi que o jeitinho para contornar certa norma surgia justamente em quem deveria aplicá-la. Mas, em todas essas situações, a norma e o edital falaram mais alto e a regra foi seguida. Não com muito prazer, pude perceber um descontentamento e uma vontade dela de querer alterar algumas partes do edital para facilitar em processos futuros. Acabei não

[9] Consulta feita pelo protocolo de chamada 239610: Relatório SIE nº 11.02.06.03.07, gerado em 06/02/2025.

realizando nenhum tipo de análise das práticas cotidianas por parte dos servidores da instituição, mas queria citar brevemente esse caso para ilustrar que há uma rede de indivíduos que estão presentes durante esse processo.

Acompanhando esse processo, pude também perceber que a curiosidade de saber sobre as histórias e sobre como esses alunos iriam vivenciar a Universidade não era só minha. A diretora também questionou como esses heróis e heroínas viviam esse cotidiano universitário. Não há, por parte da Pró-Reitoria de Graduação, um acompanhamento acadêmico desses estudantes; e, na Pró-Reitoria de Assuntos Educacionais, não há um projeto específico para atendimento desses alunos. Há o apoio de alguns núcleos de pesquisas, mas nada estabelecido de forma institucional.

Assim sendo, fui buscar esses estudantes, esses corpos e seus cotidianos. Antes de acessar o campo, já havia traçado alguns caminhos para alcançar os interlocutores da pesquisa. O primeiro foi contatar a Prof[a]. Brunela Vicenzi, coordenadora da Cátedra Sérgio Vieira de Mello[10], com quem já tinha trabalhado durante o processo seletivo. Achei que esse contato poderia facilitar meu acesso aos estudantes refugiados. Enviei um e-mail, que não foi respondido, e, posteriormente, uma mensagem via *WhatsApp*, que também ficou sem retorno. Diante do silêncio, recorri ao protocolo institucional e solicitei informações sobre esses estudantes à Pró-Reitoria de Graduação. Depois de apresentar o deferimento do Comitê de Ética, recebi uma tabela com os dados de matrícula. Conversei com a pró-reitora da época, que autorizou o envio de um e-mail contando sobre a pesquisa e perguntando sobre o interesse em participar, mas novamente não obtive respostas.

A entrada no campo é sempre um processo repleto de incertezas. Mistura-se uma sensação de que tudo vai dar errado, que às vezes é seguida de um inesperado "Eureka!". Lembrei-me de uma disciplina que havia feito com o Programa de Pós-Graduação em Filosofia, em que conheci

[10] A Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM) é uma iniciativa da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), que tem como objetivo incentivar a educação, a pesquisa e a extensão acadêmica voltadas à população em condição de refúgio. Por meio da Cátedra, são firmados, com universidades interessadas, acordos de cooperação, nos quais são estabelecidos, em um Termo de Referência, os objetivos, as responsabilidades e os critérios para participação na iniciativa. Essa atuação se baseia em três pilares principais: educação, pesquisa e extensão. Além de incentivar o ensino universitário sobre temas relacionados ao refúgio, a Cátedra busca ampliar a formação acadêmica e a capacitação de professores e estudantes nesse campo. Outra prioridade da iniciativa é a atuação direta com refugiados em projetos comunitários. Como parte dessas ações, diversas universidades desenvolvem programas que facilitam o acesso e a permanência no ensino superior, a revalidação de diplomas e o ensino da língua portuguesa para essa população. A Cátedra recebeu esse nome em homenagem a Sérgio Vieira de Mello, brasileiro que dedicou grande parte de sua carreira na ONU ao trabalho com refugiados e faleceu no Iraque. Disponível em: https://www.acnur.org/br/o-que-fazemos/catedra-sergio-vieira-de-mello

alguns colegas que estudavam a temática do refúgio. Entrei em contato com uma ex-colega que pesquisou pessoas em situação de refúgio e ela mencionou que a Profª. Brunela costuma tratar sobre participações em pesquisas pessoalmente, preferindo evitar o excesso de mensagens. Sabendo disso, resolvi procurar por alguma aula dela. Após consultar o *site* dos departamentos, encontrei sua grade de horários. Parecia um trabalho de detetive, quase um "*stalker*", mas precisava ser estratégica. No dia, sentei-me perto da sala de aula e esperei o intervalo para abordá-la. Tomei coragem, respirei fundo e fui ao seu encontro. Ela já sabia que eu a procurava, graças à nossa conhecida em comum, o que tornou o contato mais fácil e receptivo.

Ela me convidou para entrar na sala e disse que, ao final do intervalo, poderíamos conversar. Expliquei a pesquisa e ela se dispôs a ajudar. Foi um alívio! Sentia que a minha entrada no campo ganhava forma e, com isso, a esperança de que tudo poderia, de fato, dar certo. Fiquei até o final da aula com um sorriso no rosto. Na semana seguinte, visitei a Cátedra e conversei mais com a Profª. Brunela. Voluntariei-me para ajudar no que fosse necessário e conheci as três bolsistas que trabalhavam com ela, duas do curso de Psicologia e uma de Serviço Social. Também recebi os primeiros contatos dos estudantes e a indicação de um minicurso sobre refúgio, que ocorreria nas semanas seguintes.

Em julho de 2023, participei do minicurso organizado pela Cátedra em parceria com o ACNUR. Foi uma oportunidade para mergulhar nas questões legais e institucionais que cercam o processo de refúgio; mas, ainda assim, sentia que esse conhecimento estava distante do cotidiano das pessoas refugiadas. Durante o evento, aproveitei para tirar dúvidas sobre o papel das universidades no acolhimento a refugiados. Para minha surpresa, a Profª. Brunela me apresentou como "colega de luta", o que abriu portas com alguns estudantes de pós-graduação que participaram do curso, embora nenhum aluno de graduação estivesse presente.

Com alguns contatos em mãos, comecei a planejar as primeiras aproximações. Em julho de 2023, sabia que me inscreveria para o doutorado-sanduíche, o que me afastaria do campo por alguns meses. Decidi, então, acompanhar inicialmente dois estudantes, Ana e Ramon, com a ideia de expandir o grupo quando retornasse. Durante o semestre, acompanhei-os e frequentei a Cátedra, conversando com as bolsistas sobre o dia a dia e os processos internos.

Em setembro, parti para o doutorado-sanduíche no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, onde permaneci até abril de 2024. Durante minha ausência, mantive pouco contato com os estudantes e as bolsistas. Ao retornar, encontrei a UFES em greve. Como

servidora, apoiava as reivindicações, mas, como pesquisadora, a situação me deixava apreensiva. Planejei retomar contato com Ana e Ramon. Ana, sempre animada, sugeriu um encontro. Já Ramon, infelizmente, havia desistido do curso e nossa última conversa foi via *WhatsApp*, na qual me coloquei à disposição para apoiá-lo de qualquer forma.

Segui, então, com o contato de João, que aceitou participar da pesquisa e me indicou outras duas estudantes: Sia e Maria. Acompanhei esses três de maio a outubro de 2024. Durante a greve, mantivemos contato via *WhatsApp* e realizei algumas observações com João e Sia, cujas aulas não foram totalmente paralisadas.

Ao discutir o papel do corpo no processo de pesquisa, Certeau (2014) oferece reflexões relevantes para este estudo. Segundo o autor, a ciência e o saber impactam diretamente o corpo de um "outro". Quando nos colocamos, enquanto pesquisadores, "no topo do 101º andar de um prédio" para observar o campo de pesquisa à distância, corremos o risco de marcar e nomear o outro, atribuindo-lhe significados que, muitas vezes, não correspondem à sua realidade. Ao escrever sobre esses corpos, podemos alterá-los e recriar seus sentidos. Certeau (2014, p. 211) reflete sobre uma ambivalência nesse processo de construção do saber: o sofrimento de ser escrito pela lei do grupo é acompanhado por um prazer estranho, o de ser reconhecido e tornar-se um fragmento legível em uma língua social.

Essa ambivalência também se manifesta no uso da terminologia "refugiado". Embora a UFES utilize oficialmente o termo para definir o processo seletivo, já testemunhei situações em que a nomenclatura "refugiado" causou desconforto. Uma estudante, ao ver seu cadastro com essa designação, comentou: "Acho que nunca vou deixar de ser refugiada". A instituição a nomeou dessa forma e, mesmo após concluir o curso, sua trajetória acadêmica estará marcada por essa designação, independentemente de sua situação futura no Brasil. Essa situação ilustra a ambivalência entre o reconhecimento institucional e a inscrição de uma identidade.

Portanto, ao observar a diversidade dessas experiências, fica evidente que o termo "refugiado" carrega diferentes significados e sentimentos para cada indivíduo, oscilando entre um símbolo de luta e de superação e uma marca institucional que reforça uma identidade que nem sempre é desejada. Enquanto alguns estudantes se identificam com o termo "refugiado" e o enxergam como um símbolo de superação e pertencimento, outros preferem ser reconhecidos como "estudantes internacionais", como foi o caso de João, que nunca se viu como refugiado e

acredita que o Brasil o fez assim. Ana e Ramon, por outro lado, acolheram o termo como parte de seu processo de afirmação. Sia e Maria já se diziam estudantes internacionais.

Dando continuidade, abro agora o espaço da tese para brevemente apresentar os estudantes que aceitaram participar da pesquisa e que generosamente compartilharam um pouco de suas vidas e de seu cotidiano comigo.

3.5.1 Ana

A primeira vez que eu conheci Ana[11] foi no dia de sua matrícula na graduação de Serviço Social na UFES. Isso um ano antes de eu ingressar no doutorado. Ana foi uma das primeiras alunas a ingressar pelo processo seletivo de refúgio; no dia da sua matrícula, sua felicidade era contagiante. Lembro-me de conversar com ela rapidamente, de ela ter compartilhado um pouco da sua história comigo e uma colega de trabalho. O encontro foi rápido, mas deixou marcas.

O contato da Ana foi um dos primeiros que a prof[a] Brunela me passou. A professora ainda me relatou que ela é superdisponível e que gosta de colaborar nessas pesquisas. Fiquei animada de poder encontrar Ana novamente e curiosa para saber se toda aquela felicidade e animação dela ainda permaneciam.

Meu primeiro encontro com Ana ocorreu no restaurante universitário. Enviei uma mensagem para ela por *WhatsApp*; ela rapidamente me respondeu e logo marcou de me encontrar para almoçarmos juntas. Ana me recebeu com um abraço apertado e um grande sorriso. Logo de cara me perguntou se eu era de Okinawa e se eu tinha chegado recentemente ao Brasil. Percebi que ela devia estar achando que eu era alguma aluna internacional ou até mesmo em situação de refúgio. Expliquei para ela que eu era brasileira, mas descendente de japoneses, e que estava fazendo uma pesquisa com estudantes que havia ingressado pelo processo seletivo de refugiados da UFES. Ela riu e comentou “ah, sim, entendi!”. Logo em seguida, aproveitei para perguntar a ela se lembrava de mim. Ela me olhou com uma cara pensativa, como se tentasse puxar da memória, mas vi que ela não havia me reconhecido. Contei que eu tinha feito a matrícula dela, na Prograd, junto com uma outra colega. Nessa hora ela arregalou os olhos e

[11] Nome fictício para preservar a identidade da estudante.

disse: “eu lembro! Agora lembrei!”. Não sei ao certo se ela realmente lembrou ou se estava tentando ser educada.

Logo no primeiro encontro, Ana já compartilhou comigo diversas adversidades que encarou durante seu percurso acadêmico. Ela me conta que é muito grata à UFES e que sempre foi muito bem recebida na maioria dos locais dentro da universidade. Mas ela também diz que o preconceito e a xenofobia são constantes e que muitas vezes se vê excluída; no entanto, ela logo emenda: “Ah, já sofri e chorei muito, mas hoje eu não ligo mais, viemos sozinhos ao mundo e vamos embora sozinhos”.

Ana tem 61 anos e é da Venezuela, nasceu no Estado de Lara, na cidade de Barquisimeto. Tem características físicas que remetem à sua herança cultural andina, como os cabelos longos e pretos, que costuma usar em um rabo de cavalo, além de olhos levemente amendoados e uma pele de tom mais escuro. Chegou ao Brasil em fevereiro de 2019. Seu trajeto para chegar até a cidade de Vitória foi longo. Primeiro ela pegou um voo para outra cidade na Venezuela, mais próxima ao Brasil, onde ela pegou um ônibus até a cidade de Pacaraima, localizada no estado de Roraima. Ela me conta que naquela época a Operação Acolhida[12] não tinha toda a estrutura que tem nos dias atuais e que foi complicado chegar à cidade e ir atrás de tudo o que precisava. Com ajuda de algumas pessoas, ela conseguiu ir para a capital, Boa Vista, até conseguir por fim chegar a Vitória. Ana me relata que, durante o trajeto, acabou confiando em pessoas que não devia e tomou muitos golpes, perdendo boa parte do dinheiro que tinha trazido.

Na Venezuela, Ana conta que já fez de tudo; inclusive, ela é administradora, mas trabalhava mais especificamente com seguros. Por conta dos altos custos e da burocracia, ela não tentou revalidar o seu diploma e achou mais fácil fazer outra graduação; até porque, como ela me disse, “eu não gosto de Administração” e que se encontrou dentro do Serviço Social. Em Caracas, capital da Venezuela, ela conta que chegou a trabalhar em um cassino, em que pegava alguns turnos na madrugada. Nesse ponto, ela diz que via toda a corrupção que tomou conta do país e que sentia medo: “era muito político que ia lá e a gente não podia falar nada, né!”.

[12] A Operação Acolhida é uma força-tarefa criada pelo Governo Federal do Brasil, em 2018, para lidar com o crescente fluxo de entrada de venezuelanos pela fronteira no norte do país. Localizada na cidade de Pacaraima, no Roraima. A ação é coordenada principalmente pelo Ministério da Defesa e visa executar três principais atividades: a identificação e o processo documental; o acolhimento, que atualmente conta com nove abrigos, onde são oferecidos alimentação, serviços básicos de saúde e atividades sociais e educacionais; e a interiorização, que visa o transporte e a distribuição para outras regiões do país (GOV, 2023; Vasconcelos; Santos, 2022).

Já no Brasil ela diz que também fez de tudo, mas que os trabalhos que conseguia eram sempre insalubres e mal remunerados, o que também a motivou a ingressar na UFES na busca por uma outra formação e um diploma. Mas a motivação para cursar Serviço Social vem também da sua história. De fato, por conta da situação econômica e social, muitos venezuelanos têm passado a fronteira para o Brasil na busca de melhores condições de vida. Mas esse não é o caso de Ana.

Em seu país natal, ela conta que tinha uma condição estável, não é à toa que nenhum de seus familiares saiu da Venezuela. Ela conta que seus pais têm casa própria e que nunca tinha ocorrido a ela vir para o Brasil. Em um dos encontros, em que Ana compartilhou um pouco mais sobre a sua história e diz "eu vim aqui buscar meu filho". O jeito falante e expansivo de Ana vai embora somente quando relata o que ocorreu com seu filho. Em um dos encontros, logo depois de sairmos do restaurante, nos sentamos numa sala no centro de ciências humanas e naturais, próximo à cantina do Onofre, e ela me conta com mais detalhes os motivos de vir para Vitória. Seu filho conheceu uma brasileira na Venezuela, que ofereceu um trabalho a ele para trabalhar numa pousada no Brasil. Ela diz que seu filho era muito comunicativo, alegre e que adorava conhecer pessoas novas. Ela, como mãe, ficou apreensiva, mas, por conta da animação do filho, o ajudou a se mudar para Itaúnas, uma pequena cidade turística no norte do Espírito Santo, onde essa senhora brasileira morava. Ele acabou ficando em Itaúnas, juntou dinheiro enquanto trabalhava, mas depois passou por outras cidades, até chegar a Vitória, onde iria também começar um curso de graduação. Em Vitória, em sua casa, ele foi assassinado.

Foi a mesma senhora brasileira que ajudou Ana a vir para o Brasil e se ofereceu a pagar alguns custos. O caso foi configurado como um crime de ódio, devido a frases que haviam sido escritas na parede da casa. Ana não me contou ao certo que frases eram essas, mas disse que tinham cunho homofóbico e xenofóbico. Até o dia de hoje, em que escrevo estas linhas, ninguém foi preso.

Ana comenta comigo que, em várias situações, sente que a energia do seu filho está presente e crê que uma justiça divina já ocorreu. Ela ainda compartilha comigo que, nessa busca por justiça, conheceu muitas mães brasileiras, que também ainda aguardam justiça por seus filhos. E foi também por conta desse convívio com essas mães que ela decidiu fazer Serviço Social. Em outras conversas sobre o curso, ela sempre me dizia que acredita que sua experiência de vida possa ajudá-la em seu percurso profissional, que tudo o que ela viveu foi porque tem um propósito.

Sendo uma das primeiras estudantes a ingressar na UFES pelo processo seletivo para refugiados, Ana é a primeira a se formar. Convivi com Ana em seus últimos períodos de UFES. Já no segundo semestre de 2024, nossos encontros começaram a ficar menos constantes, pois, além do trabalho de conclusão de curso, Ana estava estudando para a residência multiprofissional, mas também tinha planos para tentar o mestrado em política social.

3.5.2. Ramon

Um dos outros contatos que consegui por meio da Cátedra Sérgio Viera de Mello foi o de Ramon[13]. Nascido na Nicarágua, Ramon tem 35 anos, é um homem cisgênero branco e chegou ao Brasil no dia 25 de dezembro de 2021. Ingressou em 2023 na UFES, no curso de Psicologia. Quando conversamos, ele estava no 1º período e ainda não conhecia muito bem os espaços da universidade.

Ramon, logo no nosso primeiro contato, me relata a angústia que estava sentindo com os acontecimentos do seu país e, diferente dos outros estudantes que participaram desta pesquisa, ele me pedia muito cuidado com sua identidade e sempre pensava bastante antes de falar ou do que contar para mim. Assim mesmo, Ramon logo na primeira conversa me relatou por que ele saiu de seu país e como chegou a Vitória.

Na Nicarágua, Ramon também era estudante de Psicologia em uma faculdade jesuíta. Já estava na reta final de concluir o curso, mas com os acontecimentos políticos no país, os estudantes de sua faculdade e outros se reuniram para protestar contra o governo ditatorial de Daniel Ortega. Ramon relata inclusive uma preocupação com padres e outros funcionários que trabalhavam na faculdade, que também se uniram nos protestos e que foram presos ou estavam desaparecidos.

Durante os protestos, Ramon se envolveu ativamente. Ele conta que o contexto político também levou a uma ruptura na sua família, entre aqueles que apoiavam o governo de Ortega e os que eram contra. Ele ainda diz: “não foi só romper de não se falar. Alguns familiares trabalhavam para o governo e denunciavam outros da família que era contra”. Ele relata que esse contexto o

[13] Nome fictício para preservar a identidade do estudante. O nome foi escolhido por ele, inclusive em um tom de brincadeira. Em uma de nossas conversas, relatei que tenho muita dificuldade com o som do R no espanhol. Quando perguntei para ele qual nome ele queria ser chamado, ele riu e disse Ramon, assim você pode treinar pronunciar o R.

deixou paranoico e que, muitas vezes, achava que estava sendo seguido. Ele diz que decidiu ir embora depois que seu tio, que lutava contra o governo ditatorial, foi morto. Ali, ele e alguns outros familiares, foram para a Costa Rica. Por lá, ele ficou até uma amiga acabar em Vitória, e contar para ele sobre a cidade. Aqui ele relata que tinha um certo envolvimento com essa amiga e, por isso considerou vir para Vitória. Pegou um voo e chegou à cidade.

Ramon fala inglês e trabalha remotamente para uma empresa no exterior. Ele me diz que sabe que sua situação é de privilégios ao comparar com outras pessoas em situação de refúgio. No Espírito Santo, ele mora com o seu cachorro, em um apartamento numa cidade próxima a Vitória chamada Vila Velha e que tem condições financeiras boas. Na Nicarágua, ele também vem de uma família de classe média para alta. Ele diz que decidiu retornar aos estudos por conta de sua paixão pela Psicologia e que conseguiu na UFES, pelo menos, aproveitar algumas matérias, mas que, ainda assim, não se sentia à vontade na instituição.

Em diversos momentos, nas poucas conversas que tive com Ramon, ele me contou que nunca achou que estaria nessa situação. Ele me fala: “ah, sabe aquele sentimento de... ah, isso não vai acontecer aqui. Mas aconteceu”. Durante os poucos encontros que tive com ele, conversamos muito sobre o contexto político brasileiro. Ele me confessa que sente medo, pois não vê o Brasil em uma direção boa politicamente. Meus encontros com Ramon aconteceram somente no primeiro semestre de 2023, ou seja, após a vitória do Lula sobre Bolsonaro. Ele brinca e me diz que ficou feliz de ser refugiado e não poder votar: “se eu pudesse votar, iria no Lula; mas iria ficar triste, pois ele apoia o Ortega”. Ele diz que iria se sentir traindo o seu país e, por conta da política brasileira, pensa muito em ir para outro país, pois não se sente feliz aqui.

Quando retorno do meu doutorado-sanduíche, entro em contato Ramon em maio de 2024. Ele me conta que estava tentando tirar sua dupla nacionalidade espanhola e que, infelizmente, tinha desistido da UFES, pois estava mais focado em migrar para outro país.

3.5.3. João

Consegui o contato de João[14] com a Cátedra Sergio Vieira de Mello. Lembro-me do nome dele do processo seletivo. João faz Medicina, ingressou em 2022, como ele me diz “dia 18 de março

[14] Nome fictício para preservar a identidade do estudante.

de 2022, lembro da data e tudo". Meu primeiro encontro com João foi *online*; enviei mensagem para ele via *WhatsApp* e combinamos uma primeira conversa. Esse encontro durou quase duas horas, conversamos (e rimos) bastante. João é uma pessoa preta, com *dreadlocks* que ele mesmo pinta, como faz questão de contar. Ele se identifica como *gay* e é extremamente vaidoso. Além disso, tem um sorriso contagiante e está sempre pronto com um comentário inteligente e sarcástico na ponta da língua.

Logo no primeiro encontro, João me confessa que a semana dele estava complicada. Ele tinha acabado de perder seu marido e ainda estava resolvendo algumas pendências documentais. Aos poucos, João vai me contando sua história. Ele nasceu na cidade de Petit, no Haiti, mas ainda criança imigrou para os Estados Unidos, onde morou até 2013. Ele conta que conheceu seu marido nos Estados Unidos e que lá chegou a cursar alguns períodos em Medicina.

Ele me confessa que teve muita sorte e que, ao contrário de outras pessoas do seu país de origem, ele tem uma vida com alguns privilégios. João conta que decidiu morar no Brasil após vir em uma viagem, junto com seu marido, como turistas, para conhecer algumas cidades. Diz ele que gostou muito e que, após essa viagem, decidiu que queria morar no Brasil. Ele conta que seu marido não aceitou muito bem, mas que, no final, acabou concordando. A primeira cidade em que João morou foi em Goiânia, onde ele relata inclusive ter pessoas que considera como familiares e com quem até hoje mantém contato. Foi em Anápolis, cidade próxima a Goiânia, que ele se formou em enfermagem, e conta que trabalhou durante o período da pandemia. Mas ainda com o sonho de cursar Medicina.

João me relata também sobre como foi o processo para conseguir um visto de permanência no Brasil. Primeiro, ele procurou a polícia federal em Goiânia. Como havia ingressado no país como turista, ele conta que teve que ouvir que "já estava ilegal no país". Ele diz que aquilo para ele foi um baque, pois não tinha feito nada de errado; pelo contrário, estava procurando a polícia justamente para regularizar a sua situação. Eis que o policial pergunta a sua naturalidade e ele responde que era haitiano. Assim, o policial lhe recomenda procurar alguma cidade de fronteira, para ingressar como refugiado e obter a documentação de forma mais rápida. João conta que, como não sabia muito sobre a legislação, acreditou na orientação do policial. Juntou o dinheiro que tinha e foi para o Acre, onde ficou por um mês. Ele ri e diz: "na minha documentação, está lá escrito que eu ingressei pelo Acre. Acredita?"

João me confessa que essa experiência para ele foi complicada, pois ali ele viu o que outras pessoas procurando refúgio passam ao ingressar no Brasil. Ele diz: “eu vi de tudo viu; todos os tipos de violência”. Ele ainda conta que, por falar português, francês, crioulo, inglês e um pouco de espanhol, conseguia ajudar algumas pessoas, dando orientações ou mesmo servindo como tradutor. Ele conta que ali viu também algumas pessoas sendo “recrutadas”, às quais é prometido trabalho em outras regiões do país; ele confessa que via muitas pessoas sendo enganadas e que era muito triste. Ele diz “ali eu vi a realidade do refúgio” e, logo após, comenta “o Brasil me fez refugiado”. Sua situação ficou regularizada no Brasil como uma pessoa refugiada. Após esse período no Acre, ele retornou para Goiás.

Em Goiás, João diz que chegou a trabalhar também em algumas indústrias e frigoríficos como tradutor, principalmente aqueles que recebiam pessoas de outros países por meio do processo de interiorização da Operação Acolhida e outros programas. Ali ele também diz que viu de perto como essas pessoas são tratadas e que tentava fazer o que podia para ajudá-las, mesmo que isso, muitas vezes, fugisse da sua competência.

João conta que chegou a Vitória após fazer o processo seletivo para refúgio na UFES e que, no começo, foi complicado se adaptar a uma cidade nova. Além disso, ele conta como o custo de vida aqui é alto e que no início passou por algumas dificuldades financeiras. Ele me conta que foi uma servidora da própria universidade que o ajudou. Enquanto procurava um aluguel, ele relatou a dificuldade a uma servidora, que morava sozinha e procurava alguém para dividir os custos. Ele diz que assim acabou morando um bom tempo junto com ela.

Na nossa última conversa, João conta que estava à procura de outro local, pois estava trazendo sua mãe para morar com ele. Com um sorrisão no rosto, ele me conta que estava superanimado, pois já fazia tempo que não a via pessoalmente.

3.5.4. Sia

Sia[15] foi um contato que João me passou. Sia é uma mulher negra, com cabelos cacheados e leves mechas nas pontas. Tem uma estatura baixa e um corpo esguio. A primeira vez que a encontrei foi na cantina do Onofre, junto com Maria. Sia nasceu em Delmas, no Haiti, e cursa

[15] Nome fictício para preservar a identidade da estudante.

Odontologia. Sia me conta que ingressou na UFES em 2023, mas que já possui um curso técnico em Enfermagem, que realizou em Manaus. Ela conta que aprendeu português assistindo Dora Aventureira.

Sia chegou no Brasil em 2019, na cidade de Manaus, onde morou até vir para Vitória realizar o curso. Sia é um pouco menor do que eu e tem um visual bem delicado; mas, ao contar a sua história é possível ver que ela possui uma força e uma determinação inspiradoras. Sia conta que descobriu o processo seletivo para refúgio na UFES pela internet, se inscreveu sem nem saber onde a cidade ficava. Ela conta que muita gente achou que ela era doida de tentar um curso em uma cidade que ela não conhecia e tão longe de Manaus.

Ela diz que não teve muito tempo para se planejar, pois o resultado saiu bem próximo da data do início das aulas. Conta que comprou a passagem com um conhecido em Manaus e que viu um quarto para alugar na OLX. Com muito medo, ela diz que se comunicou pela internet com o locatário e que ficou com muito medo de ser golpe, mas, como ela mesma diz, "não tinha muito jeito, né. Então, eu só confiei".

Ela me relata que chegou a Vitória quase de madrugada e que o dono do local que havia alugado, a tinha avisado que iria deixar a chave debaixo de um tapete, já que não estaria na hora para recebê-la. Ela diz que, como era à noite, chegou na frente do local e viu que tinha um hotel próximo, com alguns policiais na frente. Ela contou aos policiais de onde vinha e pediu a ajuda deles. Assim, ela conta que eles a ficaram observando de longe, para ter certeza de que estava tudo certo. Ela diz que, quando viu que estava tudo certo, foi um alívio e que, inclusive, o dono do local tinha deixado umas roupas de cama para ela e alguns outros itens para ela poder utilizar.

Ela conta que tinha reservado este local, pois tinha visto no *Google* que era próximo à UFES; entretanto, depois descobriu que seu curso era no campus de Maruípe, em outro bairro, e ela estava próxima ao campus Goiabeiras. Ela diz que, no primeiro dia de aula, saiu de casa às 5 da manhã, botou no google "odontologia UFES" e foi a pé, já que não sabia qual e como pegar o ônibus até lá. Ao jogar no *Google*, a distância de um campus até o outro é de cerca de 3 km. Ela diz que demorou bastante tempo e que, quando chegou na UFES de Maruípe, ficou perdida, dando voltas e voltas até achar onde seria sua sala.

Ela conta que, como chegou sem saber muito bem os procedimentos internos na UFES e como não teve muita orientação no início, perdeu o prazo para se candidatar a bolsas e para isenção ou auxílio no restaurante universitário. Para economizar o valor do ônibus, muitos dias ela ia a

pé para as aulas, para que pudesse ter o dinheiro para comer no restaurante universitário. Fico impressionada com a coragem e a resiliência de Sia. Em diversos encontros, ela me conta que estava cansada e que "ia levando". No semestre que conversei com Sia, ela também tinha começado a trabalhar como recepcionista em um hospital e pegava os turnos da madrugada. Ela me conta, rindo, que muitas vezes parece estar bêbada de sono, mas que, ainda assim, "vai levando".

Somente nos últimos encontros que ela abriu para mim um pouco mais da sua história antes de chegar ao Brasil e das dificuldades que passou ainda no Haiti. Ela conta que sua mãe veio primeiro para Manaus, para trabalhar, e que ela e sua irmã mais nova ficaram na casa de conhecidos e familiares. Ela narra que essa parte de sua história foi muito difícil, quando sofreu abusos e que fazia de tudo para proteger sua irmã mais nova.

Sia me confessa que seu sonho ainda é fazer Medicina, mas que tem gostado de Odontologia. O problema é que o curso de Odontologia exige muito material e que são caros e os auxílios que a UFES disponibiliza não arcam com tudo. Por conta disso, ela me conta seus planos: que estava planejando tentar o processo seletivo para refugiados em outras universidades, sobre o qual já pesquisou, e viu que outras instituições disponibilizam mais auxílios. Para isso, ela disse que, no final do ano, iria para o sul do país tentar o Celpebras (Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros), uma prova de proficiência em língua portuguesa para estrangeiros, elaborado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais).

Ela conta que não tinha vaga para fazer a prova em Vitória e que decidiu ir realizar em outra cidade, pois a prova conta ponto no processo seletivo de algumas outras instituições. Além deste plano, Sia me confessa o sonho também de ser aeromoça.

3.5.5 Maria

Conheci Maria[16] no mesmo dia que Sia. Ambas haviam sido contatos indicados por João. Maria é haitiana, tem 30 anos e é nascida na cidade de Porto Príncipe. Chegou ao Brasil, especificamente na cidade de Manaus, em 2017, mas, antes disso, já havia morado na

[16] Nome fictício para preservar a identidade da estudante.

Venezuela. Ingressou em Psicologia em 2023 e conta que tem gostado muito do curso. Maria é uma mulher negra de estatura alta, que sempre estava bem arrumada, com um estilo que eu achava bem elegante. Nas últimas vezes em que nos encontramos, ela usava tranças no cabelo, que prendia de forma descolada e cheia de personalidade.

Maria chegou a Vitória um pouco depois de Sia e, coincidentemente, procurou a mesma pessoa em Manaus para comprar suas passagens. Ao ver que ela iria também para Vitória, comentou sobre Sia e que elas iriam estudar na mesma Universidade. Assim, Maria conheceu Sia e acabou alugando o mesmo quarto, na mesma casa. No início, Maria me conta que só tinha uma cama de solteiro, sem o colchão, e que as duas compartilhavam a mesma cama. Ela conta que sentia muita dor nas contas e que preferia dormir no chão mesmo.

Maria conta que morou por bastante tempo na Venezuela e que tinha feito seu ensino médio lá. Com o tempo, a situação econômica na Venezuela foi piorando e uma parte da sua família migrou para Manaus. De início, Maria tinha ido a Manaus somente para passar as férias, mas viu que as condições de vida ali estavam melhores e decidiu ficar. Ela conta que teve dificuldades com a parte documental escolar e que revalidar seu diploma de ensino médio iria ficar complicado, pois toda a sua documentação tinha ficado na Venezuela. Assim, ela estudou para fazer o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA. Ela conta que foi muito difícil: primeiro, pois o que tinha estudado de Geografia e História era específico da Venezuela; e, segundo, porque não sabia muito bem português. Então, tinha a barreira da língua também.

Sempre que encontrava Maria, sentia paz e tranquilidade; ela é aquele tipo de pessoa que te deixa à vontade e tem um jeito bem doce de ser. Ela me relata que sua família mora em Manaus, mas que seu pai ainda está no Haiti, e que lá já possuem certa estabilidade, mas que ela mesma não pensa em voltar para lá. Ela conta que gosta de cidade grande e que queria mesmo era passar em algum processo seletivo em São Paulo. Agora em Vitória ela já pensa em ficar na cidade.

Ela me confessa que gosta muito da cidade, da comida e de como a cidade alia a tranquilidade de uma capital menor, mas ainda com acessos de cidade grande. Durante o período da pesquisa, sua mãe veio visitá-la e conta que sua mãe também gostou muito da cidade e que estava até pensando em se mudar para cá. Por conta de sua rotina puxada, ela diz que não vai tanto à praia,

mas que o fato de morar próximo agrada a ela. Conta ainda que na Venezuela morava próximo à praia e que ia bastante.

Para conseguir se manter financeiramente, Maria conta com os auxílios da UFES, que ela relata não serem suficientes, e trabalha de noite como auxiliar de cozinha em um restaurante. Para economizar, também ia a pé para a UFES, mesmo a distância sendo um pouco longe. Ela diz que, por conta de o curso ser integral, sua rotina é pesada. Encontrar com Maria era bem complicado, geralmente a via no intervalo entre aulas ou na hora do almoço.

Maria me confessa que chegou em determinados momentos a pensar em desistir, mas que, para ela, não tinha mais volta, e que, mesmo com a rotina pesada, está determinada a finalizar o curso.

4 OS COTIDIANOS

> “meu corpo
> que você diz frágil
> sustenta toda a minha força
> me suspende
> sem nenhuma delicadeza
> acima daqueles
> que não acreditam que posso voar”
> Livia Corbellari (2019, p. 13)

Dentro da UFES, eu vivi diversos cotidianos. Como estudante de Administração, entre 2009 e 2013, eu geralmente acordava atrasada e ia correndo para a aula, que iniciava por volta das 7h15. No começo, minhas aulas eram somente de manhã, mas no segundo ano comecei a estagiar na parte da tarde. Meu estágio era no centro da cidade. Mesmo morando próximo à Universidade, eu gostava de almoçar no restaurante universitário com meus colegas. Mais na reta final do curso, passei a ter aula de manhã, estagiava à tarde e tinha aulas à noite.

Depois de formada, fiz o concurso da UFES e me tornei servidora. No mesmo ano, fiz o processo seletivo para o mestrado, fui aprovada e, no ano seguinte, comecei a pós-graduação, também na Administração. Assim, meu dia a dia era trabalhar de manhã, almoçar no restaurante universitário e à tarde ir para as aulas. Depois que terminei o mestrado, trabalhava das 9h às 18h, até ingressar no doutorado e me afastar do trabalho.

Agora convido você, leitora e leitor, a pensar um pouco sobre o seu cotidiano. Acordar, tomar café da manhã, se deslocar ao trabalho ou à escola/universidade, almoçar, caminhar, andar pela cidade, jantar, dormir, viver o dia a dia. Aparentemente, ações e práticas quase automáticas, normalizadas. Mas, o dia a dia é permeado de situações que não sabemos explicar o porquê fazemos o que fazemos. Por que temos determinados hábitos? Por que escolhemos determinada coisa? Se prestarmos atenção, o cotidiano é, na verdade, algo muito mais complexo, embebido de significados e de simbologias. Gosto muito da frase que Agnes Heller (2014, p. 31) coloca: “a vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção”. Afinal, todos vivemos no cotidiano, ele é o solo da vida; como nos lembra Cabana (2019, p. 24) o cotidiano é:

> [...] o terreno onde experimentamos o mundo, onde agimos, nos submetemos e nos libertamos, onde coexistimos com o Outro. É o solo em que efetuamos todos os nossos

> movimentos de instante a instante, onde mesmo sendo subjugados, oprimidos, podemos inventar as nossas artes de fazer, desenhando novas trilhas, imperceptíveis, camufladas, ocultas, deixando os rastros do nosso existir.

Esse é o cotidiano que eu quis explorar nesta pesquisa. É nele que desenhamos e colorimos nossas histórias e nossas vivências. É por ele também que construímos nosso eu e é nele ainda que nos deparamos com um outro. E, assim como deixamos marcas e pegadas no cotidiano desse outro, ele também marca e atravessa o nosso.

Heller (2014), que citei no primeiro parágrafo, foi uma das teóricas que buscou estudar o cotidiano. Mas, nesta pesquisa, é Certeau que fornece as ferramentas para adentrarmos na vida cotidiana. Ao contrário de Heller, que com sua visão marxista acreditava que existia uma alienação na vida cotidiana, Certeau (2014, p. 38) considera que "o cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada". O autor foca seus estudos nas microformas de resistência do indivíduo para fugir das forças hegemônicas que pressionam e oprimem o indivíduo.

Meu cotidiano, mesmo que tomado pelas obrigações do dia a dia, nem sempre era tão regular. O cotidiano é mais, como coloca Leite (2010, p. 738), "[...] algo com lapsos de impulsividade não esperados, em contraposição à severidade normativa e suas respectivas condutas esperadas". O cotidiano não se constitui somente de regularidades, mas também de rupturas, é dinâmico e espaço de práticas e valores heterogêneos (Leite, 2010). Às vezes aproveitava alguma brecha durante o trabalho para ler ou escrever algum texto referente ao mestrado. Assim como durante o estágio, às vezes adiantava o máximo de trabalho possível para sobrar tempo para fazer alguma coisa da graduação.

São essas rupturas, essas quebras com uma norma que interessam a Certeau (2014). Para isso, ele propõe voltarmos os olhares para esse "homem ordinário" e sua vida cotidiana. O foco de seus estudos está nas "artes de fazer", um saber que não é sabido, que está nas práticas cotidianas. Quando reflito sobre essas "artes de fazer", lembro que as disciplinas que eu cursei à noite durante a graduação foram possíveis por uma brecha no sistema, descoberto por alguns alunos, que nos permitia realizar essas disciplinas com o curso noturno.

Como diz Certeau (2014), é preciso atenção e notar que há uma espécie de bricolagem; o usuário se utiliza de diversas formas, de mil práticas, para se reapropriar de um espaço ou produto imposto por uma ordem dominante. É nessa apropriação que ocorre esse inventar do cotidiano, através da criatividade desse homem comum. Gosto do que Machado, Chropacz e Bulgacov

(2020, p. 4) colocam: “o homem ordinário não apenas reproduz o cotidiano, mas lhe imprime uma assinatura”.

Essa assinatura ficou evidente para mim, conforme eu ia acompanhando os estudantes. Cada um tinha uma marca, um “saber” produzido dentro do seu dia a dia. Não é à toa que Certeau (2014) nos alerta de que não podemos homogeneizar todos os indivíduos dentro de uma massa, de grupos. Bem como não podemos tomar como homogêneas e únicas as práticas cotidianas. É preciso situar as práticas dentro de um cenário social e de uma relação de forças. Afinal, “dispositivos semelhantes, jogando com relação de forças desiguais, não geram efeitos idênticos” (Certeau, 2014, p. 43).

Durante esta pesquisa pude perceber como esse jogo de forças age no cotidiano, principalmente quando eu recordava o meu como estudante. Quero contar um pouco sobre os cotidianos que acompanhei. Com Ana, consegui participar mais das aulas; o curso de Serviço Social é matutino e as aulas geralmente vão das 7h15 às 11. Durante o semestre 2023/1, a acompanhei em uma disciplina chamada gestão democrática. A aula iniciava às 7h10. Como moro próximo à universidade, eu acordava às 6h. Ana mora em uma cidade próxima, chamada Serra. Para chegar às 7h10, ela acordava por volta das 5h, para sair de casa e pegar o ônibus antes das 6h. Depois de um tempo, Ana até me confessou ter muitos problemas para dormir e que, em alguns dias, ia se deitar somente às 2h da manhã e às 4h da manhã já despertava. Esta aula terminava por volta das 9h, Ana às vezes ia para casa, às vezes ia estudar em uma sala do grupo de pesquisa de que fazia parte. Eu ia para minha casa ou aproveitava e já ficava na biblioteca.

Já Ramon, não consegui acompanhar, mas ele me contou ter dificuldades de conciliar os horários das disciplinas com seu trabalho. O curso de Psicologia é integral, ou seja, tem aulas de manhã e à tarde. Consegui captar um pouco do cotidiano de Maria, que também é estudante de Psicologia. Na segunda e na terça, tinha aula das 8h até as 17h. De manhã, sua aula terminava às 12h, com uma hora para o almoço. Era nesse intervalo que eu costumava encontrá-la. Ela almoçava no restaurante universitário e já ia adiantando algumas leituras ou deveres que tinha do curso enquanto almoçava. Às 13h30 retornava para a aula. À noite, ainda ia trabalhar no turno da noite. No restante da semana, tinha aula somente em um turno, período em que aproveitava para estudar. Ela conta que gosta de ir à biblioteca, pois em casa não tem muita estrutura como mesa e cadeira ideais para estudar. Sempre que eu encontrava Maria ela estava tentando otimizar seu tempo. Durante a aula, ela revezava entre prestar atenção no que estava sendo dito e adiantar outras demandas. O curso de Psicologia é puxado e, por ser integral, com

aulas de manhã e à tarde, é difícil para o estudante conseguir conciliar com um emprego. Mesmo Maria recebendo os auxílios da Universidade, ela diz que o dinheiro é muito pouco e que precisou procurar um trabalho para que pudesse pagar as contas.

Maria mora com Sia, que também estuda em um curso integral e precisou procurar um trabalho à noite para pagar as contas. Sia me conta que tem dia que não tem tempo nem para dormir. Como durante o dia ela está na UFES, ela trabalha à noite em um hospital como recepcionista, pegando os turnos da madrugada e, às vezes, sai direto para a aula da manhã. Ela diz que tem dia que tem vergonha, pois fica "pescando" na aula, de sono. Por conta dessa rotina cansativa, às vezes vai mal em algumas matérias por não conseguir prestar atenção na aula ou fica quase reprovada por faltas. Sia conta que tem dias que não tem tempo para almoçar, pois prefere usar o tempo para ficar na biblioteca estudando.

João cursa Medicina, também integral; como já está mais avançado no curso, precisa realizar os estágios no hospital. Por morar próximo à universidade e ter carro, ele conta que consegue organizar o seu dia a dia melhor. Ele geralmente tem aulas teóricas ou práticas de manhã e à tarde. À noite, ele diz que gosta de organizar suas marmitas e que prioriza muito sua saúde física, o que o leva, às vezes, a ficar duas horas na academia. Para além de uma questão de vaidade estética, ele me conta que, para dar conta do curso precisa estar bem fisicamente, pois precisa ficar horas e horas em pé quando está no hospital. Durante o início do curso, ele conta que tinha mais dificuldades. Por não gostar da comida do restaurante universitário e não poder gastar dinheiro comendo fora, ele levava marmita para a UFES e deixava em uma geladeira dentro da sala do grupo de pesquisa do qual fazia parte. Ele me diz que poder usar a sala do grupo de pesquisa o ajudou muito, pois no início do curso vivia ali. João ainda me conta que dificilmente um estudante de medicina na UFES consegue conciliar o curso com um trabalho, pois, além da carga horária de aulas, quase toda semana eles têm prova.

Somado com o meu, são seis cotidianos diferentes. Como estudante de doutorado, meu dia a dia era organizado conforme a disponibilidade dos meus interlocutores. Em alguns dias acompanhava a Ana de manhã, encontrava a Maria na hora do almoço e à tarde tomava um café no centro de ciências da saúde com o João. Ao mesmo tempo que, em outros dias, não encontrava nenhum deles e fazia outras demandas. Ao refletir sobre esses cotidianos, às vezes pensava naquela famosa frase, dita geralmente por *influencers* contaminados com um discurso neoliberal, de que "todos temos as mesmas 24 horas". Por diversas vezes, eu sentia que os cinco estudantes que participaram desta pesquisa estavam "correndo" e que, para alguns, essas 24

horas eram sufocadas com tantas demandas. Até mesmo Maria, que sempre falava com um tom calmo e uma voz mansa, estava sempre em um ritmo acelerado.

No entanto, ao mesmo tempo em que esse cotidiano oprime e desgasta o indivíduo, é também por meio das práticas cotidianas que ele se apropria do sistema produzido e fabrica seus próprios modelos, subvertendo uma ordem. Logo de início, foi difícil tentar encontrar essa subversão, via mais essa alienação que Heller (2014) coloca. Ficava assustada e preocupada com o ritmo do dia a dia deles. Ao mesmo tempo que tinha um receio de a minha pesquisa ser mais uma obrigação, mais uma tarefa para eles terem que incluir em uma rotina já saturada.

Para encontrar essas brechas, virei o meu olhar para essa outra forma de análise proposta por Certeau (1985; 2014) que engloba estudar as práticas e o organizar da vida cotidiana a partir de sua noção de tática e estratégia. Essa "arte do fraco" que Certeau (2014) coloca seria o que ele chama de tática, a "arte de dar um golpe", de driblar no cotidiano essa dominação e de "captar no voo" uma possibilidade de ganho. Aqui se insere a criatividade do herói comum, a astúcia de achar as brechas e as falhas do poder dominante. Nas palavras de Certeau (2014, p. 94):

> [...] chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. [...] Aproveita as "ocasiões" e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresa.

Conforme Graebin (2020, p. 30), coloca, a tática "aproveita de brechas que existem na presença de quem tem lugar", ela precisa estar atenta para conseguir captar esse ganho. Este lugar, o que possui o próprio, é chamado de estratégia. Buchanan (2000) exemplifica esse lugar de poder como se fosse um tipo de zona protegida, onde as variáveis da vida cotidiana são limitadas, há uma previsibilidade, uma quase domesticação. Na tática, não é possível tomar medidas contra essas variáveis, elas não são previsíveis e rompem com uma normalidade. Ao mesmo tempo em que a tática pode romper totalmente com uma ordem, ela pode também ser passageira, pois está em constante movimento. Já a estratégia é a posição do dominante e pode ser ocupada tanto por pessoas como instituições; é um "tipo específico de saber, aquele que sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio" (Certeau, 2014, p. 94).

Vou tentar exemplificar com um caso que presenciei na Universidade, ainda como servidora. Um estudante acabou perdendo o dia da prova e tentou dessa forma um acordo com o professor

para que pudesse realizar a avaliação um outro dia. Nessa situação, quem possui o próprio é o professor; ele quem possui a vantagem, aqui temos a estratégia. Como coloca Leite (2010), esse próprio é uma espécie de "demarcação espacial", ele detém o lugar. Mas, na mesma semana, o professor precisou de uma ajuda para um caso particular e, coincidentemente, se deparou com a sua solicitação na mão do estudante, que era servidor da Universidade e chefe do setor, e cabia a ele deferir ou não a solicitação do docente. Veja como aqui a situação e o contexto já se inverteram, o estudante passou a deter o próprio, a ter o lugar da vantagem. Podemos assim perceber que a estratégia é "[...] o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ambiente" (Certeau, 2014 p. 45).

Esse caso ilustra bem como as dinâmicas de poder são fluidas e como o "próprio" pode ser relacional, dependendo do contexto. No início, o professor, que possui o poder institucional, está em uma posição de vantagem ao definir as regras da avaliação. Aqui, a estratégia é evidente. Entretanto, na mesma semana, o cenário se inverte. O estudante, que antes parecia subordinado à autoridade do professor, passa a deter o "próprio", quando o docente necessita de um favor que está sob a responsabilidade dele. Nesse momento, é o estudante quem tem o controle sobre a situação. O que vemos aqui é uma troca de posições: o poder, que antes estava com o professor, passa para o estudante, mostrando como o "próprio" não é fixo, mas depende do contexto e da interação entre os sujeitos.

Essa situação nos permite ver que o poder, inclusive dentro da Universidade, não é estático ou unilateral, mas algo que pode ser negociado e constantemente redefinido. As relações de força se alternam, dependendo das necessidades e dos contextos que surgem no dia a dia. O espaço institucional é, portanto, constantemente negociado e transformado por essas práticas cotidianas, em que o "próprio" não pertence permanentemente a uma única pessoa ou posição, mas é algo que circula, conforme as oportunidades e situações que emergem.

Com Ana, só depois de um certo tempo de convívio que percebi que usar a terminologia "refugiada" não era somente uma forma de posicionamento político, mas também uma tática. Nos nossos primeiros encontros, ela afirmava ser refugiada. Inclusive, foi assim que ela se apresentou na primeira reunião de um núcleo de estudos do Serviço Social: "Sou Ana, e sou refugiada da Venezuela". Mas, percebi que havia algo além nesse "ser refugiada". Em um dia, após almoçarmos no restaurante universitário, ela disse que precisava ir à secretaria de pós-graduação, pois queria tirar umas dúvidas sobre o processo seletivo de mestrado e ver uma

questão para uma amiga. Chegamos ao local, eu me sentei em um canto, e ela foi conversar com uma funcionária da secretaria. Ana tem sotaque e, às vezes, é um pouco difícil de compreender. Percebi que a funcionária não entendia o que Ana dizia e respondia "qualquer coisa". Eis que Ana diz "eu sou refugiada", na mesma hora, uma outra funcionária que estava sentada mais afastada se levantou e foi ajudar a colega. O tom da conversa mudou. Não sei ali o que foi, talvez um sentimento de dó que parte de uma vitimização, ou até um medo de tratar uma estudante refugiada mal e depois ser penalizada por isso, mas a dinâmica mudou. Percebi que as duas funcionárias estavam mais engajadas a tentar ajudá-la.

Em uma outra situação, enquanto almoçava com Ana em um restaurante próximo à Universidade, ela me conta que queria tentar uma bolsa de residência multiprofissional, não sei ao certo por qual instituição ofertada, mas ela me conta que foi ao local para perguntar se eles tinham bolsa para refugiados. Ao mesmo tempo que "ser refugiada" para Ana é um posicionamento político, de alguma forma, ao dizer isso em determinados locais, a coloca em uma posição de alguém que precisa de ajuda, e é essa brecha que ela utiliza para conseguir alguns ganhos. Essa tática, embora aparentemente simples, permitia a ela contornar barreiras institucionais e, por vezes, alcançar pequenos ganhos, como um atendimento mais atencioso dentro da Universidade.

Esse comportamento de Ana me fez refletir sobre algo comumente associado ao cotidiano brasileiro: o famoso "jeitinho brasileiro". Bernardo, Shimada e Ichikawa (2015) articulam o formalismo e o jeitinho a partir de uma visão certeauniana, destacando como o formalismo opera como uma ordem que dificulta acessos, enquanto o jeitinho subverte essas regras. Segundo os autores, o poder calculista do formalismo, assim como o das estratégias, busca manter sua posição por meio de sistemas que impedem conflitos. Já o jeitinho, tal como as táticas, atua de maneira sutil, explorando lacunas para tirar proveito e burlar normas. Embora muitas vezes associado à corrupção, o jeitinho também carrega um caráter inventivo, criativo, que reflete a capacidade de reinvenção do cotidiano pelo indivíduo — uma dinâmica similar à das táticas descritas por Certeau.

Assim, surge uma questão: em um país cuja cultura é marcada pelo "jeitinho", como é para um estudante em situação de deslocamento inserir-se nesse cotidiano? Ana, com seu posicionamento tático de "ser refugiada", exemplifica uma adaptação criativa às brechas do sistema, explorando as ambiguidades da ordem institucional para navegar por elas. Essa

dinâmica, mais do que uma mera adaptação, é uma forma de (re)criação cotidiana que ressignifica o seu lugar na sociedade brasileira.

No contexto de uma sociedade em que o "jeitinho" se consolida como uma estratégia informal de navegação pelas estruturas institucionais, a experiência de estudantes em situação de deslocamento ganha contornos ainda mais complexos. Ana, ao adotar taticamente a identidade de "refugiada", transforma essa posição em um recurso para lidar com as brechas do sistema, reinterpretando as regras e encontrando caminhos para se inserir no cotidiano brasileiro. O que inicialmente era apenas uma tática pontual, torna-se, no caso de Ana, uma estratégia recorrente: ao perceber que assumir essa identidade dentro da Universidade lhe garantia um espaço e certas vantagens, ela passou a utilizá-la deliberadamente. Assim, a autodeclaração como refugiada, mais do que um marcador de sua trajetória, tornou-se um instrumento ativo de (re)construção de pertencimento e de ressignificação de seu lugar na nova sociedade.

Em uma outra situação, Sia me relata que, nos primeiros períodos, ficava quieta e, mesmo quando não entendia algo que o professor tinha relatado, ela não intervinha. Com isso, acabava tirando notas baixas. Ela me conta que passou então a conversar com os professores depois da aula e tirar suas dúvidas individualmente com eles. Nesse momento, aproveitava para compartilhar suas dificuldades. Ela, comigo, não se referia como refugiada, mas sim como uma estudante internacional. Assim, ela conta que a maioria dos professores é bem compreensivo e empático com a sua história e que, às vezes, ela consegue até abonar algumas faltas com isso.

Maria também me conta que os professores são bem compreensivos com a sua situação, principalmente com a sua dificuldade com a língua portuguesa. Ela diz que não são todos, mas que a maioria a alivia, na hora da correção de seus relatórios, eventuais erros de português.

Para tratar sobre a estratégia e a tática, também temos que ter em mente que Certeau (2014) procurava desafiar uma lógica dualista em que as posições de dominante e dominado são fixas. Essa posição é flexível e varia de acordo com uma situação e com o contexto relacional, como nos lembra Belcher (2019). O cotidiano torna-se assim uma espécie de campo de guerra, em que existe uma relação dinâmica, mas não dicotômica, entre a tática e a estratégia. Ela é dinâmica, pois essa posição entre a tática e a estratégia oscila dependendo do tempo e do lugar em que o indivíduo está, ou de como se utiliza delas, como no exemplo de Ana.

Pelos casos anteriores, podemos perceber como há uma ambiguidade quando tratamos da tática e da estratégia. Quero dar outros exemplos sobre como os indivíduos encontram meios para

subverter uma norma. Durante o curso que realizei junto com a Cátedra, tive oportunidade de ouvir outras histórias. Conversando com um mestrando da Venezuela, ele me explica que pessoas refugiadas, além de não poderem votar, não podem realizar nenhum tipo de protesto político. Ele então narra para mim uma situação que ocorreu com um grupo de venezuelanos que havia chegado a Vitória e não teve o devido apoio da prefeitura da cidade. Ao invés de organizar um protesto, eles fizeram uma intervenção artística. Ele ainda me diz "era um protesto, sabe?! Mas quando alguém perguntava o que era, a gente dizia que era intervenção artística".

No mesmo curso, durante a palestra da prof[a] Brunela, ela conta uma situação com um outro grupo de refugiados indígenas Warao que, durante o período da pandemia da SARS-CoV-2, usavam a vacinação como moeda de troca por eles. Como a secretaria de saúde tinha pressa para vacinar a maior parte da população, o líder do grupo negociava comida, aluguel, moradia e outras exigências em troca de se deixarem ser vacinados. Como nos lembra Certeau, "Sempre é bom recordar que não se deve tomar os outros por idiotas" (2014, p. 19).

Os exemplos acima mostram como o cotidiano é um campo cheio de nuances, em que as pessoas encontram brechas e reinventam suas próprias regras para lidar com desafios. A Sia, por exemplo, percebeu que sua postura inicial, mais reservada, não estava ajudando. Ao adotar uma prática de conversar com os professores depois da aula, ela encontrou uma tática para driblar sua dificuldade com a língua e até estabelecer uma relação mais empática com os docentes. É interessante notar como ela se posiciona nesse contexto, não como refugiada como Ana, mas como estudante internacional, talvez porque essa identidade se alinhe melhor à narrativa que deseja construir naquele espaço universitário. Já Maria mostra como as relações com os professores também podem ser ajustadas taticamente, contando com certa compreensão para eventuais erros de português nos relatórios. Nesse ambiente, as duas não seguem as normas de maneira passiva, mas as ressignificam em busca de um cotidiano mais fluido e viável.

Essas ações dialogam diretamente com Certeau (2014), que desafia a ideia de uma oposição rígida entre dominantes e dominados. No cotidiano, essa relação é fluida, dinâmica e cheia de improvisos. A Universidade, nesse caso, é mais do que um espaço institucional, é um terreno de negociação, onde os papéis de estratégia e tática se alternam dependendo da situação. Tanto Sia quanto Maria, em suas interações com os professores, oscilam entre os lugares de quem segue as regras e de quem encontra meios para subvertê-la para criar uma realidade mais favorável.

Com João, essa negociação também ficou visível. Ele me conta que participava de um grupo de pesquisa e laboratório coordenado por uma professora que, apesar de permitir que ele utilizasse o espaço para estudar e almoçar, mantinha uma relação ambígua de poder e domínio. Ele narra que precisou "podar" essas interações, pois recebia ligações da professora em horários impróprios, pedindo para ele ir colher sangue para outras pesquisas, por exemplo. Após uma aula que assisti com ele, ele me levou para conhecer o local e a professora. Durante a visita, ela "brincou" sobre o tamanho da bermuda dele, passou a mão em suas pernas. Em um outro momento, ela me conta como foi conhecer o João pela primeira vez e comenta "quando ele chegou aqui, eu quase levei ele para casa". João, mais tarde, explicou que, para ele, esse comentário carregava um duplo sentido, oscilando entre cuidado e uma vontade de posse. Ele ainda ressaltou como o corpo negro continua sendo visto como carne, como venda, como uma marmita, na sua própria expressão.

A percepção de seu corpo como carne, como algo disponível e até mesmo consumível, traduz uma herança histórica da objetificação de corpos negros. Ainda assim, João ocupa esse espaço com um misto de consciência e tática. Ele brinca, sorri, constrói pontes com as pessoas ao seu redor, mesmo reconhecendo que sua presença causa desconforto, desestabiliza e incomoda. Esse incômodo, por si só, é uma forma de resistência, uma militância cotidiana que desafia as normas e as expectativas impostas.

Frijhoff (2018) oferece uma lente teórica interessante para analisar essas dinâmicas ao discutir o conceito de apropriação. Por um lado, a estratégia busca homogeneizar e dominar culturalmente, apropriando-se de corpos, comportamentos e narrativas como forma de reforçar o poder dominante. Por outro, a apropriação também pode ser vista como uma tática, em que o indivíduo aceita momentaneamente as normas impostas para depois encontrar brechas e criar caminhos que lhe tragam algum benefício. João exemplifica essa ambiguidade ao "permitir" certos olhares e interações — como a brincadeira com a professora sobre sua bermuda —, enquanto simultaneamente utiliza essas situações para afirmar sua presença e ampliar seu espaço. Afinal, ele utilizava aquela sala do grupo quase como extensão da sua casa, onde podia estudar, cozinhar e descansar entre os períodos de aula. Ele joga com as ambiguidades da estratégia, utilizando o sorriso e a simpatia como ferramentas para transformar relações que poderiam ser de puro controle em possibilidades de diálogo e de ocupação tática.

Esses movimentos de resistência cotidiana refletem a Universidade como um espaço que não é fixo, mas constantemente (re)construído por aqueles que o habitam. Tanto nas salas de aula

quanto fora delas, o cotidiano se revela como um campo de batalha dinâmico, onde regras e normas coexistem com a criatividade, a resistência e a reinvenção. A lógica das táticas, como discutida por Certeau (2014), encontra formas inesperadas e criativas nesse cenário, como mostram os exemplos fora do contexto universitário. O grupo de venezuelanos que transformou um protesto em intervenção artística e os Warao, que usaram a vacinação como moeda de troca, evidenciam que as pessoas não se posicionam como "vítimas" passivas das estratégias impostas. Pelo contrário, elas negociam, criam brechas e articulam novas possibilidades dentro de estruturas que, à primeira vista, parecem inflexíveis. Como lembra Certeau (2014), não podemos tomar os outros por ingênuos; eles estão constantemente lendo o contexto ao seu redor e encontrando maneiras de agir dentro dele.

Assim, o cotidiano universitário se torna um campo de disputa, onde a resistência não se manifesta apenas em grandes ações, mas também nos gestos mais simples e nas interações mais corriqueiras. João, com sua presença consciente e estrategicamente articulada, transforma espaços aparentemente inflexíveis em territórios de negociação e de resistência. Ele desafia as ambiguidades do poder dominante e exemplifica como as brechas nas estratégias podem ser exploradas para recriar e reinventar os espaços que habita.

Esses movimentos também refletem a Universidade como um espaço que não é fixo, mas constantemente (re)construído por aqueles que o habitam. Tanto nas salas de aula quanto fora delas, o cotidiano é esse campo de batalha dinâmico onde regras e normas coexistem com a criatividade, com a resistência e com a reinvenção.

Ao longo deste capítulo, vimos como o cotidiano, aparentemente banal, é na verdade um espaço de constante negociação e reinvenção. Com base nos estudos certeunianos, exploramos como as práticas cotidianas revelam uma complexidade que vai além das normas institucionais. As táticas, descritas como “artes de fazer”, são protagonizadas por indivíduos que encontram brechas no sistema para subverter as estratégias dominantes. A partir dos relatos de Ana, Sia, Maria, Ramon e João, percebemos como essas táticas assumem formas distintas, moldadas pelas particularidades de cada experiência e contexto.

Ana utiliza a identidade de refugiada como um recurso estratégico, transformando sua posição em um meio para conquistar acessos e apoio dentro da universidade. Maria e Sia, por sua vez, adaptam-se às condições de estudo e linguagem, negociando com os professores para obter compreensão e suporte. Já João exemplifica uma resistência mais visível, confrontando a

objetificação de seu corpo negro e utilizando sua presença como uma forma de desestabilizar as normas dominantes. Em todos os casos, fica evidente que o cotidiano não é apenas um espaço de opressão, mas também de criação e resistência.

Certeau (2014) nos ajuda a compreender como as táticas se inserem no jogo de forças entre os que ocupam um lugar dominante e aqueles que resistem, sem, contudo, romper completamente com a ordem estabelecida. As táticas não são planejadas para consolidar o poder, mas operam no improviso, nas brechas, explorando o momento e as fragilidades da estratégia. Essa relação dinâmica revela que o poder, mesmo quando aparentemente sólido, é fluido e relacional, alternando posições conforme o contexto.

Aliada a essa discussão de tática e estratégia em Certeau (2014), também se faz necessário articular a noção de espaço, pois é nele que essas práticas ganham forma e significado. O espaço, na visão certeauniana, não é um lugar estático, mas um campo em constante construção, onde as interações e as relações de poder se materializam. Assim, no próximo capítulo, quero abordar esse espaço da universidade como um bairro, explorando como ele funciona, tanto um espaço físico quanto simbólico. Surge, então, uma nova questão: como a universidade, enquanto espaço vivido e compartilhado, pode ser comparada a um bairro? Se o cotidiano universitário é um campo de negociações e ressignificações, como ele se aproxima do conceito de bairro trabalhado por Pierre Mayol (2013)?

Utilizando os estudos de Mayol (2013), no próximo capítulo abordo como a universidade se apresenta como um microcosmo social, revelando interações e dinâmicas que a tornam semelhante a um bairro. Espero que este olhar permita aprofundar as discussões sobre os espaços vividos e utilizados, articulando o cotidiano universitário aos contextos mais amplos da vida urbana, destacando como as práticas individuais e coletivas constroem e transformam a universidade no dia a dia.

5 “OS BAIRROS”

> “café para acordar
> rua para acordar
> gente para querer
> viver
>
> e não só colocar o ar para dentro
> e para fora”.
> Lívia Corbellari (2019, p. 38)

Desde a qualificação, eu já vinha pensando em trazer o conceito de “bairro” para repensar a Universidade. E, à medida que a pesquisa avançava, essa ideia foi ficando cada vez mais presente. A UFES, afinal, não é só um espaço físico, é um território vivo, moldado pelas práticas cotidianas, pelos encontros e pelas histórias que se entrelaçam. Assim como o estudo coordenado por Michel de Certeau sobre um bairro francês, realizado por Pierre Mayol (2013), que analisou profundamente sua dinâmica local e como esse espaço e suas relações geravam um sentimento de pertencimento, foi o que também busquei entender. Da mesma forma, a Universidade se revela nas sutilezas do dia a dia, nas apropriações que os estudantes fazem dos espaços e nas redes de relações que vão formando. Neste capítulo, quero explorar essa analogia, mostrando como a Universidade pode ser vista como um bairro em constante transformação, repleto de experiências e significados que escapam ao controle institucional.

Antes, queria aqui fazer algumas ponderações sobre a diferença entre lugar e espaço nos estudos certeunianos. Para Certeau (2014), o lugar é a ordem, ou seja, é da estratégia. O espaço é o lugar praticado, onde as práticas táticas se fazem presentes. Para Dosse (2013, p. 88), em Certeau a “noção de espaço remete a uma relação singular no mundo, à dimensão existencial de um lugar habitado”. Dessa forma, quero aproveitar esse trecho para salientar que a Universidade é um espaço praticado, por seus estudantes e caminhantes que transformam o lugar dia após dia. Portanto, quando falo em espaço vivido ou social nesta pesquisa, estou me referindo a este espaço em Certeau (2014).

É preciso também elucidar que esses conceitos de espaço e lugar de Certeau (2014) não são o mesmo dos utilizados por geógrafos. Segundo Dosse (2013), temos um espaço muito mais próximo de um pensamento fenomenológico, de um espaço antropológico, de um lugar habitado que nos remete a uma forma de relacionar com o mundo. Andres *et al*. (2020) também

reforçam esse argumento, ao dizer que na Geografia anglófona o espaço é tradicionalmente visto como algo fluido e o lugar um espaço que recebeu significado. Em Certeau (2014), temos uma certa inversão nesses termos. O espaço se torna o local onde as táticas imperam e o lugar onde opera a estratégia. Essa diferença ocorre por conta de um termo em francês que Certeau (2014) utilizou para construir essas duas terminologias. O lugar vem do termo *lieu propre* que significa lugar apropriado e, de acordo com Andres *et al.* (2020), é utilizado para dizer que tal lugar tem uma determinada função, por isso que Certeau (2014) se utilizou do lugar como o ambiente da estratégia, onde se estabelecem as regras.

Para melhor compreender a diferença entre lugar e espaço, Molder (2022) considera que os lugares possuem um estatuto estável enquanto o espaço possui uma trajetória, uma tensão. Além disso, Reis (2013) considera que Certeau também diferencia os dois conceitos a partir da forma como o sujeito se apropria do espaço e do lugar. Uma rua, uma praça, uma sala de aula que foi planejada e construída ainda sem seu significado, que é conferido pelos indivíduos, permanece como lugar. O espaço é a prática desse lugar, como eles habitam e ocupam esse local. Por isso que considero a Universidade um espaço, pois ela é formada pelos diversos cotidianos costurados que criam simbolismos e que, muitas vezes, fogem da universidade planejada.

Mas, assim como o conceito de estratégia e tática, o espaço e o lugar não são estáticos. De forma até poética, Molder (2022, p. 497) diz que “muitas vezes sangram um no outro”. Pode, em um primeiro momento, parecer que há uma ambiguidade ou até uma falta de definição nos conceitos, mas a verdade é que isso que faz de Certeau (2014) um autor que consegue atravessar diversas fronteiras. Seus conceitos dão margem para ultrapassar áreas e criar outras possibilidades. Acredito também que, com o nosso ensino e sociedade ainda muito construída em cima de um plano cartesiano, ao nos depararmos com esses conceitos que são mais um *continuum* do que opostos, geram esse tipo de dúvida. Mas, a verdade é que a vida cotidiana não é estática, não possui linhas bem demarcadas. A própria vida é ambígua, não é preto no branco, é feita de diversas cores e tonalidades. Como já dito anteriormente, talvez uma das grandes contribuições de Certeau seja essa visão que questiona as várias facetas de uma relação dominante *versus* dominado, além de outros dualismos.

Com essas noções em mente que quero agora começar a analisar esse espaço vivido da Universidade como um bairro. A categoria conhecida como bairro ou vizinhança é geralmente utilizada para nomear partes de uma cidade que envolvem um processo de integração social, identificação e um senso de coletividade entre os indivíduos (Curto, 2019). Dentro do bairro,

ao mesmo tempo em que há um sentimento de pertencimento por parte do indivíduo, há um processo de reconhecimento. Há uma convenção coletiva que oprime os indivíduos a se enquadrarem dentro de regras e condutas para se tornarem parte do bairro, serem reconhecidos como pertencentes daquele lugar (Dosse, 2013). Dentro desse processo de pertencimento, vemos o espaço privado se cruzando com o público; afinal, se eu me sinto confortável e aceito dentro do bairro, aquele local se torna para mim um espaço privado, mas que também é público, pois é compartilhado. É nesse sentindo que Dosse (2013, p. 93) reflete:

> Mayol mostrava em que medida o bairro pode ser percebido como uma forma de privatização do espaço público, um espaço intermediário entre o fora e o dentro e, é a tensão mesma que religa estes dois pólos [*sic*] que torna possível a realização dos modos de apropriação do espaço urbano. O bairro é também um misto entre o próximo e o distante, entre o íntimo do domicílio e o anonimato da multidão, em torno da noção intermediária de vizinhança. Ele retomava de Certeau o uso da tática para descrever as práticas do bairro pelos seus usuários, para quem o espaço urbano não é somente objeto de conhecimento, mas sobretudo o lugar de um reconhecimento.

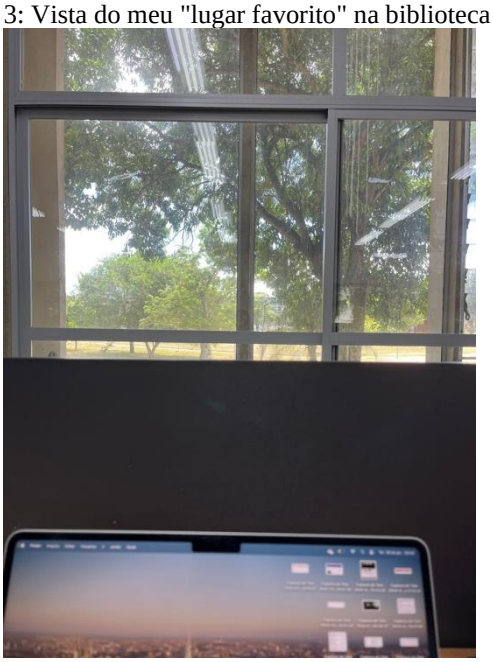
Esse reconhecimento, essa ligação do indivíduo com o espaço do bairro, ocorre a partir de uma compreensão das regras sociais locais. Para exemplificar, quero contar sobre uma regra social do bairro onde eu moro. Não sei como isso começou, mas no meu bairro os carros param em todas as faixas de pedestres. Eu já estou tão acostumada que nem olho para os lados e já vou andando. Mas isso é somente no meu bairro, se o mesmo motorista estiver no bairro ao lado já não irá parar. A limitação está dentro do bairro e, por ser algo tão automático, às vezes não nos perguntamos "por que eu só paro na faixa aqui nesse bairro?". Quando alguém rompe essa regra é muito comum ouvir "não é do bairro" ou "deve ser de fora". Veja, obedecer à regra social faz você ser reconhecido como sendo do bairro e o não respeito faz de você um estrangeiro. Para Mayol (2013, p. 42), é com o engajamento do corpo que aquele espaço começa a ser apropriado pelo indivíduo. Essa é uma noção que o autor aplica ao bairro:

> O bairro é uma noção dinâmica, que necessita de uma progressiva aprendizagem, que vai progredindo mediante a repetição do engajamento do corpo do usuário no espaço público até exercer aí uma apropriação. A trivialidade cotidiana desse processo, partilhado por todos os cidadãos, torna inaparente a sua complexidade enquanto prática cultural e a sua urgência para satisfazer o desejo urbano dos usuários da cidade.

Acredito que a universidade seja também um espaço em que o público e o privado se cruzam. Muitos estudantes passam grande parte do seu dia estudando, almoçando, descansando, fazendo trabalhos, indo à biblioteca e outras atividades dentro da instituição. Sempre chamei a UFES de minha segunda casa e, pensando nesse público e privado que se encontram, fui percebendo como me sinto confortável no espaço da instituição. Mesmo morando sozinha e podendo escrever em casa, boa parte deste estudo foi também escrito no espaço da UFES.

Gostava às vezes de parar e observar o movimento, principalmente na biblioteca central, localizada no centro do campus de Goiabeiras. A biblioteca passou recentemente por uma reforma, portanto, o piso, luzes, mesas e cadeiras são novas. Ela possui três andares e, de início, eu subia os intermináveis lances de escadas até o último andar. Depois de alguns meses, uma área à parte foi inaugurada para estudos no térreo, o que para mim foi um alívio. Assim, passei a escrever neste ambiente. Tinha até um local preferido: no meio, perto da janela, onde eu conseguia observar as árvores no lado de fora, conforme a Imagem 3. Quando chegava e tinha alguém sentado no local, ficava até triste.

Imagem 3: Vista do meu "lugar favorito" na biblioteca central



Fonte: Tirado pela autora

Enquanto observava o ir e vir de vários estudantes pela biblioteca, comecei a reparar nas vestimentas que utilizavam. Isso era algo que eu já vinha refletindo, principalmente por conta de uma fala que tanto o Ramon quanto a Ana comentaram comigo: o corpo exposto do brasileiro. Em uma das poucas conversas que tive com Ramon, ele comenta comigo sobre a diferença cultural em relação à exposição do corpo no Brasil, mas ele diz achar algo positivo, pois ele vê que as mulheres aqui usam roupas mais curtas e que o assédio é menor, quando comparado ao seu país ou à Costa Rica, outro local em que ele morou. Nesse momento em que ele fala isso, eu tomo consciência de que fui encontrá-lo com uma camiseta de alcinha e um pouco decotada. Na verdade, eu pensava muito na roupa quando ia encontrar os estudantes, mas principalmente em estar de calça e tênis. Nunca pensei na blusa. Vitória, nesse dia em que conversei com Ramon, mesmo sendo agosto, fazia em torno de 29 graus, eu sendo muito calorenta acabo só tendo roupas de alcinha fina.

Ana também comenta comigo sobre a exposição do corpo e ela diz que sente muita vergonha e que não consegue nem usar uma regata. Antes de ela comentar isso comigo, eu já havia percebido que ela sempre estava com um casaco. Vale lembrar que Vitória tem um clima que eu chamo de estável, pois está sempre calor. Mesmo no inverno, em alguns dias a temperatura chega a 32°celsius. E, mesmo assim, ela sempre estava com um casaco ou uma camisa de manga ¾. Em contrapartida, João me dizia se sentir muito à vontade na UFES. Em um dos nossos encontros, ele chegou de regata e um short mais curto, de academia. Disse-me estar na correria e que tinha acabado de treinar.

Por conta disso, comecei a reparar também não somente na minha vestimenta, mas também na dos outros estudantes da UFES. A grande maioria dos jovens usava um estilo parecido; de forma geral, as roupas eram confortáveis, a maioria estava de chinelo, de bermuda e alguns de camiseta com o logo da UFES ou com o nome do curso. Na biblioteca, pelo menos, todos pareciam muito à vontade, quase como uma extensão de casa. Uns puxavam uma outra cadeira para apoiar os pés, por exemplo. Após o almoço, muitos estudantes iam para a biblioteca aproveitar o ar condicionado e tirar uma soneca.

Como lembra Certeau (2012), a vestimenta vai além de somente uma escolha individual, ela possui um código ritualístico que pode revelar outras camadas subjetivas da sociedade. Afinal, ela mantém distinções sociais, classificando, hierarquizando grupos. A roupa, o modo de vestir, está atrelado também a um processo cultural. No caso da UFES, há também um estereótipo que varia de cada curso. Lembro que, quando era estudante, eu e meus colegas gostávamos de "brincar" de adivinhar qual o curso de tal pessoa enquanto almoçávamos no RU. Por exemplo, os estudantes da Educação Física sempre estavam com roupas de academia; as estudantes de Arquitetura sempre estavam com roupa estampada, tipo da marca Farm. Eram padrões que criávamos, a partir de algumas particularidades que íamos observando, mas que não podemos tomar como regras.

Um outro exemplo desse estereótipo era o da "loira odonto". Antes é válido recordar que os cursos da área da saúde, como Odontologia, estão em um outro campus, localizado no bairro de Maruípe. Não há muito contato entre os estudantes do campus de Goiabeiras com os de Maruípe. Em uma das minhas idas ao CCS – Centro de Ciências da Saúde – com o João, uma professora da Medicina inclusive me relatou que "aqui nós somos os esquecidos, ninguém lembra da gente no CCS"; o que vai de encontro com o discurso que se tem sobre o CCS no campus de Goiabeiras. Não sei se podemos chamar de "rivalidade"; mas, como servidora, eu

ouvia – como também por vezes reproduzia – de que o CCS são eles, os Outros, e o Nós UFES, seríamos nós, de Goiabeiras.

Enfim, retornando nos padrões criados para cada curso, o da “loira odonto” sempre foi um conhecido, mesmo no campus de Goiabeiras. Ele parte do rótulo de que toda estudante mulher que ingressa na Odontologia, em algum momento, vai aderir a um cabelo loiro platinado. Em uma das conversas com Sia, ela diz: “é como se precisassem ficar loiras para fazer parte. Eu não sou assim, se deixar eu meto um *dread* aqui e vou”. Ela ri e comenta comigo que essa “lenda” da “loira odonto” é verdade, e de que muitas colegas de turma iniciaram o curso com o cabelo escuro e agora já estão com luzes loiras. O interesse é perceber que ela diz que é como “para fazer parte” precisassem ficar loiras, que ela se recusa a aderir a essa prática e que pensa em desvirtuá-la mais ainda, ao dizer que “se deixar eu meto um *dread*”.

A fala de Sia ilustra uma subversão das regras impostas pelo espaço que ela habita. Ao recusar o loiro e sugerir algo que desvia ainda mais da norma, como "meter um *dread*", ela transforma seu próprio corpo em um espaço de resistência, rompendo com práticas instituídas e criando uma tática de existência dentro do espaço institucional. Esse movimento, ao escapar do controle das estratégias, ressignifica a ideia de pertencimento, evidenciando como os corpos ordinários, que se afastam da norma, reconfiguram o cotidiano universitário por meio de pequenas práticas desviantes.

Nesse sentido, o corpo, para Certeau (2002), ao mesmo tempo em que é submetido a um sistema de regras, é também um agente de transgressão. Assim, o corpo, mesmo condicionado por uma ordem, também é o lugar onde o indivíduo encontra brechas para resistir e transformar a normatividade imposta.

Essas regras que se impõem sobre o corpo, no entanto, não ocorrem de forma isolada. Elas se inscrevem em uma memória coletiva, onde as práticas culturais são aprendidas e transmitidas de forma inconsciente. Como afirma Figueiredo (2014), o corpo é um veículo de memória, em que as experiências e as identidades coletivas são inscritas. Nesse sentido, a escolha de Sia por um estilo de cabelo alternativo não é apenas uma expressão individual, mas também uma forma de comunicar que mesmo reconhecendo a existência dessa norma, ela opta pela transgressão.

Em relação a esse comportamento que reconhecemos dentro de um bairro, quero contar sobre uma outra situação que achei até divertida. Durante a disciplina que acompanhei junto com Ana, um estudante havia me chamado atenção logo de início, pois não parecia com o padrão do

curso de Serviço Social. Ele era meio “marrento” no andar, com os ombros ligeiramente inclinados para trás, o peito estufado e com um andar devagar com um arrastar de pés, e se sentava na mesa se espalhando, com as pernas abertas e um olhar sonolento. Achei diferente, mas ao mesmo tempo me pareceu familiar. A aula era sobre gestão democrática e, em uma das aulas, o professor comentou sobre Administração e perguntou para a classe se alguém já tinha formação em Administração ou já fez algo relacionado à Administração. Nesse momento descubro o porquê da familiaridade: o estudante levanta a mão e diz ser da “ADM” e que pegou essa disciplina como optativa. Fico chocada com o meu estranhamento com ele naquela sala e como ele, de certa forma, me lembrou meus colegas de graduação. Não que o pessoal da “ADM” todo seja assim, mas há dentro da Universidade esses estereótipos de cada curso, essas práticas que, por vezes, absorvemos para sermos identificados e a usamos para identificar um Outro.

Ali, naquela situação, pude perceber essa memória coletiva de que trata Figueiredo (2014). De forma inconsciente absorvemos essas práticas culturais, incorporamos questões culturais que se revelam no corpo, entendemos a mensagem que um outro corpo reproduz, porque o compreendemos. É como coloca a autora “[...] um processo que revela uma dimensão da memória que se atualiza no corpo e que contribui para a continuidade das relações de poder entre os praticantes de maneira irrefletida” (Figueiredo, 2014, p. 23).

Para além da vestimenta, outras práticas também se fizeram presentes para marcar um pertencimento a um espaço ou a um curso. Lembro que nos primeiros períodos da minha graduação eu ia a pé para a UFES. Alguns colegas iam de bicicleta e outros de ônibus. Mas, depois que a grande maioria fez 18 anos e tirou a carteira de motorista, muitos passaram a ir de carro, inclusive eu. Depois que Sia me contou que muitas vezes ia a pé de sua casa até o campus de Maruípe, refleti sobre esses privilégios. Ela ainda me contou que pensou em comprar uma bicicleta usada, para poder economizar na passagem de ônibus e chegar mais rápido na UFES. No entanto, ela diz que reparou que ninguém vai de bicicleta no seu curso, que todos vão de carro e alguns outros de ônibus e que isso a deixou com vergonha. Ela ainda comentou comigo: “repara! Lá no CCS não tem nem lugar para prender a bicicleta igual tem em Goiabeiras”. Por conta disso, ela disse ter mudado de ideia e preferiu continuar pegando o ônibus ou indo a pé.

Essa história de Sia ilustra como a dinâmica da conveniência, descrita por Mayol (2013), também opera na Universidade. Ao aprender a dinâmica que configura o “bairro”, o indivíduo começa a se inserir socialmente, a viver o cotidiano compartilhado, ele passa a ser reconhecido

pelos outros como integrante daquele espaço. Nessa dinâmica, retoma-se o papel do corpo, pois é ele que vai articular boa parte das mensagens gestuais, o “não dito”:

> Em suma, o corpo, na rua, vem sempre acompanhado de uma ciência da representação do corpo cujo código é mais ou menos, mas suficientemente, conhecido por todos os usuários e que eu designaria pela palavra que lhe parece mais adequada: a conveniência (Mayol, 2013, p. 48)

Essa conveniência serve como um sistema de regulação, representa um compromisso dos indivíduos dentro dessa vida coletiva. Ela é “o gerenciamento simbólico”; é o que reprime o “de fora”; é a que evita “toda dissonância no jogo dos comportamentos, e toda ruptura qualitativa na percepção do meio social” (Mayol, 2013, p. 49). A conveniência para Mayol (2013, p. 39) funciona como uma espécie de “caixinha” ou “vaquinha” em que cada indivíduo contribui ao aderir um compromisso ou comportamento e renunciar a algum desejo individual para assim retirar benefícios simbólicos de uma vida coletiva. Ao observar que poucos utilizavam bicicletas em seu curso, Sia internalizou uma norma implícita, sentindo-se desconfortável em transgredir essa expectativa não verbalizada. Esse desconforto, contudo, não é apenas individual, mas um reflexo do sistema regulador de comportamentos que molda o cotidiano compartilhado. Assim como no bairro descrito por Mayol (2013), a Universidade funciona como um espaço onde o corpo comunica e é comunicado, onde se aprende a "conveniência" para ser aceito e, de certo modo, reconhecido.

É nesse aprendizado do "saber fazer com" que os corpos se alinham às regras simbólicas de convivência, aderindo a compromissos coletivos que, em troca, oferecem benefícios simbólicos, como pertencimento e reconhecimento. Contudo, mesmo regulado, o corpo não é completamente dócil; mesmo inserida nesse contexto, Sia não incorporou completamente a "norma da loira odonto”, como comentei anteriormente. Também podemos observar que a escolha de Sia de continuar caminhando ou pegando ônibus pode ser vista não apenas como uma adaptação às normas de conveniência, mas também como uma prática subversiva, um modo de desafiar as estruturas de exclusão, reafirmando sua presença no espaço universitário.

Talvez contribuir com a “vaquinha” ou o sistema de caixinha e aderindo a um compromisso e contribuindo com a vida coletiva para se beneficiar de um contrato social possa ser vista como uma forma de obter um ganho simbólico dentro desse cotidiano, mas também possa ser analisado como uma forma de resistência subversiva, uma espécie de “artes de fazer”, para ser possível ocupar esse lugar na universidade.

Há para Mayol (2013) uma diferença na força em que tal norma age. Às vezes, quando o indivíduo desvia e não age conforme a conveniência, ele pode ser repreendido somente com um olhar torto, com algo momentâneo; mas, em outras situações, o indivíduo é excluído socialmente, como aconteceu no exemplo anterior. A conveniência, portanto, regula também quem pode participar e conviver em um determinado espaço.

Neste ponto quero trazer para a discussão o português e como a língua é utilizada como um sistema de regulação. Um dia, enquanto tomávamos um café na cantina do Onofre, Ana me relatou uma situação, novamente sobre trabalho em grupo, em que ela escreveu sua parte e enviou para as colegas, que logo disseram que iriam mudar tudo, porque ela não sabia escrever, já que a língua dela não é português. Ela disse que não gostou e que ficou se perguntando quem são elas para dizer se ela escreve bem ou não, afinal são todas estudantes. Ela disse que não as deixou mexer em seu texto e que o professor acabou dando uma nota boa para o grupo, o que para ela significou que o que ela escreveu não estava ruim. Nesse momento ela diz “eu acho que ali foi outra coisa viu”, insinuando que ali foi um caso de preconceito e xenofobia.

Maria também me conta que alguns professores exigem um português perfeito nos relatórios. Maria, logo que chegou a Manaus, fez algumas aulas de português oferecidas por uma igreja católica. Ana, sempre me perguntava a pronúncia de algumas palavras e Sia me dizia que aprendeu português assistindo Dora Aventureira. O que eu percebia era uma pressão para que eles falassem o português sem sotaque e eles também se pressionavam a isso.

Essa pressão para dominar o português, muitas vezes sem sotaque, funcionava como uma forma de regulação simbólica, delimitando quem pertence ou não ao espaço universitário. O "não falar direito" ou "não escrever corretamente" transformava-se em um marcador de exclusão, um dispositivo que reforçava a ideia de que aquele lugar não era para eles. Essa dinâmica ecoa a reflexão sobre dispositivos de poder e se conecta com a análise de Yamamoto e Ichikawa (2021) sobre a conveniência. Para os autores, a conveniência possui uma natureza normativa semelhante aos dispositivos de poder que, por meio de procedimentos minúsculos, se entremeiam no cotidiano e o reorganizam. Os autores especulam que talvez a conveniência possa ter sido sim inspirada na categoria de dispositivo, mas procurando as brechas deixadas inicialmente na teoria foucaultiana.

Nesse sentido, a conveniência parece operar de maneira semelhante a um dispositivo, moldando práticas e condutas no dia a dia dos estudantes em situação de deslocamento. Ao mesmo tempo,

revela brechas que esses sujeitos ocupam para negociar sua presença e resistir às pressões normativas, subvertendo o que foi inicialmente pensado como um mecanismo de controle. Essas brechas se manifestavam, por exemplo, nos corredores da Universidade, onde frequentemente encontravam outros estudantes internacionais. Momentos como os encontros na cantina do Onofre, onde conversavam em crioulo, francês ou espanhol, tornavam-se espaços de troca cultural e resistência simbólica.

A língua, nesse contexto, desempenha um papel fundamental. Como mencionei no início, sou descendente de japoneses e, mesmo sem falar japonês fluentemente, algumas palavras sempre fizeram parte do meu cotidiano. Minha família me chama de *netiam*, que significa "irmã mais velha" em japonês. Ainda hoje, tenho dificuldade com certas palavras em português, pois cresci ouvindo-as em japonês. Por exemplo, "cenoura" me exige alguns segundos para pensar, já que, automaticamente, digo *ninjin*. O mesmo acontece com "banheiro", que chamo de *benjô*, um termo arcaico do japonês que já até caiu em desuso. De certa forma, o uso dessas palavras, como quando troveja e dizemos "olha o *goro-goro san*", me conecta à minha ancestralidade. Para nós, nipo-brasileiros, esse vínculo linguístico é um marco cultural que mantém vivas nossas raízes e nos aproxima dos nossos antepassados.

Esse uso da língua vai além de uma questão pessoal, ele faz parte de uma construção de identidade, assim como aproxima comunidades em contextos de deslocamento. Contudo, nos últimos anos, assistimos ao aumento de casos de violência e xenofobia contra imigrantes que falam sua língua natal em outros países. Diversos vídeos circulam na internet mostrando pessoas sendo coagidas por falar espanhol nos Estados Unidos, por exemplo. No entanto, mesmo quando se fala a mesma língua, o preconceito pode surgir. Em Portugal, o sotaque brasileiro frequentemente se torna um marcador de nacionalidade, desencadeando episódios de discriminação. Como apontado por Śliwa *et al*. (2023), o português falado por brasileiros muitas vezes não é reconhecido como português, mas como "brasileiro", transformando-se em um ponto de disputa cultural.

Portanto, a língua representa muito mais do que um instrumento de comunicação: ela é um corpo social que carrega tradições, valores e memórias, muitas vezes invisíveis à primeira vista. Como nos lembra Certeau (2014, p. 235), "através de legendas e fantasmas, que continuam povoando a vida cotidiana, por citações sonoras, mantém-se toda uma tradição do corpo. Pode-se ouvir, mas não ver." Quando os estudantes conversam em suas línguas maternas, evocam práticas, saberes e valores que escapam ao controle institucional, territorializando os espaços

da universidade como seus. Essa apropriação gera “novas paisagens sonoras” (Certeau; Giard, 2013, p. 337), permitindo-lhes criar sentidos próprios e resistir às tentativas de homogeneização cultural.

Nesse contexto, a linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas também um espaço de criação e de luta. Por meio dela, esses estudantes reconfiguram o cotidiano universitário, transformando-o em um território plural, que reflete a diversidade de suas histórias e perspectivas. Ao se reunirem nos corredores ou na cantina para falar em suas línguas maternas, os estudantes não apenas criam espaços de resistência, mas também engajam em uma oralidade como prática comunitária. Como apontam Certeau e Giard (2013), a oralidade é o espaço essencial da comunidade, pois envolve corpo, voz e emoção. Assim, ao utilizarem suas línguas de origem, os estudantes praticam uma atividade que mobiliza todo o corpo, desde a voz até os gestos. Essa dimensão performativa da linguagem transcende a simples expressão de ideias, configurando-se como uma forma de habitar os espaços da universidade e de estabelecer relações sociais que desafiam a normatividade imposta, neste caso o uso somente da língua portuguesa.

O uso da língua materna nesses contextos também rompia com a invisibilidade cultural imposta pelas estruturas institucionais, criando um espaço simbólico de pertencimento no qual os estudantes reafirmavam suas identidades e construíam uma rede comunitária. Essa territorialização simbólica, evidente nos corredores e na cantina do Onofre, demonstrava como práticas linguísticas cotidianas se entrelaçavam com estratégias de resistência. Ao criarem “paisagens sonoras”, os estudantes desestabilizavam a lógica normativa do espaço universitário, inserindo camadas de diversidade que escapam às estratégias de homogeneização. Nesse cenário, a língua materna assume uma dimensão política e performativa. Dessa forma, eles não apenas contestam uma uniformização, mas também transformam a Universidade em um espaço vivo, plural e permeável à diferença.

Voltando para a cantina do Onofre (Imagem 4), desde os primeiros momentos da pesquisa, esse local foi se consolidando como um dos principais espaços de observação, mesmo para estudantes que não pertenciam ao Centro de Ciências Humanas e Naturais – CCHN, onde está localizada.

Imagem 4: Cantina do Onofre

Fonte: Tirado pela autora

Com frequência, marcava meus encontros com os estudantes ali, e isso fez com que o Onofre se tornasse o pano de fundo de grande parte da minha pesquisa. A cantina, que já existe há mais de 40 anos, transcende as fronteiras dos centros acadêmicos, sendo frequentada por alunos de diversas áreas. Quando eu era estudante, saia do meu centro, o Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, e ia com meus colegas até o Onofre lanchar, que na época era uma espécie de *trailer* no estacionamento.

Durante o período letivo, o local é tomado por uma intensa movimentação. Atualmente, a cantina possui algumas mesas e cadeiras, que sempre estão desordenadas, sempre há música ao fundo e uma mesa de sinuca ao ar livre compõe o cenário. Essa dinâmica confere ao espaço uma energia única, reforçada pela informalidade das vestimentas. Por outro lado, nos períodos de recesso, o movimento diminui e o ambiente parece respirar de maneira diferente, mas sem perder sua relevância como ponto de encontro. Durante o recesso, inclusive, foi ali que me encontrei com alguns dos estudantes.

Essa importância do Onofre na UFES nos remete à quitanda de Robert, descrita por Mayol (2013) em seu estudo sobre bairros. De acordo com Mayol (2013), a quitanda funcionava como

um ponto central de memória e reconhecimento coletivo. Ser freguês da quitanda era, de certa forma, uma confirmação de pertencimento ao bairro. Assim, fui percebendo que o Onofre desempenha um papel semelhante na Universidade. Com uma história que atravessa décadas, a cantina resistiu às mudanças e transformações da UFES, permanecendo como um local onde gerações de estudantes se encontram e constroem laços; um marco de pertencimento que atravessa o tempo. Lembro que sempre ouvia histórias sobre a cantina, que chegou a vender cerveja em determinado momento; assim como eu, hoje, conto histórias da cantina de quando eu era estudante. Como a quitanda de Robert, o Onofre se insere na memória coletiva dos que passam por ali, funcionando como um espaço de afeto e de reconhecimento.

No CCS, fiz alguns encontros na cantina também. Em uma das visitas, enquanto tomávamos café, João foi interrompido por uma funcionária da cantina que brincou sobre seus *dreads*. O tom descontraído da interação me mostrou o quanto ele já se sentia à vontade naquele ambiente. Além disso, durante o encontro, João cumprimentou outras pessoas, revelando a rede de conexões que havia construído ali. Essa sociabilidade, que se dá tanto com colegas quanto com funcionários, reforça a ideia de pertencimento ao espaço e à comunidade.

Com Ana, além das nossas constantes idas ao Onofre, ela dizia que no início recorria frequentemente à biblioteca. Com isso, acabou fazendo algumas amizades com alguns servidores do local. Maria e Sia chamavam a biblioteca de casa e disseram que quando estavam em semana de provas praticamente moravam nela.

Além do Onofre, outros locais da UFES contribuem para essa construção de um espaço de afeto, como os corredores dos ICs, como são conhecidos os prédios que fazem parte do Centro de Ciências Exatas, Centro de Ciências Humanas e Naturais e o Centro de Educação e que abrigam pequenas barracas e lojinhas. Esses mercados internos (Imagem 5), espalhados pelos caminhos da universidade, funcionam como pontos de encontro e troca. Em uma das observações, passando por uma dessas barracas, Ramon parou para comprar um biscoito de amendoim, quando ele me pergunta: “nossa, já comeu esse biscoito, estou viciado” – mostrando certa familiaridade, apesar de ele me afirmar que não frequentava tantos espaços na UFES, e que só ia para a aula; assim como ocorreu com Ana, que sempre queria parar na banca que vende camisetas da UFES, para ver as “novidades”.

Imagem 5: Mercados dos ICs

Fonte: Tirado pela autora

Essa fluidez nas relações, mesmo em locais aparentemente periféricos ao espaço acadêmico, evidencia como a UFES é um lugar onde a vida cotidiana acontece de maneira espontânea. A sala de aula, como a profª Letícia Fantinel já havia adiantado durante o parecer do meu ensaio teórico, acabou sendo o espaço menos frequentado pelos estudantes simbolicamente. Quando perguntava para eles o local que eles mais ficavam, a sala de aula aparecia como a última, assim como eles se sentiam mais à vontade em lugares como a biblioteca e a cantina.

Os mercados informais da UFES, como as barracas de biscoitos, camisetas e outras mercadorias espalhadas pelos corredores dos Centros, funcionam como polos de interação social e de territorialização simbólica dentro do "bairro" universitário. Esses espaços são mais do que meros pontos de venda: revelam dinâmicas de proximidade e de familiaridade, demonstrando que o cotidiano da universidade ultrapassa a sala de aula e formalidades acadêmicas, promovendo interações espontâneas e afetivas. Ao contrário do que pode parecer à primeira vista, essas barracas não apenas "comercializam produtos", mas reconfiguram os usos do espaço universitário.

A interação descrita entre Ramon e a vendedora, em que ele me recomenda o biscoito de amendoim com entusiasmo, destaca a criação de uma relação afetiva que, apesar de breve e aparentemente superficial, transforma o espaço do mercado em um ponto de trocas significativas. Mesmo Ramon, que alegava não frequentar tanto os espaços da UFES fora das aulas, demonstra familiaridade com aquele lugar, o que evidencia que esses mercados informais operam como microcosmos da vida cotidiana, marcados pela oralidade e pela sociabilidade. Essa fluidez, característica dos mercados descrita por Mayol (2013), reforça a ideia de que a relação com o comerciante é mais interpessoal e marcada por certa "publicidade oral", em que o vendedor desempenha um papel central na criação de um ambiente acessível e acolhedor.

Conforme Mayol (2013) coloca, os mercados dentro da lógica do bairro não seguem uma lógica espacial estritamente racional, como uma loja convencional com prateleiras bem ordenadas. Na UFES, as barracas e lojinhas se espalham de forma quase aleatória, sem obedecer a um planejamento rigoroso, mas sim adaptando-se às necessidades e às práticas cotidianas dos frequentadores. Essa disposição espacial fragmentada e "improvisada" reflete o que Mayol (2013) descreve como a singularização do espaço social por meio das práticas cotidianas. Esses mercados, ao mesmo tempo em que respeitam as normas tácitas da conveniência (como a permanência em áreas específicas ou horários estabelecidos), subvertem a rigidez do espaço institucional, imprimindo uma identidade própria ao campus.

Além disso, a tensão entre a conveniência e a singularização do espaço é evidente nesse contexto. Por um lado, há um respeito às normas tácitas da vida universitária, como a ocupação desses mercados em áreas de passagem e não diretamente acadêmicas. Por outro, o cotidiano dos estudantes transforma esses lugares em pontos de socialização, de afeto e de construção de identidades. Esse movimento cria um "núcleo cultural" dentro da Universidade, um espaço onde o comércio e as interações sociais coexistem, fortalecendo a coesão do "bairro universitário".

Quando os estudantes mencionam que se sentem mais à vontade em espaços como a cantina e a biblioteca, e não na sala de aula, isso reforça a ideia de que o ambiente acadêmico tradicional muitas vezes não é o epicentro da experiência universitária. Em vez disso, os mercados informais e espaços de convivência tornam-se lugares de resistência e de apropriação, onde as pressões normativas do ambiente institucional são aliviadas e ressignificadas. Nesse contexto, as práticas cotidianas dos usuários não apenas territorializam a Universidade, mas também ampliam seu papel como um espaço onde o público e o privado se cruzam, sendo culturalmente dinâmico e essencialmente vivo.

Portanto, os mercados informais dentro do "bairro" universitário não são apenas espaços de comércio, mas também lugares que articulam relações sociais e culturais, permitindo que os estudantes construam uma vivência que escapa às normas institucionais, enquanto negociam sua presença de forma significativa e singular. Eles são, simultaneamente, reguladores da conveniência e espaços de singularização, evidenciando as contradições e riquezas que sustentam a vida cotidiana na UFES.

Indo além, a Universidade, no entanto, não é apenas um lugar de convivência, mas também um refúgio. Para muitos estudantes, ela se torna um espaço onde é possível esquecer, ainda que temporariamente, as dificuldades enfrentadas fora dali, concentrando-se nos estudos como estratégia de superação. Ana, por exemplo, apesar de destacar que precisou "correr atrás" para se integrar, também criticou a postura passiva de alguns professores, que, segundo ela, poderiam motivar mais os alunos. As interações e movimentos dentro da UFES revelaram um espaço que vai além do aprendizado formal, funcionando como um território onde vínculos e redes são formados, possibilitando uma espécie de resistência para continuar com o curso, apesar das dificuldades. Esses elementos, somados à longa história de lugares como a cantina do Onofre, fazem da UFES não apenas um espaço acadêmico, mas composto por diversos bairros, repleto de memórias, relações e práticas que definem o cotidiano de quem passa por ali.

O espaço universitário da UFES revelou-se, ao longo da pesquisa, um espaço de afeto, onde múltiplas dinâmicas e relações se entrelaçam de forma rica e imprevisível. À medida que explorava o campus, percebi que ele não é um todo homogêneo, mas sim composto por inúmeros "bairros" – pequenos territórios de convivência que se constroem e se transformam cotidianamente.

A categoria de "bairro", inspirada nos estudos de Mayol e Certeau, foi essencial para que eu pudesse enxergar essas complexidades: locais como a cantina do Onofre, os corredores dos institutos centrais, o restaurante universitário e até as bibliotecas funcionam como microcosmos que abrigam práticas, afetos e memórias específicas. Contudo, mesmo com essa lente, as camadas do espaço universitário permanecem escorregadias, resistindo a definições absolutas. Esse emaranhado de relações e de significados me mostrou que a Universidade não é apenas um espaço físico ou institucional, mas um território vivo, pulsante, que escapa a tentativas de encapsulamento e se refaz constantemente nos encontros, nos gestos, nas experiências e no corpo que a habita, como veremos a seguir.

6 OS CORPOS

> “na pedra, no cimento,
> no cal, no sol e no sal
> - resistir”.
> Lívia Corbellari (2019, p. 42)

Logo quando comecei as leituras e pesquisas teóricas para essa tese, o corpo dócil de Foucault apareceu em diversos estudos. Apesar de não dialogar diretamente com a área da Educação, quando iniciei o processo de pesquisa sobre o corpo, esbarrei com diversos artigos sobre o corpo dócil dentro desse campo (Santos, 2021; Nascimento; Cruz, 2018; Viaro, 2022). Nos Estudos Organizacionais, mesmo que já existam contribuições importantes, como mostrado em capítulos anteriores, essa discussão ainda é tímida.

Como já relatei, oscilei muito entre essa Universidade que aprisiona e a que acolhe. E, de início, foquei mais nesse corpo dócil trabalhado por Foucault. Foi só após o parecer do meu ensaio teórico e nas reuniões com o GEO do PPA-UEM que comecei a refletir sobre esse corpo dócil e os estudos certeaunianos. Michel Foucault, nascido na França, é um autor também muito presente nos estudos de Certeau. Também estudou o cotidiano, mas a partir dessa rede de disciplina e vigilância que oprime e domina o indivíduo.

Acredito que Foucault está muito mais próximo dessa visão da Universidade moldando esse corpo de forma a domesticá-lo. Como no videoclipe *Another Brick in The Wall*, da banda britânica *Pink Floyd*. Em determinada parte do vídeo vemos estudantes entrando em uma espécie de máquina, enfileirados, com máscaras, e saindo já padronizados, conforme um modelo preestabelecido. Uma crítica ao ensino burocrático e opressor que procura homogeneizar os indivíduos conforme uma ordem dominante.

Acabei encontrando esses dois modelos, coexistindo em um mesmo cotidiano. Havia uma ambivalência constante entre o corpo dócil e o corpo ordinário de Certeau, em que um se sobrepunha ao outro, gerando momentos de conflito e de subversão. Para Foucault (2014), o corpo, durante séculos passados, foi colocado como um objeto, com uma grande atenção na busca pela manipulação e no treinamento do corpo. Contudo, Foucault (2014) indagava “nesses esquemas de docilidade, em que o século XVIII teve tanto interesse, o que há de tão novo?”. Afinal, em qualquer sociedade, o corpo esteve e estará submetido a uma rede de imposições e limitações. É para explicar como novos métodos são empregados, visando controlar de forma

cada vez mais minuciosa as operações do corpo que Foucault (2014, p. 135) elaborou o que ele chama de “disciplinas”:

> O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos.

O que eu gostaria de chamar a atenção é que, para Foucault (2014), ao mesmo tempo em que essas disciplinas aumentam as forças do corpo em relação à sua utilidade, elas conseguem diminuir a sua força política. Esse processo não ocorre de um dia para o outro, não é de forma súbita que esse corpo perde a sua potência de agir politicamente. É algo lento, esparsado, o processo é minucioso (Foucault, 2014). Essa força ou até uma prática política apareceu por diversas vezes no cotidiano dos estudantes que acompanhei e acredito que consegui captar algumas nuances de como, ao mesmo tempo em que há um corpo que não aquiesce e que busca sempre agir politicamente, há também uma certa docilização.

Tal agir político ficou evidente nas cenas cotidianas observadas e nos relatos dos próprios estudantes, emergindo em situações aparentemente banais, mas carregadas de significado. Com Ramon, na nossa última conversa, ele me conta que desistiu do curso por conta da dificuldade de conciliar com o horário de trabalho, mas também por experiências ruins que havia passado na UFES. Ele fala se sentir excluído principalmente quando precisa fazer trabalho em grupo e ninguém quer fazer com ele. Assim como diz que não conseguiu se inserir em nenhum “grupinho”, mas que não sabe se é por ser refugiado ou mais velho.

Além disso, em outra conversa ele já havia me dito que alguns movimentos políticos dentro da Universidade o incomodavam, e eram uma espécie de gatilho para ele, pois o faziam lembrar de situação que havia vivenciando na Nicarágua. Ele me dizia que muitas vezes não concordava politicamente com algumas atitudes de colegas e professores, mas que não sabia se era por conta da história de vida e do trauma geracional que carregava consigo.

Assim como Ramon, Ana diz que sofreu muito preconceito, racismo e xenofobia, mas que ela segue a vida. Em um momento, ela comenta que “ah, se ninguém quer fazer trabalho comigo eu não ligo. Já sofri e chorei muito, mas hoje eu já não ligo mais”. No entanto, alguns encontros depois de me dizer isso, a encontro em frente à copiadora e ela me relata uma situação triste que tinha passado na mesma semana. Ana me conta que a atividade final da disciplina de sexta

era um seminário e que a professora escreveu no quadro os temas e pediu para os alunos se juntarem em grupo. Ana falou que um dos temas logo chamou sua atenção e, por isso, ela colocou o nome naquele tema. Mas, os alunos se organizaram em grupos entre si e ninguém se juntou a Ana, que iria ficar sozinha com o tema para apresentar o seminário. Ela disse que a professora falou com a turma que a Ana não poderia apresentar sozinha, pois era muita coisa e se ninguém poderia ir fazer grupo com ela. Ela diz que ninguém se prontificou, mas aqui acho interessante que Ana não reclamou da turma em si, mas da professora. Para ela, uma situação como essa exigia uma atitude mais enérgica por parte da professora; ela inclusive questiona "que profissionais de Serviço Social serão essas pessoas, se elas, durante a graduação, já estão excluindo uma aluna?".

Outra situação que mostra essa exclusão ocorreu no primeiro encontro com João, na cantina do Centro de Ciências da Saúde. Ele me relatou que cumprimentou um grupo na mesa ao lado, mas foi ignorado e recebeu olhares tortos. Esses episódios refletem a realidade de muitos estudantes que, como Ramon e Ana, enfrentam dificuldades em formar grupos para trabalhos e seminários. Ambos se veem constantemente excluídos, mas não sabem se isso ocorre devido à xenofobia, ao racismo ou ao etarismo, já que são mais velhos que seus colegas. Esses relatos colocam em evidência a dificuldade de integração e os desafios impostos pela estrutura acadêmica, em que a exclusão e o sentimento de solidão muitas vezes atuam como barreiras silenciosas, levando à desistência de alguns, como foi o caso de Ramon.

Aqui vale trazer algumas observações sobre a democratização do ensino superior. Como já dito no início deste estudo, políticas de acesso, como a reserva de vagas nas universidades federais, têm gerado debates e contradições, sendo alvo de questionamentos profundos. É importante frisar que as políticas de acesso e permanência representam um início; no entanto, como coloca Carrico (2008), a Universidade não consegue prever ou interferir na maneira como os estudantes se relacionam e como são construídos esses cotidianos universitários. A autora alerta para a necessidade de as Universidades irem além de normas institucionais e refletirem também sobre como os grupos sociais dentro do espaço universitário interagem.

Carrico (2008) reflete também sobre o próprio termo inclusão. Para a autora, incluir não significa tolerar o de fora ou permitir sua entrada. Incluir é se opor à segregação, é construir um espaço democrático e inclusivo. Incluir é derrubar os muros, visíveis e invisíveis, que cercam a Universidade. Como ressalta Tragtenberg (2002, p. 1), a Universidade "não é uma instituição neutra; é uma instituição de classe, onde as contradições de classe aparecem". Podemos dizer

que não somente desigualdades de classe, mas também raciais, étnicas, de gênero e tantas outras que permeiam a sociedade.

A Universidade, a academia e a produção de conhecimento ainda privilegiam uma epistemologia eurocêntrica, branca e com raízes coloniais. Escondida atrás de um discurso de neutralidade universal, cartesiano e objetivo, se esconde uma instituição ainda destinada a um corpo específico, um corpo político que é branco, cisgênero, masculino e privilegiado (Figueiredo; Grosfoguel, 2009). É preciso questionar, por exemplo, os saberes e quem os produz dentro da academia. Como recorda Certeau (2012, p. 168), "uma interpretação teórica está, portanto, ligada ao poder de um grupo e à estrutura da sociedade onde ela conquistou esse lugar". Essa interpretação teórica, esse lugar do saber, o "penso, logo existo" de Descartes sempre pertenceu com exclusividade ao indivíduo homem e branco.

A inclusão de estudantes de diferentes origens, no entanto, ainda esbarra na resistência de uma estrutura universitária predominantemente branca e masculina. Estudos de Ferreira, Teixeira e Ferreira (2022) indicam que a maioria dos docentes nas universidades federais é composta por homens brancos. Essa configuração se reflete no currículo acadêmico, que ainda privilegia autores brancos e europeus, perpetuando uma assimetria de saberes que não reconhece a pluralidade do corpo discente. A antropóloga Lilia Schwarcz, em entrevista, compartilha que, mesmo sendo uma pesquisadora focada nas questões raciais, passou anos lecionando sem incluir autores negros em seus cursos (Santos, 2022). Esse hiato na representação e no reconhecimento de diferentes saberes evidencia como o corpo docente ainda detém o monopólio do "saber" dentro da Universidade, fortalecendo uma estrutura desigual e excludente.

Para Tragtenberg (2002, p. 2), "a universidade reproduz o modo de produção capitalista dominante não apenas pela ideologia que transmite, mas pelos servos que ela forma". Ao ainda carregar uma epistemologia que encobre hierarquias de poder, a Universidade não só colabora em reforçar um corpo social como norma dominante, como ainda oprime e afeta os corpos que estão incluídos somente como números que ainda não conseguem participar plenamente do cotidiano universitário.

Por serem corpos que desviam da norma, a simples presença desses estudantes na Universidade já constitui uma forma de transgressão. Eles não apenas desafiam as normas sociais de maneira explícita, mas também forçam a estrutura a lidar com esse desvio. Sua resistência não precisa

ser articulada de forma explícita, ela se dá de maneira espontânea, ao se recusarem a se conformar aos padrões esperados dentro do sistema. Esse processo de resistência transforma o cotidiano acadêmico, embora nem sempre seja reconhecido como tal. Os corpos que desafiam a normatividade social, muitas vezes silenciados ou excluídos, trazem consigo uma potência de transformação que questiona as bases mesmas da instituição.

É nesse sentido que Certeau (2014) propõe voltarmos as lentes de análise para uma "rede de antidisciplina", um contraponto do autor aos estudos foucaltianos sobre a "rede de vigilância" que Foucault trabalha em sua obra Vigiar e Punir:

> Se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa a rede da "vigilância", mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (minúsculos e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, "que maneiras de fazer" formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou "dominados"), dos processos mudos que organizam a ordenação sociopolítica (Certeau, 2014, p. 40)

Para Certeau, embora esse corpo esteja submetido a um sistema de regras, há momentos em que "ruídos de corpos, gritos, vozes escondidas, movimentos dissonantes infringem a codificação social" (Certeau, 2002, p. 411). Esses corpos se tornam palco de "bricolagens, desvios e transgressões político-culturais promovidas pelos sujeitos em seu cotidiano" (Mori; Buarque, 2016, p. 1538). Assim, mesmo estando sob uma ordem, é por meio do corpo que o indivíduo encontra brechas para transgredir e resistir.

Essa brecha vai sendo aceita e confirmada como uma afirmação do próprio corpo político. A resistência se dá quando esses estudantes passam a entender a importância de seu corpo naquele espaço e, ao reconhecerem seu poder, percebem a força que possuem para subverter as normas e construir novas possibilidades.

João, por exemplo, confessa que lidar com o racismo é complicado e vê constantemente seu corpo sendo hipersexualizado. Ele relata que às vezes não tem vontade de se levantar da cama para ir à UFES, pois é constantemente confrontado com situações em que o relembram que ele é estrangeiro e que ele não deveria estar ali. Ele diz que o comportamento muda quando ele fala que é do Haiti, mas que morou muitos anos nos EUA, uns ficam curiosos e outros o questionam por que ele quis vir para o Brasil

Mesmo às vezes sendo difícil ir à UFES, João diz que sabe que tem um papel importante ali, ele me fala; "pois, muitos professores acham que podem fazer o que quiser com os alunos e eu ali não aceito as grosserias". Ele ainda complementa dizendo que tem muito o que aprender,

mas que a Universidade também tem que aprender como conviver com o diferente, com outras culturas. A verdade é que só de estar lá, e estar lá com a consciência que João possui, já causa um desconforto, um incômodo; há uma militância que existe simplesmente por estar ocupando aquele lugar. E como ele diz, com um sorriso, ele vai conquistando seus espaços.

Vale também lembrar que o curso de Medicina é historicamente associado à elite social e continua a ser um espaço profundamente marcado por desigualdades, em que o acesso e a permanência ainda são restritos a grupos privilegiados (Fujii *et al.*, 2024). O ingresso e a trajetória de João nesse curso, portanto, não são apenas um feito individual, mas carregam um significado político do qual ele tem consciência. Seu corpo, sendo estrangeiro, *gay*, preto retinto e desviante da norma, desafia diretamente as estruturas elitistas e racistas que compõem esse espaço acadêmico.

Essa consciência de ser um corpo político e de desconstruir uma normatividade que abala estruturas dentro do cotidiano universitário se fez presente em uma das conversas que tive com João. Ele me diz que sabe que a presença dele na sala, de um curso como Medicina principalmente, é necessária; ele diz que é consciente do papel social que tem, a importância de se tornar médico para a sociedade, tanto para os nacionais de outros países residindo no Brasil, quanto para a população preta e LGBTQI++.

Estar presente em um curso como Medicina é, para João, um ato de resistência em si. Sua ocupação dessa vaga simboliza a ruptura de barreiras históricas e sociais, forçando a Universidade a lidar com a presença de um corpo que não foi pensado dentro da lógica homogênea e elitista que tradicionalmente domina esse campo. Mais do que isso, João transforma o espaço com sua vivência e ressignifica a ideia de pertencimento, questionando as bases de um sistema que insiste em lembrá-lo de que ele "não deveria estar ali".

O impacto de sua presença vai além do individual, denunciando o racismo estrutural e as dinâmicas de exclusão que permeiam o curso de Medicina. No capítulo anterior, mencionei a relação entre João e sua professora coordenadora do grupo de pesquisa, que afirmou, em tom quase colonial: "querer levá-lo para casa". Essa fala revela como as relações de poder e hierarquias simbólicas estão impregnadas no cotidiano. Além disso, João relata que o comportamento das pessoas muda ao saberem que ele morou nos EUA. Aqui, podemos observar como as hierarquias simbólicas operam entre os estrangeiros, expondo algumas camadas de preconceito nas interações sociais. Como estudante oriundo do Haiti, ele é, muitas

vezes, estigmatizado como refugiado. No entanto, ao mencionar que viveu por anos nos EUA, sua imagem é ressignificada e ele é visto como "aluno internacional", com um *status* diferenciado. Essa mudança de tratamento, baseada em seu local de origem e na percepção de um capital simbólico (Bourdieu, 2003), reflete preconceitos estruturais que categorizam os corpos entre aqueles que são aceitos e que são excluídos.

Ao ocupar esse espaço, João não apenas resiste às pressões institucionais e sociais, mas também transforma o cotidiano do curso, trazendo uma diversidade que desafia a lógica de exclusão. Seu corpo torna-se visível, político e impossível de ignorar, desestabilizando normas e narrativas que tentam naturalizar o elitismo e a homogeneidade de um curso como o de Medicina. Nesse sentido, sua presença não é passiva, mas uma força que tensiona, expande e reconfigura os limites do espaço universitário.

Assim como eu vi com Ana, a simples presença dela na sala de aula gera uma contradição necessária, o desconforto fundamental para que a mudança comece a aparecer. Durante a disciplina a que assisti acompanhando Ana – ela era sempre muito participativa –, em um dia, o professor pede para que os alunos leiam suas respostas de um estudo dirigido que ele havia passado. Ele perguntou quem gostaria de responder à questão número dois, e Ana, na mesma hora, ergue a mão e, já quase se levantando, diz em voz alta: “Eu, Eu”. Ela se levanta, vai até a frente da sala e lê sua resposta em português com seu sotaque espanhol. O som de sua voz, marcado pelo sotaque, desestabiliza uma norma invisível que muitas vezes restringe a expressão do outro. Seu sotaque, ao invadir o espaço da sala de aula, não é apenas um traço de sua origem, mas também uma afirmação de pluralidade que ressoa na sala, criando outras paisagens sonoras, como relatei no capítulo anterior. Ao falar com sotaque, Ana não só se afirma como sujeito, mas também amplia as possibilidades sonoras daquele espaço, tornando-o menos homogêneo e mais aberto às diferenças.

Em outra situação, Ana me convida para ir assistir à sua apresentação de um artigo em um congresso do Serviço Social. Antes, ela me pede ajuda com o português, pois quer saber como pronunciar algumas palavras. No início, a coordenadora da sessão pergunta se há alguma preferência de ordem nas apresentações e, nisso, Ana quase pula da cadeira e diz “eu quero ir primeiro”. Nas duas situações, somente pela presença de Ana, era possível sentir sua força em ocupar o espaço e afirmar seu lugar, mesmo em meio a possíveis inseguranças. Seu corpo era um desvio, que falava tanto quanto suas palavras, desafiando e, ao mesmo tempo, ressignificando aquele contexto acadêmico.

Essa “maneira de agir”, de “fazer com o corpo” (Certeau, 2014), tanto de Ana quanto de João, revela uma compreensão clara de seus corpos como agentes políticos dentro da Universidade. Não se trata apenas de presenças silenciosas, mas de corpos que se impõem, que se apresentam com suas marcas, seus sotaques, suas histórias e, com isso, desafiam as normas do espaço acadêmico. Eles não se limitam a ocupar, mas transformam o espaço ao de fato ocupá-lo, forçando uma reavaliação das hierarquias e exclusões naturalizadas. Ao escolherem se posicionar de forma visível, quebram o conformismo e criam uma ruptura necessária. Esse desconforto gerado não é um obstáculo, e sim um sinal de resistência desses corpos, ao se recusarem a aquiescer; ele surge não apenas como uma reação, mas como uma ação transformadora com potencial de reconfigurar a dinâmica de um espaço.

A presença na Universidade não apenas desvia das normas estabelecidas, mas também chama a atenção de forma peculiar. No caso de Maria, por exemplo, ela mesma me confessa ser mais quieta, não intervir muito durante as aulas. No entanto, no dia em que fui acompanhá-la em uma disciplina, cheguei alguns minutos antes para solicitar a autorização para o professor. Contei um pouco sobre a minha pesquisa, falando que era sobre o cotidiano de estudantes internacionais. O professor imediatamente associou Maria à condição de "estudante internacional", como se sua presença, por si só, fosse uma marca de estranheza ou novidade.

Nesse mesmo dia, me sentei ao lado de Maria, trocamos algumas palavras e, antes de iniciar a aula, o professor se aproximou dela e perguntou se ela tinha terminado de ler o livro que ele tinha emprestado. Eles discutem um pouco sobre o livro, que percebo ser sobre o Haiti. A maneira como o professor reconhece Maria e mantém um contato pessoal com ela, discutindo até mesmo um livro sobre o Haiti, revela como, ao se posicionar como "internacional", a estudante não só desvia da normatividade acadêmica, mas também se vê tratada por outros como alguém de fora, que está "marcada". Assim, sua presença, longe de ser invisível, atrai uma atenção que, paradoxalmente, destaca sua diferença dentro de um sistema que insiste em categorizá-la como externa à sua normalidade.

Em uma das últimas conversas com Maria, ela compartilhou as dificuldades que enfrentou no início de sua trajetória, reconhecendo que muitos, ao passarem pelas mesmas situações, acabam desistindo, e ela compreende esse sentimento. No entanto, Maria afirmou com firmeza que, para ela, não há mais retorno. Uma espécie de “Eu não vim até aqui para desistir agora”, como diria Humberto Gessinger em sua música. Ela dizer que “Não tem mais volta” demonstra a sua determinação e a resistência que a mantém firme em sua jornada, apesar dos desafios que

encontrou e ainda encontra pelo caminho. A resistência de Maria não se dá apenas pela superação das dificuldades individuais, mas também pelo modo como sua presença é, de certa forma, uma afirmação contra as expectativas que a categorizam como "externa" e "diferente".

Passando para essa resistência que se dá pelo corpo, quando eu me propus a encontrar o corpo nesse cotidiano, de início achei que de fato iria encontrar uma prática corporal em que eu pudesse vir aqui e dizer que encontrei um número x de práticas corporais. Mesmo Certeau (2002, p. 407) alertando que este corpo “revela apenas fragmentos” e que o corpo em si não há como localizá-lo, achei que iria encontrar algo que pudesse definir essa resistência, uma prática tática talvez mais visível.

O corpo em si não é o foco dos estudos de Certeau (2002), mas está articulado com o cotidiano. Para o autor, o corpo se torna palco dessa “guerra cotidiana” entre a tática e a estratégia; o próprio corpo é utilizado como um veículo para as táticas cotidianas. O espaço para Certeau (2002) é constituído por esse corpo, desde singelas ações e gestos, como sorrir ou não em contextos sociais, a forma como nos vestimos e o modo como falamos, é no e pelo corpo que as mensagens são articuladas. É pelo corpo que o indivíduo se apropria do espaço. Como vimos nos capítulos anteriores, esse corpo sempre deu seus sinais; mesmo que muitas vezes não pudéssemos vê-lo, foi possível ouvi-lo e senti-lo.

Com o tempo, fui compreendendo que o que Certeau (2002, p. 407) chama de “teatro de operações” vai muito além de um simples quadro de referência para ações, como maneiras de se comportar, falar ou se lavar. Ele também se revela em gestos e sentimentos, incorporando uma camada subjetiva e atingindo um nível emocional. Dentro dos gestos que encontrei, o que me chamou a atenção foi o sorriso. Não posso dizer que foi algo comum a todos e que todos se utilizam da mesma forma, mas o sorriso, o humor, o rir de algumas situações eram ações que os cinco estudantes faziam uso.

De certa maneira, para João e Ana, o sorriso era uma forma de se conectar com os outros. João, por exemplo, me dizia que “sorrir abre portas”. Não somente no sentido de que sorrir e ser simpático faz você conquistar lugares, mas o sorrir como uma forma de levar a vida frente às adversidades, uma forma de resistir. Ana dizia ao sorrir que era energia e que era essa energia que movia ela e o mundo.

Marsh e Śliwa (2021) argumentam que o riso pode atuar como uma ferramenta poderosa de resistência contra normas opressivas, desafiando e subvertendo sistemas autoritários. Longe de

ser algo trivial ou ineficaz, o riso é apresentado como uma forma significativa de sustentação em lutas individuais, permitindo confrontar estruturas opressoras e possibilitando mudanças transformadoras.

Era curioso como eu ria todas as vezes que os encontrava. Mesmo quando me contavam as adversidades pelas quais tinham passado e suas tristezas, sempre um comentário ou uma piada em um tom irônico vinha logo a seguir e a conversa terminava com sorrisos. Sia, por exemplo, um dia me contava sobre a solidão que sentia dentro do curso e, após algumas lágrimas, me disse aos risos: “ai, eu já chorei hoje de manhã, tô chorando de novo. Eu devo tá doida, né?!”. É o sorriso que traz uma leveza para o dia a dia desses estudantes.

O sorriso não era somente uma forma para aliviar as dores, mas também representava uma prática de resistência silenciosa. O sorriso para esses estudantes era uma arma de resistência. O sorrir era uma forma de afirmar uma presença em um espaço que, muitas vezes, os marginalizava ou tentava moldá-los. Ao sorrirem, era como se eles retomassem para eles uma agência sobre seus corpos e narrativas, demonstrando que, apesar das adversidades, estavam ali, ocupando um lugar que lhes era de direito.

Esse gesto, que de início parecia simples, com o tempo foi se mostrando ser carregado de significado, revelava uma atitude desafiadora e subversiva, algo como dizer: “Nós estamos aqui e vocês terão que lidar com isso.” O sorriso se tornava, assim, uma forma de driblar um incômodo que sua presença poderia causar, desarmando tensões e, ao mesmo tempo, reafirmando seu direito de permanecer no espaço universitário. De certa forma, esses estudantes usam o sorriso como um modo de criar pequenas rupturas na lógica das estruturas dominantes, reconfigurando as relações e os sentidos que permeavam o espaço universitário (Certeau, 2014).

Utilizando também os estudos certeunianos, Sereke e Drzewiecka (2023) analisam para além do sorriso, como o humor pode funcionar como uma prática tática que visa mudar a relação de poder, o que eles chamam de “*ironic flip*”. Os autores, ao analisar também um contexto migratório, perceberam que alguns imigrantes resistem através do humor a uma subjugação que os coloca em uma posição social como “inferior”. A piada se torna uma trapaça que os tira de uma situação constrangedora e os coloca em uma posição de igualdade.

O sorriso e o humor acabam sendo também um alívio para lidar com a instabilidade, mas também carregam um tom ambíguo, entre um “rir ou chorar”, entre a fantasia e o real. Para Kamal (2023, p. 12), o humor cria um mecanismo psicológico que distancia a pessoa daquela

realidade, criando uma máscara que, muitas vezes, também pode protegê-la de situações em que está vulnerável: “aqueles que praticam o humor podem geralmente alegar que ‘não estão falando sério’ ou ‘apenas brincando’ e, assim, escapar da punição ou da ação daqueles mais poderosos”.

Entre esse rir e chorar, o pranto, muitas vezes, também se articulava com o sorriso como uma forma complexa de expressar emoções e recuperar forças. Sia, por exemplo, em uma conversa que tivemos perto do teatro universitário, logo após sair de uma aula, compartilhou sua solidão no curso. Quando perguntei, por curiosidade, sobre sua relação com os colegas, a pergunta serviu como um gatilho emocional e ela começou a chorar. Entre lágrimas, Sia desabafou sobre sentir-se excluída e incompreendida, mencionando o esforço que precisava fazer diariamente para acompanhar o curso. Em meio ao choro, ela acrescenta com um sorriso amargo, “mas imaginar que eu larguei a minha mãe, minha família para isso”. Nesse momento, o choro parecia para mim não apenas um desabafo, mas uma forma de reafirmar sua luta interna, enquanto o sorriso, ainda que tímido, demonstrava sua determinação em resistir e encontrar forças para continuar. Essa combinação de emoções, entre o sorriso e o choro, revelava não só a dor da exclusão, mas também a agência e a resiliência que Sia mobilizava para habitar o espaço universitário em seus próprios termos.

O relato de Grada Kilomba, em *Memórias da Plantação*, ilustra bem essa discussão sobre a exclusão do ambiente universitário e o peso emocional dele. Em seu livro, Kilomba narra suas experiências como aluna e docente em uma universidade alemã, onde, sendo a única pessoa negra no departamento de psicologia, enfrentou barreiras tanto institucionais quanto estruturais e raciais. Ao refletir sobre o impacto emocional de ser uma das poucas intelectuais negras nesse espaço, Kilomba se questiona: “quanto ser uma das poucas intelectuais negras dentro dessa maquinaria branca me custaria emocionalmente?” (Kilomba, 2019, p. 64).

O exemplo de Kilomba se conecta diretamente com a ideia de que esse corpo não é apenas passivo ou vítima, mas também um corpo que precisa resistir e que isso tem um custo. O espaço universitário, assim como qualquer outra instituição, impõe regras e padrões que tentam fixar os corpos que escapam da norma em uma posição de marginalidade ou tolerância. Porém, como Certeau (2002) sugere, esses corpos também têm maneiras de resistir e de subverter as regras, mesmo que em gestos silenciosos.

Demorei um pouco para compreender que tanto o sorrir como o chorar também eram maneiras de subverter um cotidiano que os oprime. Eles fazem parte dessas “séries silenciosas” de práticas que mostram como o corpo não é submisso; como Certeau sugere, esses corpos encontram maneiras de resistir e de subverter as regras, mesmo que em gestos silenciosos, como sorrir (Yamamoto; Ichikawa, 2021, p. 11).

Acredito que, de gesto, esse foi onde o corpo mais apareceu. No entanto, é válido dizer que isso não foi uma regularidade encontrada, pois cada um utilizava o sorriso de uma maneira e em diferentes situações. Partindo do que Certeau (2014) chamou de “maneiras de fazer” dos indivíduos que tecem uma rede de antidisciplina, por meio das práticas do cotidiano que nem sempre são constituídas de ações evidentes, com uma resistência mais acentuada, mas, na verdade, muitas vezes são tão sutis que se inserem no cotidiano de maneira sorrateira.

Quero agora voltar para outra situação em que o corpo emergiu, porém não através das práticas, gestos e ações, mas dos afetos e emoções. Para além do sentimento de exclusão e desse corpo posicionado politicamente, ao voltar o olhar para o corpo, não pude ignorar que os afetos também emergiam. Nesse ponto que vou falar sobre a saudade, uma palavra que foi constante em todas as conversas que tive com os estudantes.

Ao olhar para os relatos dos estudantes, fui percebendo que, além das práticas, gestos e ações visíveis, os afetos também se tornam uma forma de manifestação do corpo, sobretudo através da saudade, que atravessa a experiência desses sujeitos imigrantes e refugiados. Ana, por exemplo, menciona sentir uma saudade profunda de sua família, e acho particularmente interessante ela usar essa palavra – "saudade" –, um termo que não tem uma tradução direta no espanhol. A saudade de Ana não é apenas emocional, mas também uma sensação concreta de distância que está associada à dificuldade de viajar, devido à situação política e econômica de seu país. Ela revela que não consegue retornar à Venezuela, mesmo para uma visita. Há seis anos sem ver sua família, Ana me conta que ainda não conheceu pessoalmente alguns sobrinhos e lamenta não ter estado ao lado de seus entes queridos quando seu pai faleceu. A saudade, para ela, é ampliada pela impossibilidade de se reunir com os seus, pois o custo da viagem é alto e a insegurança política impede que ela se sinta segura para ir e voltar.

Maria, por sua vez, também compartilha afetos intensos relacionados à saudade, contudo com um toque diferente. Durante minha pesquisa, a mãe de Maria a estava visitando na cidade. Maria conta que estava exausta, mas muito feliz por ter sua mãe por perto. No entanto, a rotina de

trabalho e as aulas a impediam de passar mais tempo com ela. Esse afeto, embora positivo, também é perpassado por uma sensação de limitação, de que o tempo com a mãe era escasso, porém precioso.

Sia, com sua maneira bem-humorada, me expressa um tipo de saudade que até se insere em seu cotidiano. Ela brinca: “nooosssa, é uma miséria, tá! Eu tenho que ficar falando toda hora que eu tô bem”. Ela conta que tem que ficar tirando fotos do que come e das aulas que frequenta, e realizando videochamadas todas as noites. Ao contar isso, revela também um desejo de manter uma conexão constante, mas também uma sobrecarga emocional de ter que tranquilizar a família a todo momento sobre seu bem-estar.

Ramon, por sua vez, apresenta um cenário de saudade mais carregado de medo e insegurança. Ele confessa que, devido a ameaças recebidas em seu país, tem receio de usar a internet para manter contato com sua família. Ele diz que o medo de que sua comunicação possa ser monitorada e acabar colocando em risco a segurança dos seus entes queridos é uma constante em sua vida.

É importante observar que a saudade aqui não é apenas um sentimento abstrato, mas uma experiência vivida e sentida no corpo. Para Almeida e Rodrigues (2024), essa emoção ultrapassa o domínio mental e se manifesta fisicamente, gerando sensações como aperto no peito, falta de ar e até dores corporais. O corpo, portanto, se torna um espaço em que a saudade se inscreve, evidenciando sua materialidade na experiência sensorial. Para estudantes em situação de deslocamento, essa dimensão corpórea reforça como a saudade não se trata apenas de uma lembrança fugaz, mas de algo que se imprime na forma como habitam o mundo, carregando na pele e nos gestos a conexão com tudo aquilo que ficou para trás.

Além de ser uma vivência física, a saudade também pode se manifestar como um ato de resistência. Magalhães (2020) ressalta que esse sentimento opera como um vínculo entre diferentes espaços, permitindo que pessoas em situação de deslocamento preservem suas referências culturais e identitárias. Ao manter viva a memória afetiva e recusar o esquecimento, a saudade se torna uma força que desafia o apagamento cultural.

Outro aspecto fundamental é a singularidade da saudade na língua portuguesa. Como destaca Silva (2012), trata-se de uma emoção sem tradução exata em outros idiomas, o que reforça seu papel central na identidade cultural dos falantes. Diferente de outras línguas de origem latina, em que a ideia de ausência é geralmente expressada por verbos, no português, a saudade se

estabelece como um substantivo, encapsulando um estado emocional – um sentimento – complexo que envolve nostalgia, melancolia e desejo pelo ausente. No espanhol, por exemplo, usa-se "*te extraño*", derivado do verbo "*extrañar*", associado à sensação de afastamento e estranheza. No francês, a construção "*tu me manques*" deriva do verbo "*manquer*", que significa faltar; enquanto que, no crioulo haitiano, o equivalente seria "*mwen sonje*", vindo do verbo "*sonje*", que remete a lembrar-se. Essa diferença linguística carrega também uma distinção cultural relevante: enquanto em outras línguas a ausência é verbalizada como uma ação, no português, ela se configura como um estado de ser, tornando-se algo intrínseco e permanente no imaginário coletivo (Magalhães, 2020).

A reflexão sobre a saudade, enquanto um afetivo que atravessa o corpo, revela-se uma dimensão crucial para a compreensão das dinâmicas dos estudantes em situação de deslocamento dentro do contexto universitário. No entanto, ao considerar esses afetos, não se pode simplesmente abordá-los como sentimentos isolados; eles são, como propõem Certeau (2014), práticas que se inscrevem no cotidiano e que, muitas vezes, fazem resistência de formas sutis e menos visíveis. A saudade, como uma emoção, um sentimento que atravessa o corpo, se torna uma prática quase invisível, mas profundamente política, um meio de subversão silenciosa que serve como um motor para esses estudantes encararem o seu dia a dia.

A saudade, como um afeto que atravessa o corpo, se manifesta não apenas na falta, mas nas formas de resistência que ela cria e nos corpos que ela modela. Para Certeau (2014), a resistência se encontra nas práticas cotidianas que escapam ao controle institucional, mas também, os afetos, como a saudade, são modos de transgressão que redefinem o espaço vivido: “Nossos habitats sucessivos jamais desaparecem totalmente, nós os deixamos sem deixá-los, pois eles habitam, por sua vez, invisíveis e presentes, nas nossas memórias e nos nossos sonhos. Eles viajam conosco” (Certeau; Giard, 2013 p. 207). Assim, o corpo em deslocamento, atravessado pela saudade, torna-se um corpo que não se submete passivamente ao espaço universitário, mas que, ao contrário, cria formas de lidar com ele, transgredindo as expectativas de normalidade e deixando marcas que não podem ser apagadas. A saudade, portanto, não é uma simples emoção, e sim uma prática cotidiana que desafia a normatividade do espaço acadêmico, fazendo com que a Universidade, ao acolher essas experiências, se torne também um campo de resistência afetiva.

Esses relatos convergem para a ideia de que, apesar de estarem em um espaço de estudo e de busca por um futuro melhor, a saudade continua presente no cotidiano dos estudantes,

atravessando seus corpos e suas práticas. A UFES, nesse sentido, torna-se um acalento, um espaço onde as dores da distância e da solidão podem ser minimizadas, mas não eliminadas. Estudar e se formar são objetivos que tentam tornar essa saudade mais suportável. Contudo, esse "acalento" também é um espaço de solidão, onde os afetos, embora possam ser compartilhados, também permanecem como um lembrete constante da distância e da ausência de seus lares.

Ao longo deste capítulo, percebi que os corpos carregam histórias, resistem, desafiam e se reinventam no dia a dia da Universidade. No sorriso de Ana, no choro de Sia, no silêncio de Maria, no cansaço de João, vi como o corpo, longe de ser apenas dócil e moldado, como Foucault (2014) descreveu, pode ser profundamente político. Esses estudantes, simplesmente por existirem nesses espaços, se tornam agentes de transformação, muitas vezes sem perceberem, mas, em outros momentos, com a clara consciência do impacto que têm.

O corpo carrega também as marcas das dores, das exclusões e da solidão. Mas é justamente nesse equilíbrio entre a vulnerabilidade e a força que esses corpos encontram uma potência transformadora. E, ao contrário do que imaginei no início, essa resistência nem sempre aparece como algo grande ou visível. Muitas vezes, ela é silenciosa, subjetiva, acontece no choro escondido ou no riso irônico diante de uma adversidade. Está na saudade que aperta o peito, mas que, ao mesmo tempo, os mantém conectados com suas raízes.

Esses corpos ordinários, que muitas vezes passam despercebidos, têm uma força política que surge quando os próprios estudantes começam a se perceber dentro do espaço universitário. Não se trata apenas de estar lá, mas de saber que sua presença importa, que ela desestabiliza o que parecia imutável e cria novas possibilidades de pertencimento e de convivência. Essa trajetória nos leva a reconhecer a complexidade dos corpos ordinários que, ao mesmo tempo em que habitam um espaço institucional disciplinador, encontram maneiras de ressignificar suas vivências, moldando novas possibilidades de pertencimento e de convivência. Contudo, esses corpos ordinários também se revelaram corpos políticos. Em contraponto ao corpo dócil de Foucault (2014), que é moldado para a utilidade e obediência, esses corpos, ao habitarem o espaço universitário, têm seu papel político potencializado pela própria existência. Isso, no entanto, só emerge a partir de um processo de conscientização por parte desses estudantes, que reconhecem sua força transformadora dentro de um contexto que, frequentemente, tenta apagá-los ou marginalizá-los.

Nesse sentido, a UFES, enquanto espaço de práticas cotidianas, afetos intensos e tensões latentes, se apresenta como um campo onde o ordinário e o político se encontram e se potencializam mutuamente. Compreender os corpos enquanto agentes de transformação nos aproxima da conclusão de que as práticas cotidianas, mesmo as mais silenciosas e sutis, carregam em si uma potência disruptiva. Ao mesmo tempo, os afetos que atravessam esses corpos nos convidam a refletir sobre os limites e as possibilidades da Universidade enquanto espaço de acolhimento e de resistência.

Ao escrever sobre tudo isso, volto a refletir sobre o que significa resistir. Não é apenas lutar ou enfrentar de forma direta. Resistir também é permanecer, é sorrir, é existir em um espaço que muitas vezes tenta apagar quem você é. E talvez seja isso que mais me marcou: a certeza de que, por mais silenciosas ou invisíveis que pareçam, essas práticas cotidianas carregam em si uma força disruptiva, capaz de transformar o espaço universitário em um lugar mais plural, que não somente inclui, mas também integra e acolhe.

7 NOTAS DE ENCERRAMENTO: COMO SE TERMINA UMA TESE?

Como encerrar uma tese? Ao chegar aqui, olho para trás e vejo os caminhos percorridos, os desafios enfrentados e, acima de tudo, as descobertas que emergiram desse processo. Lembro-me dos risos, das lágrimas, da ansiedade, da empolgação e dos outros vários sentimentos que me recortaram durante esse processo. E de uma coisa eu tenho certeza: vivenciar essa pesquisa me transformou.

Talvez não seja possível "terminar" uma tese, mas apenas deixá-la pronta para outros diálogos, outros olhares, outros encontros. Nesta caminhada, a Universidade se revelou como muito mais do que uma instituição. Ela foi e é palco de múltiplas histórias, um espaço em que diferentes corpos coexistem, resistem e transformam. Fazer uma pesquisa dentro de um espaço que é também importante para mim pessoalmente foi transformador. Hoje enxergo a UFES com outros olhos, talvez mais atentos, e reconhecendo mais a complexidade deste espaço.

Partindo dos conceitos de Michel de Certeau, que enxergava o corpo como um agente que reconfigura o espaço e as normas, busquei desvelar como os corpos ordinários dos estudantes em situação de deslocamento ingressantes na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) reconstroem, ressignificam e subvertem o cotidiano e o espaço universitário, a partir de suas interações e apropriações dos espaços.

Esses estudantes não são meros receptores de políticas públicas; são corpos ordinários, protagonistas que desafiam as normas, subvertem os espaços e imprimem sua marca no cotidiano universitário. A pesquisa revelou que suas resistências ocorrem em várias dimensões: desde as práticas objetivas e visíveis, como a ocupação dos espaços, até os níveis subjetivos e emocionais, em que o sorriso, o choro e afetos como a saudade se tornam formas silenciosas, porém poderosas, de transformação. Eles transformam a Universidade em um mosaico de cotidianos entrecruzados, mostrando que, apesar das estruturas opressoras, o ordinário carrega em si uma potência extraordinária.

Acredito que essas descobertas só foram possíveis devido ao percurso metodológico, no qual acabei combinando a etnografia, a operação historiográfica e a heterologia. A etnografia permitiu um mergulho profundo no cotidiano dos estudantes, enquanto a operação historiográfica de Certeau possibilitou enxergar como o espaço é constantemente reconfigurado

pelas práticas cotidianas. Já a heterologia, de certa forma, encampou as duas primeiras estratégias metodológicas, pois se mostrou essencial para acolher a alteridade dos estudantes sem reduzi-los a objetos de análise. Ao incorporar minha própria presença e vulnerabilidade na pesquisa, pude estabelecer uma relação mais ética e sensível com o campo, respeitando as incertezas e ambiguidades que emergiram. A heterologia, apesar das dificuldades inerentes ao que Certeau (1986) discute, funcionou em mim justamente como uma alteridade alterante, ou seja, minha convivência com os participantes da pesquisa me afetou de forma profunda, e a forma como encaro a vida e a Universidade.

Nesse contexto, a escrita desempenhou um papel central nesse processo. E, sem dúvidas, é a parte mais difícil de um projeto heterológico. Ela não foi apenas uma ferramenta de registro ou análise, mas uma ponte que me conectou ainda mais ao campo. Em cada palavra escrita tentei traduzir as vozes, os gestos e os afetos que presenciei, sem apagar suas singularidades, sem tentar representá-los. Tentei praticar uma escrita que permitisse ao leitor vivenciar os momentos que experienciei. Essa escrita, feita num "presente" sobre um "passado" para pessoas que lerão o texto num "futuro", me permitiu revisitar encontros, reviver emoções e refletir sobre as múltiplas camadas das experiências compartilhadas. Mais do que um ato técnico, ela foi um exercício de sensibilidade, uma tentativa de aproximar-me do cotidiano dos estudantes e, ao mesmo tempo, dar forma às complexidades que emergiram do campo.

Assim, este trabalho também trouxe reflexões importantes sobre o próprio ato de pesquisar. Como Certeau (2017) nos lembra, a pesquisa é um encontro com o Outro, mas também um encontro conosco mesmos. Meu corpo, enquanto pesquisadora, foi atravessado por afetos, emoções e tensões que moldaram tanto a escrita quanto a análise. Nesse sentido, a tese é tanto um produto acadêmico quanto um testemunho da minha jornada pessoal e profissional.

Dessa forma, esta pesquisa também procurou desafiar uma perspectiva cartesiana nos Estudos Organizacionais ao reconhecer o corpo não apenas como objeto de análise, mas como um espaço de encontro e transformação. Meu corpo se encontrou com esses outros corpos, evocando o corpo sensível discutido por Le Breton (2007), aquele que sente, que é atravessado por afetos, que percebe e se inscreve na relação com o mundo. Nesse movimento, é evidente a importância da chamada "virada do corpo" (Gomes; Fantinel, 2022), para a área, ao reposicionar o corpo como um eixo fundamental na produção de conhecimento. Mais do que um suporte físico ou algo cartesiano separado da mente, ele é um veículo de experiências,

atravessado por memórias e emoções, ampliando as possibilidades de compreensão dentro dos Estudos Organizacionais.

Por fim, espero que esta tese contribua para ampliar as discussões sobre o corpo, o cotidiano, a escrita heterológica e a Universidade nos Estudos Organizacionais. Mais do que isso, desejo que ela inspire outros pesquisadores a enxergar a pesquisa como um ato vivo, marcado por encontros, sensibilidades e transformações. Afinal, talvez o verdadeiro término de uma tese não esteja em suas conclusões, mas na possibilidade de abrir novos caminhos, provocar novas perguntas e, quem sabe, deixar um rastro de inquietação.

REFERÊNCIAS

ACNUR. *Cátedra Sérgio Vieira de Mello*. Agência da ONU para Refugiados, [s.d.]. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/catedra-sergio-vieira-de-mello/. Acesso em: 07 out. 2022.

ALMEIDA, I. de; RODRIGUES, J. Ikigai and saudade, cultural meanings lived through the body. *Culture & Psychology*, 22 jul. 2024.

ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. *V pesquisa nacional de perfil socioeconômico e cultural dos (as) graduandos (as) das IFES.* Maio de 2019. Disponível em: https://www.andifes.org.br/?p=79639. Acesso em: set. 2022.

ANDRES, L.; JONES, L.; DENOON-STEVENS, S. P.; LORENA, M. Negotiating polyvocal strategies: Re-reading de Certeau through the lens of urban planning in South Africa. *Urban Studies*, v. 57, n. 12, p. 2440-2455, 2020.

ASSIS, P.; SOUSA, C.; BATINGA, G. L. Ditadura da beleza: corpo, identidade feminina e cirurgias plásticas. *Revista Organizações em Contexto*, v. 18, n. 35, p. 77–97, 2024.

BAPTISTA, R. Lei de Cotas tem ano decisivo no Congresso. *Agência Senado*, 11 fev. 2022. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/02/lei-de-cotas-tem-ano-decisivo-no-congresso. Acesso em: 10 out. 2022.

BARBIERI JR., W. A. The Heterological Quest: Michel de Certeau's Travel Narratives and the "Other" of Comparative Religious Ethics. *Journal of Religious Ethics*, v. 30, n. 1, p. 23–48, jan. 2002.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo.* São Paulo: Edições 70, 2016.

BELCHER, J. L. A. Unseeing the body with bodies on the move: an epistemology for bodies through Certeau and holy week processions. *Anglican Theological Review*, v. 101, n. 3, p. 407-425, 2019.

BERNARDO, P.; SHIMADA, N. E.; ICHIKAWA, E. Y. O formalismo e o "jeitinho" a partir da visão de estratégias e táticas de Michel de Certeau: apontamentos iniciais. *Revista Gestão & Conexões*, v. 4, n. 1, p. 45-67, 2015.

BOURDIEU, P. *Economia das trocas simbólicas.* São Paulo: Perspectiva, 2003.

BRASIL. *Lei n° 9.474, de 22 de julho de 1997*. Presidência da República. Brasília, 22 jul. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. *Lei n° 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Presidência da República. Brasília, 29 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: out. 2022.

BRASIL. *Lei n° 13.445, de 24 de maio de 2017*. Presidência da República. Brasília, 24 maio 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 10 out. 2022.

BREWIS, D. N.; WILLIAMS, E. Writing as skin: Negotiating the body in(to) learning about the managed self. *Management Learning*, v. 50, n. 1, p. 87–99, 28 set. 2018.

BUCHANAN, I. *Michel de Certeau:* cultural theorist. Sage Publications, 2000.

BUCHANAN, I. What is Heterology? *New Blackfriars*, v. 77, n. 909, 1996.

CABANA, R. P. L. *Aproximações sobre o existir do outro no cotidiano da relação professor-aluno:* um estudo na Universidade Estadual de Maringá - *PR*. 2019. 290 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.

CABANA, R. P. L.; ICHIKAWA, E. Y. Onde está o Outro nos estudos organizacionais e da administração? *Revista Ciências Administrativas*, v. 28, p. 121-144, 2022.

CARRICO, J. S. A. Tapete vermelho para elefante branco: o embate entre as diferenças dos alunos na universidade. *E-cadernos CES*, n. 02, 2008.

CAVEDON, N. R. *Antropologia para administradores.* Rio Grande do Sul: UFRGS, 2003.

CERTEAU, M. de. *A cultura no plural.* 7. ed. Campinas: Papirus, 2012.

CERTEAU, M. de. *A escrita da história.* 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano 1: Artes de fazer.* 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CERTEAU, M. de; GIARD, L. Entremeios. *In*: CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOL, P. *A invenção do cotidiano 2*: Morar, cozinhar. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 189-207.

CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOL, P. *A invenção do cotidiano 2:* Morar, cozinhar. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

CERTEAU, M. de. *Heterologies:* discourse on the Other. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1986.

CERTEAU, M. de. Histórias de corpos. *Projeto História*, São Paulo, v. 25, p. 407-312, 2002.

CERTEAU, M. de. *História e psicanálise:* entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CERTEAU, M. de. Teoria e método no estudo das práticas cotidianas. *In*: SZMRECSANYI, M. I. Q. F. (org.). *Cotidiano, cultura popular e planejamento urbano.* São Paulo: FAU/USP, 1985. p. 3-17.

CHAKRABORTY, R.; DE, S. Be(com)ing a woman: body, authority and society. *Psychology and Developing Societies*, v. 31, n. 2, p. 283-314, 2019.

CHATZOPOULOU, E.; FILIERI, R.; DOGRUYOL, S. A. Instagram and body image: motivation to conform to the “Instabod” and consequences on young male wellbeing. *Journal of Consumer Affairs*, v. 54, n. 4, p. 1270-1297, 2020.

CORBELLARI, L. *Carne viva.* Vitória: Cousa, 2019.

CSORDAS, T. J. Embodiment as a paradigm for anthropology. *Ethos*, v. 18, n. 1, p. 5-47, 1990.

CURTO, M. C. F. *Neighborhood*. The Wiley Blackwell Encyclopedia of Urban and Regional Studies, p. 1-9, 2019.

DELEUZE, G. *Espinosa:* filosofia prática. São Paulo: Escuta, 2002.

DOSSE, F. O espaço habitado segundo Michel de Certeau. *Artcultura*, Uberlândia, v. 15, n. 27, p. 85-96, 2013.

ELIDRISSI, Y. R.; COURPASSON, D. Body breakdowns as politics: identity regulation in a high-commitment activist organization. *Organization Studies*, v. 42, n. 1, p. 35-59, 2021.

ESPINOSA, B. de. *Ética. 2*. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

FEI, D. From ‘the mind isolated with the body’ to ‘the mind being embodied’: contemporary approaches to the philosophy of the body. *Cultures of Science*, v. 3, n. 3, p. 206-219, 2020.

FERREIRA, E. M.; TEIXEIRA, K. M. D.; FERREIRA, M. A. M. Prevalência racial e de gênero no perfil de docentes do ensino superior. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 303-315, 2022.

FERREIRA, T. A.; FANTINEL, L. D.; AMARO, R. de A. Corpo e sentidos na pesquisa organizacional: a compreensão empática a partir de uma experiência encarnada. RAM. *Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, v. 22, n. 5, 2021.

FERRETTI, M. G.; MOREIRA, L. E. V. Em defesa da consideração do corpo erógeno nos estudos organizacionais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 62, n. 4, p. 1-17, 2022.

FIGUEIREDO, Â.; GROSFOGUEL, R. Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 223-234, 2009.

FIGUEIREDO, M. D. de. Embodied prejudices: a study on diversity and practices. *Equality, Diversity and Inclusion: An International Journal*, v. 34, n. 6, p. 527-538, 2015.

FIGUEIREDO, M. D. de. Intencionalidade incorporada: intersecção entre a diversidade e os estudos das práticas organizacionais. *Revista Gestão & Conexões*, Vitória, v. 4, n. 1, p. 20-44, 2014.

FLORES-PEREIRA, M. T. Corpo, pessoa e organizações. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 17, n. 54, p. 417-438, 2010.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FRIJHOFF, W. Foucault reformed by Certeau: historical strategies of discipline and everyday tactics of appropriation. *In*: *Cultural history after Foucault.* Routledge, 2018. p. 83-100.

FUJII, P. *et al*. Os privilégios reproduzidos pelo elitismo no ensino da medicina: uma revisão integrativa de literatura. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 48, n. 4, 2024.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas.* Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIARD, L. Epilogue: Michel de Certeau's heterology and the New World. *Representations*, v. 33, p. 212-221, 1991.

GIARD, L. História de uma pesquisa. *In*: CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer*. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GILMORE, S. *et al*. Writing differently. *Management Learning*, v. 50, n. 1, p. 3-10, 2019.

GOMES JR., J. O corpo na história. *Albuquerque* (*online)*: *Revista de História*, v. 12, n. 23, p. 12-24, 2020.

GOMES, R.; FANTINEL, L. D. Gênero-corpo-sexualidade no espacializar: produzindo corpos-em-campo na pesquisa. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 62, n. 4, 2022.

GOUVÊA, J. B.; CABANA, R. P. L.; ICHIKAWA, E. Y. As histórias e o cotidiano das organizações: uma possibilidade de dar voz àqueles que o discurso hegemônico cala. *Farol-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 5, n. 12, p. 297-347, 2018.

GOUVÊA, J. B.; ICHIKAWA, E. Y. Alienação e resistência: um estudo sobre o cotidiano cooperativo em uma feira de pequenos produtores do oeste do Paraná. *Revista Gestão & Conexões*, Vitória, v. 4, n. 1, p. 68-90, 2015.

GOV.BR. *Sobre a Operação Acolhida.* Casa Civil, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/sobre-a-operacao-acolhida-2. Acesso em: jan. 2024.

GRAEBIN, I. *Cotidiano, gênero e práticas organizativas:* um estudo com mulheres em uma facção doméstica. Orientadora: Elisabeth Cavalcante dos Santos. 2020. 134 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020.

HAN, T. I.; KIM, H. The ideal man and woman: South Korean children's body image perceptions. *Family and Consumer Sciences Research Journal*, v. 49, n. 1, p. 24-36, 2020.

HELLER, A. *O cotidiano e a história.* 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Conheça o Brasil. *IBGE online*. 2023. Disponível em: https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html. Acesso em: 02 maio 2024.

INEP. *Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2020.* Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, Brasília, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2020.pdf. Acesso em: 29 set. 2022.

INGOLD, T. That's enough about ethnography! *HAU*: *Journal of Ethnographic Theory*, v. 4, n. 1, p. 383–395, jun. 2014.

JUNGER DA SILVA, G.; CAVALCANTI, L.; LEMOS SILVA, S.; OLIVEIRA, A. T. R. Observatório das Migrações Internacionais; *Ministério da Justiça e Segurança Pública/Departamento das Migrações.* Brasília, DF: OBMigra, 2024.

KAMAL, N. Humour under occupation: Jokes and humorous anecdotes and their reflections in Palestine. *European Journal of Cultural Studies,* [s. l.], v. 27, n. 4, 2023.

KAM, T. S. Making space for heterologies: de Certeau's links with post-colonial criticisms. *Social Semiotics,* v. 6, n. 1, p. 27-44, jan. 1996.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação:* episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOMINO, A. C.; YAMAMOTO, G. C.; ICHIKAWA, E. Y. Quem participa do jogo da branquitude? Do perigo ao privilégio amarelo. *CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, João Pessoa, v. 2, n. 33, p. 175-198, jul./dez. 2024.

LACERDA, C. C. O.; IPIRANGA, A. S. R. "Escrevendo a História" com Michel de Certeau: possíveis contribuições metodológicas para os estudos organizacionais. *In*: *XLVI Encontro da ANPAD* - EnANPAD 2022 *On-line*, 21-23 set. 2022.

LADEIRA, F. M. B.; BORGES, W. A. Colonização do corpo e despersonificação da mulher no sistema obstétrico. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 62, n. 4, p. 1-17, 2022.

LE BRETON, D. *A sociologia do corpo.* 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

LEITE, R. P. A inversão do cotidiano: práticas sociais e rupturas na vida urbana contemporânea. *Dados,* Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 737-756, 2010.

MACHADO, F. C. L.; FERNANDES, T. A.; SILVA, A. R. L. Michel de Certeau e estudos organizacionais: uma leitura do cenário brasileiro. *Caderno de Administração,* Maringá, v. 25, n. 2, p. 24-43, 2017.

MACHADO, R. C.; CHROPACZ, F.; BULGACOV, Y. L. M. Epistemologia de Certeau e sua contribuição para os estudos baseados em prática em organizações. *Revista Ciências Administrativas,* [S.l.], v. 26, n. 2, 2020.

MAGALHÃES, B. Moving on with saudade: On bordered countries and vague terms. *The Sociological Review*, v. 68, n. 2, p. 287-304, mar. 2020.

MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental.* São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARSH, D.; ŚLIWA, M. Making a Difference Through Atmospheres: The Orange Alternative, laughter and the possibilities of affective resistance. *Organization Studies*, v. 43, n. 4, 31 jan. 2021. DOI 017084062198900

MAYOL, P. *In*: CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOL, P. *A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MBEMBE, A. J. Decolonizing the university: new directions. *Arts and Humanities in Higher Education,* [S.l.], v. 15, n. 1, p. 29-45, 2016.

MENDES, L. A ausência do presente, a presença do passado: memória, identidade e etnografia nos ensinamentos de Neusa Rolita Cavedon. *Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 6, n. 17, p. 942-963, 2019.

MIRANDA JR, R. F. A história como "logos do outro": Michel de Certeau e a operação historiográfica. *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 100-126, 2019.

MITCHELL, J. P. A fourth critic of the Enlightenment: Michel de Certeau and the ethnography of subjectivity. *Social Anthropology/Anthropologie Sociale*, [S.l.], v. 15, n. 1, p. 89-106, 2007.

MOLDER, M. F. The spatial-temporal web of the Inhabited City. *Regional Science Policy & Practice*, [S.l.], v. 14, p. 490-502, 2022.

MONTEIRO, F. V. *Heterologias:* um estudo do organizar, resistir e fabular em duas comunidades remanescentes de quilombos do Estado do Paraná. 2023. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2023.

MORI, G. L. de; BUARQUE, V. Corpos ditos pelo outro: uma leitura de Michel de Certeau. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 14, n. 44, p. 1538-1564, 2016.

MUNANGA, K. Negritude afro-brasileira: perspectivas e dificuldades. *Revista de Antropologia*, São Paulo, p. 109-117, 1990.

MURPHY, S. He's got the touch': Tracing the masculine regulation of the body schema in reciprocal relations between 'self-others-things. *Marketing Theory*, [S.l.], v. 22, n. 1, p. 21-40, 2022.

NAPOLITANO, V.; PRATTEN, D. Michel de Certeau: ethnography and the challenge of plurality. *Social Anthropology*, [S.l.], v. 15, n. 1, 2007.

NASCIMENTO, A. P. L.; CRUZ, M. H. S. Uma análise das marcas do poder disciplinar no cotidiano escolar das juventudes do IFS. *Práxis Educacional*, [S.l.], v. 14, n. 28, p. 173-196, 2018.

NÓBREGA, T. P. da. Qual o lugar do corpo na educação? Notas sobre conhecimento, processos cognitivos e currículo. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 91, p. 599-615, ago. 2005.

OLIVEIRA, J. S. de; FIGUEIREDO, M. D. Os espaços, as práticas e as etnografias nos estudos organizacionais brasileiros. *Farol-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 8, n. 21, p. 215-262, 2021.

POROIWAK. O que é amarelitude? *Medium: read and write stories*, dez. 2020. Disponível em: https://amarelitude.medium.com/o-que-%C3%A9-amarelitude-95ff2b070a15. Acesso em: dez. 2022.

QUAH, S. E. L.; RIDGWAY, A. The woman writer's body: multiplicity, neoliberalism, and feminist resistance. *Gender, Work & Organization*, [S.l.], v. 29, n. 1, p. 44-57, 2022.

REDDY-BEST, K. L.; CHOI, E.; PARK, H. Race, colorism, body size, body position, and sexiness: critically analyzing women in fashion illustration textbooks. *Clothing and Textiles Research Journal*, [S.l.], v. 36, n. 4, p. 281-295, 2018.

REDIN, G.; BERTOLDO, J. Narrativas da exclusão de migrantes e refugiados na universidade. *SER Social*, Brasília, v. 23, n. 49, p. 296-317, 2021.

REIS, B. M. S. Pensando o espaço, o lugar e o não lugar em Certeau e Augé: perspectivas de análise a partir da interação simbólica no Foursquare. *Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 2013.

REZENDE, L.; OLIVEIRA, J. S.; ADORNO, E. C. L. M. Compreendendo o corpo a partir das práticas de organização: etnografia de uma organização artesanal. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, [S.l.], v. 17, n. 1, p. 35-53, 2018.

RONCATO, M. S. *Working poor japonês:* trabalho imigrante dekassegui e suas transversalidades. 2020. Orientador: Ricardo Luiz Coltro Antunes. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

SANTOS, M. A. E. dos. *As artes da gestão ordinária:* subespécies de capital simbólico no cotidiano de trabalho de vendedores ambulantes em Maringá-PR. 2021. 250 f. Orientadora: Elisa Yoshie Ichikawa. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.

SANTOS, V. M. dos. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. *Psicologia & Sociedade*, [S.l.], v. 30, p. 1-11, 2018.

SANTOS, Y. 'Me tornei defensora das cotas raciais na sala de aula', diz Lilia Schwarcz. *UOL* Educação, ago. 2022. Entrevista com Lilia Schwarcz. Disponível em: https://educacao.uol.com.br/noticias/2022/08/29/me-tornei-defensora-das-cotas-raciais-na-sala-de-aula-diz-lilia-schwarcz.htm. Acesso em: set. 2022.

SASSATELLI, R. Gendered bodies. Notes on embodiment and gender. *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad*, [S.l.], v. 1, n. 38, p. 81-91, 2022.

SCHINDLER, L.; SCHÄFER, H. Practices of writing in ethnographic work. *Journal of Contemporary Ethnography*, v. 50, n. 1, p. 11-32, 3 jun. 2020. DOI 0891241620923396

SEREKE, W. B.; DRZEWIECKA, J. A. “Techniques to be respected as a human being!”: moving beyond the binary of strategies and tactics. *Ethnic and Racial Studies,* v. 47, n. 10, p. 1-22, 2023.

SILVA, E. de J. F. Universidade para quê e para quem? Uma análise crítica dos discursos institucionais. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 120-150, 2020.

SILVA, Z. B. Saudade – a key Portuguese emotion. *Emotion Review,* v. 4, n. 2, p. 203-211, abr. 2012.

ŚLIWA, M.; AGUZZOLI, R.; BREWSTER, C.; LENGLER, J. Workplace accentism as a postcolonial and intersectional phenomenon: the experiences of Brazilians in Portugal. *Human Relations,* v. 77, n. 10, 2023.

TOBER, D.; KROLØKKE, C. Emotion, embodiment, and reproductive colonialism in the global human egg trade. *Gender, Work & Organization,* [S.l.], v. 28, n. 5, p. 1766-1786, 2021.

TRAGTENBERG, M. A delinquência acadêmica. *Revista Espaço Acadêmico,* [S.l.], v. 2, n. 14, jul. 2002.

UENO, L. M. M. O duplo perigo amarelo: o discurso antinipônico no Brasil (1908-1934). *Estudos Japoneses*, São Paulo, n. 41, p. 101-115, 2019.

URIARTE, U. M. Podemos todos ser etnógrafos? Etnografia e narrativas etnográficas urbanas. *Redobra*, [S.l.], n. 10, p. 171-189, 2012.

VASCONCELLOS, C. Cotas trans em universidades: como é a realidade no Brasil. *Nós Terra,* 26 abr. 2022. Disponível em: https://www.terra.com.br/nos/cotas-trans-em-universidades-como-e-a-realidade-no-brasil,6eb286c1ff83e15bda8b479a62f9dca57br2ci6h.html. Acesso em: 10 out. 2022.

VASCONCELOS, I. S.; SANTOS, S. M. de A. Sobre afetos e fardas: gestão militar e emocionalidade em abrigos para venezuelanos em Roraima, Brasil. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 30, n. 66, p. 243–264, 2022.

VIARO, R. V. Militarização escolar, disciplina e subjetividades: reflexões a partir de Foucault. *Revista Contemporânea de Educação,* [S.l.], v. 17, n. 38, p. 189-206, 26 abr. 2022.

VIEIRA, R. A.; CEPELLOS, V. M. Mulheres executivas e seus corpos: as marcas do envelhecer. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 29, p. 151-176, 2022.

VILAS BOAS, L. F. *Comunidades remanescentes quilombolas “Tobias Ferreira” e “Castorina Maria da Conceição” no Paraná*: o discurso historiográfico e o silenciamento do “outro”. 2024. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2024.

VILAS BOAS, L. F.; ICHIKAWA, E. Y. Por uma escrita não conquistadora da história: diálogos entre Certeau e o pensamento pós-colonial. *PerCursos*, Florianópolis, v. 24, p. e0504, 2023.

WEATHERALL, R. Writing the doctoral thesis differently. *Management Learning*, v. 50, n. 1, p. 100-113, 17 set. 2018.

WEYMANS, W. Michel de Certeau and the limits of historical representation. *History and Theory*, v. 43, n. 2, p. 161-178, 2004. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/3590702.

YAMAMOTO, G. do C. *As práticas sociais da imigração*: os dispositivos de conveniência no cotidiano da imigração de brasileiros na Dinamarca. Maringá, 2022. 135 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2022.

YAMAMOTO, G. do C.; ICHIKAWA, E. Y. Ensaio sobre o dispositivo da conveniência no organizar das práticas cotidianas. *In*: XLV ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 2021, Evento *Online*. *Anais do XLV Encontro da ANPAD*. Maringá: ANPAD, 2021. p. 1-14.

ANEXOS

UM BREVE COMPILADO DOS DESAFIOS DO COTIDIANO UNIVERSITÁRIO

Nesta parte queria trazer um item mais objetivo e técnico da pesquisa. Como servidora queria agrupar em um capítulo os desafios vivenciados por esses estudantes e algumas reivindicações colocadas por eles.

Como relatei, o edital para pessoas em situação de refúgio ocorre em separado dos outros processos seletivos, como o SISU que oferta a maior parte das vagas. Esses estudantes acabam perdendo um processo de integração que ocorre já no período de matrícula. Com as listas do SISU disponíveis nos *sites*, os "veteranos" dos cursos já montam grupos no *Whatsapp* e em outras redes sociais para os "calouros" ingressantes e é nesse processo inicial que os estudantes refugiados acabam perdendo. Tanto Sia quanto Maria foram mais enfáticas nesse ponto de que, quando iniciaram o curso, perceberam que todo mundo já se conhecia e que muitas "panelinhas" já estavam inclusive formadas.

Ambas sugeriram que o processo de matrícula fosse junto, para que pelo menos as datas fossem as mesmas e que fossem divulgadas juntas as listagens de alunos ingressantes. Assim, seus nomes apareceriam também como alunas ingressantes logo no início, o que possibilitaria o acesso a esses grupos nas redes sociais.

Além disso, os estudantes relatam que se sentem em um tipo de limbo: não são acolhidos como os ingressantes pelo SISU, mas também não são convidados nem participam dos eventos promovidos pela Secretaria de Relações Internacionais (SRI), responsável pelo acolhimento de estudantes internacionais, como os de mobilidade acadêmica. Alguns comentaram, inclusive, que são esses estudantes internacionais que frequentemente os auxiliam, explicando, por exemplo, como obter determinadas documentações para pessoas estrangeiras. A SRI também organiza eventos de interação, dos quais eles gostariam de participar.

É importante destacar que a Cátedra Sérgio Vieira de Mello na UFES não dispõe da estrutura necessária, como equipe administrativa e ferramentas adequadas, para conduzir todo o processo de acolhimento. Ainda que realize eventos, a Cátedra tem limitações, enquanto a SRI conta com mais recursos, especialmente no âmbito administrativo. Por isso, um envolvimento maior da Secretaria de Relações Internacionais seria fundamental.

O restaurante universitário também foi ponto de conflito, principalmente para Sia, Maria e João, que estão em cursos integrais. A UFES não disponibiliza café da manhã e, em muitas situações, os estudantes chegam nas aulas da manhã sem terem comido nada, deixando para comer somente no almoço. Além disso, Ana reclamava da falta de um sistema de ar condicionado no restaurante de Goiabeiras. Durante o verão e nos dias mais quentes, o local fica muito abafado, sendo difícil até para se alimentar.

Outro ponto que foi colocado por todos os cinco estudantes, e que eu também pude presenciar ao acompanhá-los pela universidade, é o desconhecimento por parte da equipe de servidores técnico-administrativos das regulamentações da universidade. Essa na verdade é uma queixa comum a todos os alunos. Talvez, reforçar e incentivar os cursos de gestão acadêmica ofertados pela Pró-Reitoria de Graduação e Pró-reitoria de Assistência Estudantil e Cidadania possa ser uma via para capacitar os servidores que também estão em outros departamentos e setores da universidade. E, no caso específico dos estudantes refugiados, seria interessante incorporar a Cátedra Vieira de Melo dentro desse curso, para dar informações mais específicas.

Essa falta de acesso à informação levou Sia a ficar o primeiro período sem as bolsas de auxílio, o que, segundo ela, foi muito difícil, pois teve que viver com um dinheiro contado e com a ajuda de sua família. Essa também é uma problemática comum dentro da UFES, muitos estudantes reclamam que os sites são confusos e que as informações às vezes se desencontram. Muitos perdem datas e prazos por não conseguirem acompanhar as notícias. Uma sugestão dada por Ramon, inclusive, era uma reformulação no *layout* dos sites da universidade, que segue um padrão predeterminado. Talvez, seja necessário que a administração central da UFES pense em outras formas de comunicação e de publicizar os editais, de modo que essa informação chegue aos estudantes de maneira correta e mais transparente.

O valor das bolsas não é muito alto e os cinco estudantes disseram que é preciso levar em consideração o alto custo de vida na cidade de Vitória. Sia e Maria também levantaram o questionamento de não existir uma diferença para a obtenção de bolsas entre estudantes de curso integral para os de cursos com um turno somente. Por não terem tempo disponível para estagiar nos períodos da manhã ou da tarde, Sia e Maria precisaram procurar um trabalho à noite; enquanto Ana, por cursar um curso matutino, conseguia estágios e trabalhos na parte da tarde.

Muitas dessas questões e das mudanças requisitadas pelos estudantes são demandas antigas do Diretório Central dos Estudantes. Lembro que, quando era estudante e fazia parte do Centro

Acadêmico de Administração, a falta de um restaurante universitário mais estruturado, o valor da bolsa e a falta de informação já eram desafios há 15 anos. Mesmo que tenha havido melhoras e que muitas vezes os estudantes que participaram desta pesquisa se vissem gratos pela oportunidade de poder frequentar uma universidade pública, é preciso avançar mais.

Para além desta pesquisa, a UFES atualmente possui um curso de mestrado em gestão pública, em que diversas pesquisas abordam as problemáticas da instituição e buscam solução através de relatórios técnico-tecnológico oriundos de dissertação. No entanto, é preciso, por parte da gestão central da universidade, interesse em aplicar e colocar em prática os achados dessas pesquisas.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaria de convidá-lo (a) a participar da pesquisa do meu projeto de tese de doutorado intitulada "A UNIVERSIDADE DOS CORPOS ORDINÁRIOS: A CONSTRUÇÃO DO COTIDIANO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE DESLOCAMENTO", orientada pela professora Dra. Elisa Yoshie Ichikawa, da Universidade Estadual de Maringá. O objetivo da pesquisa é: desvelar como estudantes ingressantes por meio do processo seletivo para pessoas em situação de deslocamento da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, a partir de suas práticas corporais, escapam ao que foi prescrito para eles na universidade e constroem seu próprio cotidiano.

Para isto, a sua participação é muito importante e ela se daria a partir de observações e entrevistas que eu faria juntamente com você. Esta pesquisa trata-se de uma etnografia e a intenção é primeiramente realizar uma entrevista, a partir de perguntas gerais sobre você e sua vivência acadêmica. Além disso, irei te acompanhar nas atividades que você permitir dentro ou fora da universidade, como aulas, idas ao restaurante universitário e a biblioteca, participação em projetos e outras práticas universitárias. O objetivo é conhecer o seu cotidiano e procurar compreender o que a universidade representa para você como estudante.

Isto traz como principal benefício a possibilidade de ouvir quem de fato vive o cotidiano universitário e possibilitará um novo olhar por parte da instituição, contribuindo no desenvolver de políticas públicas de acesso e permanência que sejam de fato efetivas e inclusivas. Entretanto, entende-se que o refúgio e a migração são temas sensíveis e que, por muitas vezes, trazem à tona uma história delicada, marcada por situações que colocam o indivíduo em uma posição vulnerável e deixando marcas profundas nas pessoas que as vivenciaram. Dessa maneira, ressalta-se que esta pesquisa tem o risco de mexer com questões sociais, culturais e psíquicas, pois as perguntas podem fazer aflorar memórias que causaram dor e sofrimento em sua vida, e isso pode afetá-la emocionalmente. Não é a intenção deste estudo aflorar memórias que podem causar dor ou sofrimento emocional, muito pelo contrário, o objetivo aqui é conhecer o seu cotidiano para tornar a universidade um local mais justo e igualitário. Portanto, visando diminuir ou evitar maiores riscos, em qualquer momento em que você se sinta desconfortável ou com algum incômodo, você tem o direito de interromper o andar da pesquisa. A sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Além disso, caso durante ou após o percurso da pesquisa você tenha alguma dúvida, estarei à disposição para respondê-las.

As observações serão realizadas somente em atividades que você permitir e as entrevistas serão realizadas em horário que você desejar e no local que se sentir mais confortável. Após a entrevista, enviarei a você a transcrição para aprovação e caso alguma parte te incomode você pode solicitar para ser retirada. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. Caso prefira, utilizarei nomes fictícios para que você não seja identificado(a). As entrevistas e as informações descritas durante as observações ficarão arquivadas sem a identificação dos participantes, por tempo indeterminado e as entrevistas gravadas serão posteriormente excluídas do gravador. Eventuais fotografias e filmagens realizadas durante a coleta de dados somente serão utilizadas com a sua autorização.

Caso aceite participar da pesquisa, não receberá nenhuma compensação financeira por isso. E, se tiver mais dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos, pode contatar os endereços a seguir ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UEM, cujo endereço consta deste documento. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada, entregue a você. Além da assinatura nos campos específicos pelo pesquisador e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos (pelo pesquisador e por você, como participante da pesquisa), de tal forma a garantir o acesso ao documento completo.

Eu,……..... declaro que fui devidamente esclarecido(a) e concordo em participar voluntariamente da pesquisa da tese de doutorado da aluna Aline Chima Komino, orientada pela professora Dra. Elisa Yoshie Ichikawa.

Data: _____

Assinatura do entrevistado

Eu, Aline Chima Komino, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra nominado.

Data: _____

Assinatura da pesquisadora

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o pesquisador, conforme os contatos abaixo:

Contato pesquisadora:

Telefone: 027-997879264

Endereço: Av. Dr. Pedro Feu Rosa, 510 Apto 401 Jardim da Penha - Vitória/ES

E-mail: alinechima@hotmail.com

Contato pela professora Dra. Elisa Yoshie Ichikawa:

Telefone: 044 3011-4906 - E-mail: eyichikawa@uem.br

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo Seres Humanos da UEM, no endereço abaixo:

COPEP/UEM Universidade Estadual de Maringá. Av. Colombo, 5790. UEM/PPG - sala 4 Maringá – PR - 87020-900 - Atendimento: 2ª a 6ª feira, das 13h30 às 17h30. Telefone: (44) 326